



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DA MORADIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CIDADE DE TUCURUÍ, PARÁ.**

VALERIA SUANNE PEREIRA SALGADO

Belém-PA

2021

VALERIA SUANNE PEREIRA SALGADO

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DA MORADIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CIDADE DE TUCURUÍ, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Dinâmicas Territoriais na Amazônia
Orientador: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

Belém-PA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436d Pereira Salgado, Valeria Suanne.
DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DA
MORADIA: : UMA ANÁLISE A PARTIR DA CIDADE DE
TUCURUÍ, PARÁ. / Valeria Suanne Pereira Salgado. — 2022.
190 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. Desigualdades socioespacial. 2. Moradia. 3. Tucuruí-
Amazônia-Pará. I. Título.

CDD 910.130811

VALERIA SUANNE PEREIRA SALGADO

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DA MORADIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CIDADE DE TUCURUÍ, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Dinâmicas Territoriais na Amazônia
Orientador: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

RESULTADO _____.

DATA: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues. (Orientador – PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. Gilberto Miranda Rocha (Examinador interno - PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro (Examinador externo - UEPA)

Dedico esta pesquisa, ao meu esposo, Elison Castro pelo apoio incondicional, e a minha família, à minha mãe, e irmã e a todos os amigos que contribuíram para concretização deste sonho.

O problema da Amazônia é que
o país mais próximo, é o Brasil.
E, o pior, é que se fala a mesma
língua.

Lucio Flavio Pinto

AGRADECIMENTOS

Para o desenvolvimento desta dissertação realizada ao longo de dois anos muitas pessoas marcaram minha trajetória seja através de contribuições diretas com a pesquisa ou através de apoio para que o mesmo pudesse ser realizado, sendo assim merecem ser mencionadas nestes agradecimentos. Dessa forma gostaria em primeiro lugar de agradecer a Deus por ter me sustentado durante a realização de mais essa etapa da vida acadêmica, sem Ele a conclusão deste trabalho não seria possível. Mas ainda há outras pessoas importantes a serem mencionadas.

Ao meu esposo, amigo e companheiro Elison Castro pelo apoio incondicional, e força nas batalhas diárias que travamos. A minha mãe Cleonice de Jesus pelo ser humano inspirador exemplo de força e coragem de fé e amor, que teve determinante participação para que me tornasse a pessoa que sou hoje, apesar de sermos muito diferentes. A minha irmã, Vivian Soraya pelo apoio e companhia. Ao meu amigo Joab Veloso (agora pai do Joaquim, e esposo da Júlia) que mesmo em meio aos desafios de uma vida nova, esteve sempre pronto á atender os meus pedidos de tradução. E a cada um dos meus amigos, que sempre me reconfortaram com sua presença, principalmente nas horas de desespero. A meus tios Antônia e Nelson Vaz que carinhosamente contribuíram, não apenas para a obtenção, da ferramenta pela qual redigi este trabalho, mas sempre presentes em diversos momentos.

Ao meu orientador Jovenildo Cardoso Rodrigues que me acolheu, e me guiou na proposta deste trabalho. Bem como ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM), tanto pela oportunidades de debates científicos quanto a possibilidade de construção dos laços de amizade, em especial há Izabel Nahum; Terena Brito e Sara Bruna. Sinceros agradecimentos à CAPES/CNPQ por subsidiar a pesquisa, sem tal suporte isso não seria viável.

RESUMO

No ano de 2020, a discussão a respeito da habitação e do direito a moradia ganha força no contexto de pandemia mundial, frente as necessidades de isolamento social, as quais atingem de diversas formas os diferentes grupos sociais ao longo do globo, evidenciando as desigualdades socioespaciais que perpassam a sociedade, pautada no modo de produção capitalista e traduzidas em desigualdades no acesso a moradia. No âmbito regional, é válido destacar que a cidade e o urbano na Amazônia, em meio ao século XXI, vêm passando por profundas transformações, associadas a determinações inerentes à reprodução do capital no espaço urbano-regional, ao avanço de novos agentes econômicos, à urbanização extensiva do território, permeada por elementos que têm contribuído para a produção das desigualdades socioespaciais. Em meio a interpretação desses processos, é imprescindível considerar que a participação do Estado na produção de uma ‘urbanização do território’ e sua influência na constituição da atual rede urbana amazônica. Em escala local, destaca-se a cidade de Tucuruí Pará, que passou por um elevado crescimento demográfico a partir do período de construção da UHT e se apresenta como fértil campo de estudo, levando em consideração as particularidades e diversidades do espaço urbano brasileiro e amazônico. Dessa maneira, esta pesquisa está assentada na premissa de que a produção da moradia dentro do âmbito da produção do espaço urbano constitui um enfoque e indicador para se capturar as dinâmicas, formas e processos de Desigualdades Socioespaciais. Nesse sentido, a presente dissertação objetiva mostrar de que forma a questão da habitação e do direito à moradia se espacializam na cidade de Tucuruí, principalmente no período dos anos 2000 a 2020. E referente ao período citado, é necessário destacar que este constitui-se um ‘recorte’ e como tal faz parte de um ‘todo’ histórico-geográfico, o qual não pode ser estudado de maneira isolada e estanque. O recorte auxilia no desenvolvimento da pesquisa e a formulação de sua problemática, a fim de possibilitar um enfoque mais claro dos processos a serem desvelados, tomando como método norteador o materialismo histórico e dialético e sua perspectiva frente a realidade. O cenário pandêmico inviabilizou a pesquisa de campo, dessa forma a busca de dados primários realizou-se por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, de maneira remota, tanto por telefone quanto por meio de plataformas, como aplicativos de mensagem instantânea e e-mail, juntamente com a utilização de ferramentas como Google Earth Pro, ArcGis 10.1, QGIS. 2.18.20 para a elaboração de produtos cartográficos e tratamento dos dados coletados, como a finalidade de demonstrar a materialidades da distribuição e acessibilidade de bens e serviços,

para se capturar as condições de injustiça espacial, bem como as DS presentes na atualidade do espaço urbano de Tucuruí.

Palavras-Chave: Espaço Urbano; Desigualdades socioespacial; Moradia; Tucuruí-Amazonia-Pará

ABSTRACT

In 2020, the discussion about housing and the housing rights gains strength in the context of the global pandemic given the needs of social isolation, which affects different social groups across the globe in many ways, highlighting socio-spatial inequalities that permeate society, based on the capitalist production mode translating into housing access inequalities. At the regional level, it is worth to note that urban space and the cities in the Amazon, while in 21st century, have been undergoing deep transformations associated with determinations inherent to the capital propagation in the urban-regional space, the advancement of new economic agents, the extensive territory urbanization permeated by elements that have contributed to the production of socio-spatial inequalities. Amidst the interpretation of these processes it is essential to consider the participation of the State in the 'territory urbanization' production and its influence on the constitution of the current Amazon urban network. On a local scale, the Tucuruí city stands out, which underwent a high demographic growth from the period of construction of the UHT and presents itself as a fertile soil for study, taking into account the particularities and diversities of the Brazilian and Amazonian urban space. Thus, this research is based on the premise that the housing production within the urban space scope constitutes a focus and indicator to capture the dynamics, shapes and processes of Socio-spatial Inequalities. In this regard, this dissertation aims to show how the issue of housing and housing rights are spatialized in the Tucuruí city, especially in the period from 2000 to 2020. And referring to the aforementioned period, it is necessary to highlight that this is constituted a 'clipping' and as such is part of a historical-geographic 'whole', which cannot be studied in an isolated and stagnated manner. The cut helps in the development of the research and the formulation of its problems, in order to enable a clearer focus on the processes to be unveiled, taking as guidelines the historical and dialectical materialism and its perspective on reality. The pandemic scenario made field research impracticable, so the search for primary data was carried out through semi-structured interviews, remote application of questionnaires, both over the phone and through instant messaging platforms and e-mail along with the use of tools such as Google Earth Pro, ArcGis 10.1, QGIS. 2.18.20 for the elaboration of cartographic products and treatment of the collected data, in order to demonstrate the materiality of the distribution and accessibility of goods and services to capture the conditions of spatial injustice, as well as the Sociospatial Inequalities present in the current Tucuruí urban space.

Keywords : Urban Spaces;, socio-spatial inequalities; housing; Tucuruí-Amazonia-Pará

LISTA DE SIGLAS

CAIXA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
COHAB	COMPANHIA NACIONAL DE HABITAÇÃO
COHAB/PA	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ
DS	DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS
ELETRONORTE	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL
EFT	ESTRADA DE FERRO TOCANTINS
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
GETAT	GRUPO EXECUTIVO DE TERRAS DO ARAGUAIA-TOCANTINS
IBGEV	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INCRA AGRÁRIA.	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
PDT	PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA
UHE	USINA HIDRELÉTRICA
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
UHT	USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ
ZEIS	ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- MAPA DA MALHA URBANA DE TUCURUÍ-PARÁ	21
FIGURA 2- FLUXOGRAMA: ELEMENTOS PARA UMA HABITAÇÃO ADEQUADA.	51
FIGURA 3-DESENHO DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	77
FIGURA 4- ABRIGOS DOS TRABALHADORES ESTABELECEM NO ENTORNO DA EFT	83
FIGURA 5-CONSTRUÇÕES PRÓXIMAS AO CAIS DO PORTO RESPONSÁVEL POR RECEBER A COLETA DA CASTANHA	83
FIGURA 6-CASAS NA RUA MAGALHÃES BARATA DURANTE A DÉCADA DE 1960	84
FIGURA 7- RUINAS DA ANTIGA CASA DA ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO DA EFT	85
FIGURA 8- CENTRO COMERCIAL EM MEIO A ENCHENTE DE 1976.	92
FIGURA 9-RUA LAURO SODRÉ ALAGADA PELA ENCHENTE DE 1976	92
FIGURA 10-CENTRO COMERCIAL APÓS A ENCHENTE DE 1976.	92
FIGURA 11-RUA LAURO SODRÉ ALAGADA PELA ENCHENTE DOS ANOS 1980.....	93
FIGURA 12-RUA LAURO SODRÉ ALAGADA PELA ENCHENTE DOS ANOS 1980.....	93
FIGURA 13- CAIS DE TUCURUÍ APÓS A ENCHENTE DE 1980.....	93
FIGURA 14-RUA DO ACRE DÉCADA DE 1980.	94
FIGURA 15- EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA DE TUCURUÍ PARÁ (1970-2000).....	97
FIGURA 16-CASAS DA VILA TEMPORÁRIA I NA DÉCADA DE 1980	99
FIGURA 17-VISTA AREA DA VILA TEMPORARIA I EM 1981.	99
FIGURA 18-IMAGEM AÉREA VILA PERMANENTE ELETRONORTE 1980.	100
FIGURA 19- IMAGEM AÉREA VILA PERMANENTE ELETRONORTE 2018	101
FIGURA 20- IMAGENS: HOTEL; HOSPITAL; GUARITA; CLUBE RECREATIVO.	102
FIGURA 21- TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS PRESENTES NO PDT.....	119
FIGURA 22-: ÁREAS DESTINADAS A PROJETOS DE ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL..	121
.FIGURA 23- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA MALHA URBANA DE TUCURUÍ.....	125
FIGURA 24- MAPA MULTITEMPORAL 2000;2005;2010;2015;2020 DO MUNICIPIO DE TUCURUÍ- PARÁ.	128
FIGURA 25-MAPA DA EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA 2000/2020.....	130
FIGURA 26- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS BAIROS: GETAT, COHAB; PMCMV; NOVA MATINHA.	133
FIGURA 27- MAPA DE EVOLUÇÃO URBANA DE TUCURUÍ-PARÁ (1970-2020).....	137
FIGURA 28- MAPA DE EVOLUÇÃO URBANA DE TUCURUÍ-PARÁ (1970-2020).....	145
FIGURA 29- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS (ESCOLAS PÚBLICAS; UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE).	146
FIGURA 30-MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS (HOSPITAIS E UBS'S; UNIVERSIDADES; SHOPPING CENTER E PRINCIPAIS LOJAS VAREJISTAS.)	148
FIGURA 31- ROTAS DAS LINHAS DE ÔNIBUS INTRAURBANAS REALIZADAS PELA EMPRESA VIAÇÃO TUCURUÍ.....	150
FIGURA 32- QUEIXAS MAIS RECORRENTES EM RELAÇÃO AS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO, RELATADOS EM ENTREVISTAS (DIVIDIDAS POR GRUPOS DE PROPORCIONALIDADE)	151
FIGURA 33- ÔNIBUS DA EMPRESA VIAÇÃO TUCURUÍ.....	151
FIGURA 34-RELATOS DOS MORADORES A RESPEITO DA QUALIDADE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO NÚCLEO URBANO DE TUCURUÍ.	156
FIGURA 35- CONJUNTO HABITACIONAL NOVA MATINHA.....	159
FIGURA 36- CONJUNTO HABITACIONAL NOVA MATINHA.....	160
FIGURA 37- CONJUNTO RESIDENCIAL VIVA CIDADE.....	161
ADEMAIS, COMO JÁ FOI DITO ANTERIORMENTE O 'VIVA CIDADE' É DE RESPONSABILIDADES (VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA SPE LTDA 14.626.813/0003-68) 'MODELOS DE CASA VENDIDO NAS PLANTAS', UMA PECULIARIDADE É O VIVA CIDADE QUE POSSUI SUA FORMA DE CONJUNTO HABITACIONAL (TANTO EM SUA MATERIALIDADE QUANDO EM	

RELAÇÃO A FORMA DE FINANCIAMENTO) É VENDIDO PELA IMOBILIÁRIA RESPONSÁVEL, COMO ‘BAIRRO PLANEJADO’ AINDA QUE APRESENTE METRAGENS E PADRÕES DE CASAS POPULARES, CONTENDO DOIS QUARTOS UMA SALA E BANHEIRO E POUCO DISTANCIAMENTO ENTRE AS UNIDADES HABITACIONAIS, ATÉ O PRESENTE MOMENTO CONTEM 209 UNIDADES HABITACIONAIS COMO É POSSÍVEL VISUALIZAR NA FIGURA 38.

.....	161
FIGURA 39- CONJUNTO HABITACIONAL CRISTO VIVE	163
FIGURA 40-CERCA DE ISOLAMENTO ENTRE O ABRIGO PROVISÓRIO E AS CASAS EM CONSTRUÇÃO.	164
FIGURA 41- CASA DE ALTO PADRÃO À VENDA, NO PARK DOS BURITIS I.	165

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- REPRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO TUCURUÍ (1950 A 1970).....	82
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- REPRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO TUCURUÍ (1960-1991).....	90
GRÁFICO 2- REPRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO TUCURUÍ DE 2000-2020.....	126
GRÁFICO 3- PERFIL DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS.....	142
GRÁFICO 4- PORCENTAGEM DE ENTREVISTADOS POR BAIRROS.....	143
GRÁFICO 5- ENTREVISTADOS QUE UTILIZAM E NÃO UTILIZAM O TRANSPORTE PÚBLICO.....	149

LISTA DE QUADROS.

QUADRO 1- PRINCIPAIS RECLAMAÇÕES REFERENTES AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	154
QUADRO 2- DEPOIMENTOS QUE EVIDENCIAM AS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO ‘QUALIDADE’ DA ÁGUA EM ALGUNS BAIRROS.....	155

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	16
1.1- METODOLOGIA	27
2- DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, PRODUÇÃO DA MORADIA E JUSTIÇA ESPACIAL: ALGUMAS REVISITAÇÕES CONCEITUAIS.....	32
2.1- DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, URBANIZAÇÃO.....	32
2.2 - DA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO AO DIREITO À MORADIA.....	45
2.3- HABITAÇÃO - MERCADORIA: ALGUNS ELEMENTOS PARA SE PENSAR AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.....	54
2.4- JUSTIÇA ESPACIAL EM MEIO À DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: REVISITAÇÕES CONCEITUAIS	63
3- URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE TUCURUI-PARÁ	73
3.1 - A GÊNESE DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA CIDADE DE TUCURUI PARÁ : considerações a respeito dos período Sec. XVII a o Sec. XVIII:.....	76
3.2- A GÊNESE DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA CIDADE DE TUCURUI PARÁ : Breves Revisitações (Sec. XIX á primeira metade do Sec. XX):	79
3.3- DINÂMICA URBANA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA	86
4- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA:.....	108
4.1- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA: AS CONDIÇÕES ESPACIAIS DA MORADIA, MEDIANTE AS NARRATIVAS DO PLANO DIRETOR DE TUCURUI.....	108
4.2- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA: OS PRINCIPAIS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO. 124	
4.3- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA E O ACESSO A JUSTIÇA ESPACIAL: A CIDADE DE TUCURUI ESPACIALIDADE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS EM RELAÇÃO DA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO (2000-2020).	141
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS :	179
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO QUE NORTEOU AS ENTREVISTAS REALIZADAS REMOTAMENTE	187

1- INTRODUÇÃO

No ano de 2020, a discussão a respeito da habitação e do direito a moradia ganha força no contexto de pandemia mundial, frente as necessidades de isolamento social. As quais atingem de diversas formas os diferentes grupos sociais ao longo do globo, evidenciando as desigualdades socioespaciais, que perpassam a sociedade pautada no modo de produção capitalista traduzidas em desigualdades no acesso a moradia, condições de acesso a saúde, compõe o conjunto de fatores que contribuem para o modo como a pandemia afeta os diferentes grupos e classes sociais.

A esse respeito inúmeros trabalhos foram publicados no mesmo ano, trazendo uma bibliografia que discute o problema habitacional relacionado a necessidade de isolamento social que se fez inegável no momento em questão. Contudo não é o foco deste trabalho aprofundar-se no debate, entretanto não se pode invisibilizar sua importância. Questão essa exemplificada no trecho em entrevista com a Dr^a em arquitetura e urbanismo Raquel Rolnik concedida a o Ponte Jornalismo em abril de 2020¹.

Estamos falando de vulnerabilidade de moradia e também vulnerabilidade econômica. Como isolar uma pessoa que vive com a família inteira dentro de um cômodo? É uma série de condições que têm que ser minimamente pensadas para ela. Isolamento social, para a maior parte da população, significa não ter como sobreviver. Sobretudo o setor de serviço informal. (Rolnik, 2020. P. 1)

Ainda nesse movimento Rolnik reafirma a questão do direito à moradia enquanto central, estando validada e respaldada no marco internacional dos direitos humanos. Em concerne neste trabalho propomo-nos resgatar, entre outros tratados internacionais, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)- Quito 2016. Onde foi apresentada discutida e aprovada a Nova Agenda Urbana (NUA) que tem por objetivo indicar diretrizes que possibilitem a promoção e proteção dos direitos humanos com mínima qualidade de vida nos espaços urbanos. O qual frisa o direito ao acesso igualitário, para todas a pessoas sem distinção, “aos benefícios e oportunidades que as cidades podem oferecer” e para tanto pontua que a comunidade internacional de modo geral necessita reconsiderar a forma física dos espaços e sistemas urbanos.

Tal documento aponta o processo de urbanização contemporâneo, como fenômeno sem precedentes. Apresentando-o como ‘uma das tendências mais transformadoras do século XXI’,

¹Raquel Rolnik em entrevista concedida á Luciana Faustine. Ponte Jornalismo (27/03/2020).

projeta-se que até 2050 a população urbana mundial quase duplique. Em vista deste prognóstico salienta a necessidade de se discutir o processo de urbanização em voga, à luz de um planejamento urbano convergente a um desenvolvimento sustentável que se alinhe as premissas abarcadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) “Se bem planejada e administrada, a urbanização pode ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento sustentável tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento” (NUA 2019 P.II).

As cidades em suas formas e dinâmicas espaciais carregam consigo complexos processos históricos, a despeito disso destaca-se o processo de urbanização brasileira (SANTOS 2013) que se deu em consonância ao modelo de industrialização e desenvolvimento adotado no país, que por sua vez perpetuaram dinâmicas a exclusão social e a segregação territorial para grande parcela da população (em geral a população mais pobre). Nesse sentido as atuais problemáticas urbanas, com destaque para problemática da moradia, refletem mais de um século de políticas que não consideraram a população mais pobre.

E diante da realidade brasileira, em específico a realidade da(s) Amazônia(s) (GONÇALVES 2001) com seus altos índices de desigualdades sociais e de déficits habitacionais, mostra-se um palco frutífero, para a realização desta pesquisa. Dessa forma é válido ressaltar que desde o processo de colonização ao de urbanização na Amazônia oriental, se deram de maneira diferenciada demais regiões do país ².

Em vista disso, destaca-se que os primeiros núcleos populacionais estavam ligados a dinâmica do rio (enquanto acessibilidade), mostrando, forte relação com o meio ambiente marcando um determinado modo de viver³. A colonização na Amazônia, se diferencia das demais regiões do país, não apenas pelo isolamento geográfico de algumas cidades, ou pelo pequeno porte da maioria dessas ainda assim com grande importância local. As escalas de aglomeração seguem padrões, associados a formas de acessibilidade, cultura, pela relação com a natureza (CASTRO 2008).

Diferentemente do sul e sudeste do brasileiro que teve o processo de urbanização intimamente associado a industrialização, a urbanização na Amazônia oriental brasileira se deu em períodos e modos diferentes, primeiramente por pulsos de urbanização com o excedente de produção associado a ciclos extrativos concentrados em alguns pontos do território, em poucas cidades sobretudo nas duas metrópoles, Manaus e Belém. (TAVARES, 2011).

² Nesse sentido aqui buscamos aporte teórico em autores como: Becker (1990), Trindade Jr (2011; 2015), Castro (2008) Gonçalves (2001), Monte-Mór (1994;2004).

³ Segundo Gonçalves (2001) a organização do espaço amazônico, a década de 50 do século XX pode ser explicada pelo padrão Rio - várzea-floresta, caracterizado pelo predomínio da concentração populacional em pontos ao longo das margens dos rios, com a exploração econômica da floresta.

No tocante a isso levanta-se a questão: Como e quando reconhecer o processo de urbanização na Amazônia? Frente a esse questionamento nos apoiamos nas considerações de (MONTE-MÓR 1994;2004),_dessa maneira consideramos que a urbanização na Amazônia refere-se à multiplicação dos pontos de concentração e de sua população nas cidades. A população migra em busca de satisfação de necessidades básicas como educação, saúde e novas oportunidades de trabalho. Vivencia-se uma nova racionalidade propiciada pela vida na cidade.

Em relação á movimentação de grandes massas de migrantes para a região Bunker (2007) destaca os *Ciclos Extrativos*, como fenômeno responsável, pelas primeiras movimentações expressivas de migrantes. O que propicia o estabelecimento de diferentes grupos sociais nesse espaço, como: populações remanescentes do ciclo da borracha e da castanha; caboclos ribeirinhos; populações indígenas com seus territórios imemoriais, populações negras que habitavam antigos quilombos (GONÇALVES, 2001).

Na segunda metade do século XX, a partir da década de 1960, se estabeleceu o processo de **‘urbanização extensiva do território’**(MONTE-MÓR 1994;2004) com forte presença do Estado ditatorial, Estabeleceu-se uma ‘Malha Programada’ (Becker 1982), enquanto base material que serviria de apoio tanto para os grandes projetos energético-minerais quanto os projetos de colonização, como os criados pela Super Intendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse sentido destacam-se que os índices do fenômeno urbanos na Amazônia, passaram a ser mais expressivos pós intervenção do Estado ditatorial, “O estado foi o ator principal na definição de estratégias a de intervenção no território amazônico, com consequência sobre a urbanização” (CASTRO, 2008, p.21).

O contexto urbano e regional na Amazônia, mostram dinâmicas diferentes de outras regiões, o **boom populacional** relacionado aos grandes projetos territoriais, evidencia que de certa forma a questão do urbano na Amazônia ficou em segundo plano, tendo em vista que as cidades do pós 1960, as quais em sua maioria margeavam os ‘grandes projetos’, não foram produzidas com certo nível técnico de serviços, e sim como “pontos de apoio” para concentração da força de trabalho, sedes de órgãos com atribuições administrativas do Estado.

Tais núcleo urbanos serviram de *lócus* de concentração da força de trabalho, em geral migrante destacada como “temporária móvel e polivalente”. Espaço que teoricamente deveria ser munido de equipamentos e serviços básicos para atendimento a população, juntamente com a viabilidade de concentração populacional (BECKER 1990; TRINDADE JR 2015). O que não se traduziu na realidade da maioria das cidades formadas na região. Por outro lado, é valido

destacar que a população local foi largamente desconsiderada nos projetos de colonização, o que produziu desigualdades particulares ao espaço urbano amazônico.

A estruturação urbana e regional na Amazônia implica em *diversidade* dessa forma, as redes urbanas sejam através de núcleos planejados ou não, configurando essa multiplicidade de cidades de que vão desde as ligadas aos setores de extração como mineração, e madeira, perpassando por cidades mas ligadas a atividades de indústria e siderurgia, ademais as que se formaram ao longo das estradas e dos grandes projetos, sem desconsiderar as cidades de colonização antiga onde ainda se tem marcante ligação com a dinâmica dos rios (MONTE-MÓR 1994;2004). Configurando o que Trindade Jr (2011) denomina *urbanodiversidade* regional, termo utilizado para identificar as diferentes e plurais realidades urbanas da região.

As cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano e rural. E a ação do Estado é marcado no âmbito federal pela imposição de uma ordem territorial que passa a ter função de interesse nacional com a geração de energia, exploração de minérios, etc.⁴

Na Amazônia esses diferentes sujeitos sociais encontraram diversas populações remanescentes do ciclo da borracha, caboclos ribeirinhos, populações indígenas com seus territórios imemoriais, populações negras que habitavam antigos quilombos. É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia. A região torna-se, assim, um espaço geográfico marcado pela complexidade, daí surgindo sua riqueza política, social e cultural. (GONÇALVES, 2001, pg.54).

Ao destacar os atuais índices de desigualdades dentro da Amazônia paraense, percebe-se a necessidade de optar por um recorte espacial, para análise afim de contribuir ao debate urbano proposto neste ensaio. Dessa forma evidencia-se cidade de Tucuruí (Pará; Amazônia Brasil), como recorte espacial frutífero, devido tanto ao seu processo de urbanização, (histórico-geográfico) aliada a construção de um grande objeto técnico (POMPEU, 2008), ativamente incentivada pela ação do Estado; (o qual se mostrou agente indutor de dinâmicas de urbanização do território brasileiro), quanto a atual dinâmica do seu núcleo urbano.

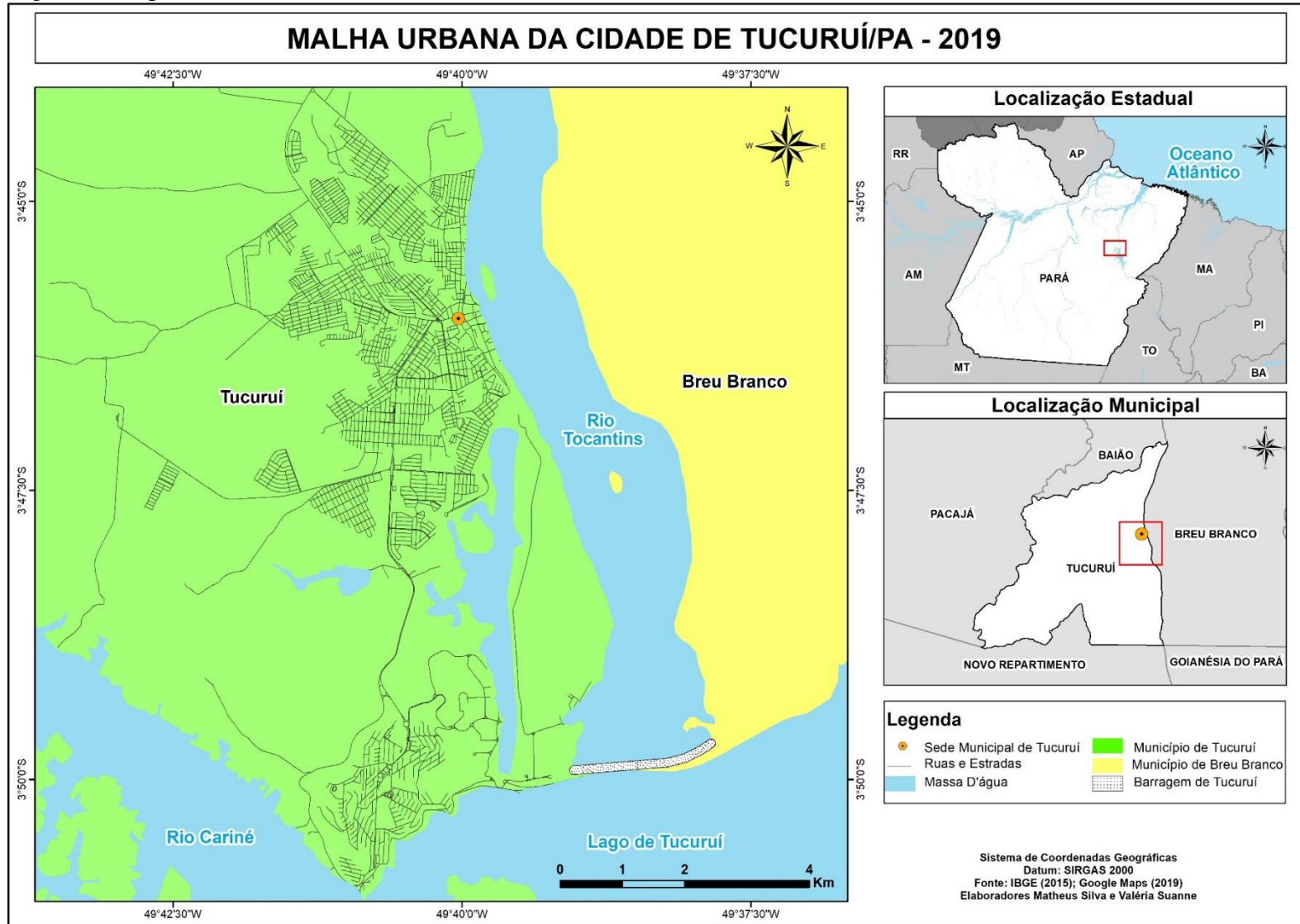
A cidade de Tucuruí sede municipal do município de Tucuruí, localizada no sudeste do estado do Pará as margens do rio Tocantins⁵, vem passando por significativas transformações

⁴ Nesse sentido Gonçalves (2001) refere-se ao Padrão :Rodovia -Terra Firme – Subsolo, que tem como marco a implantação da rodovia Belém-Brasília na década de 50, portanto representa uma nova direção de ocupação da região, agora não ao longo dos rios, mas ao longo das rodovia, com atividades voltadas para a exploração econômica da terra firme (pecuária e agricultura) e do subsolo (atividades minerais).

⁵ cidade de Tucuruí Locus dessa pesquisa, a qual está localizada no município homônimo, ao longo do médio-Tocantins, mais precisamente, na Mesorregião do Sudeste Paraense, e na microrregião de Tucuruí (ver mapa 1).

vinculadas a intensa urbanização do território amazônico. Bem como, efeitos territoriais dos grandes projetos (construção da Hidrelétrica de Tucuruí). Estes elementos produziram manifestações espaciais como o crescimento demográfico e material desta cidade, que teve um expressivo aumento do fluxo populacional, que atualmente conta com uma população estimada de 115.144 habitantes (IBGE, 2020). Tais dinâmicas territoriais tendem a contribuir para o aumento do déficit por moradia em escala local, gerando também o esgarçamento do tecido urbano resultado da massificação de áreas de ocupação espontânea, loteamentos, construções e moradias ‘irregulares’ (ROCHA, 2002, NOGUEIRA, 2010).

Figura 1- Mapa da Malha Urbana de Tucuruí-Para



Fonte: SILVA e SALGADO, 2019.

Tendo em vista o elevado crescimento demográfico evidenciado com grande vigor desde o período de construção da hidrelétrica de Tucuruí, a questão da habitação e do direito à moradia na cidade parece aflorar como elemento de pesquisa importante no contexto das novas dinâmicas urbanas. Em vista disso, apresenta-se a problemática: de que forma a questão da habitação e do direito à moradia, se especializam na cidade de Tucuruí, principalmente no período dos anos 2000 á 2020. E referente ao período citado é necessário destacar que este constitui-se um 'recorte' e como tal faz parte de um 'todo' histórico-geográfico o qual não pode ser estudado de maneira isolada e estanque. O recorte auxilia no desenvolvimento da pesquisa e a formulação de sua problemática, afim de possibilitar um enfoque mais claro dos processos a serem desvelados.

Essa problemática se apresenta como fértil campo de estudo levando em consideração as particularidades e diversidades do espaço urbano brasileiro e amazônico. Sendo assim, a pesquisa sobre a produção da moradia dentro do âmbito da produção do espaço urbano, constitui um enfoque e indicador para se capturar as dinâmicas, formas e processos de Desigualdades Socioespaciais (DS)⁶.

Dessa forma frente aos desafios de se estudar os processos atuais que permeiam o cenário urbano da referida cidade, destaca-se o fato desta estar inserida em uma região a que apresentou uma dinâmica particular, onde o poder estatal (no período ditatorial) teve ativa participação se tornando o agente indutor do processo de 'urbanização extensiva' ao estabelecer um conjunto de estratégias e ações estruturais, para o território Amazônico-Paraense (CASTRO 2008; RODRIGUES 2015).

Nesse cenário de implantação de grandes projetos e urbanização extensiva do território amazônico, Tucuruí passou por mudanças em seu Tecido urbano atreladas ao grande fluxo migratório (pós 1970), pessoas e famílias que ali chegavam traziam consigo as necessidades inerentes ao ser humano: comer, vestir, abrigar-se. Frente a essencialidade de abrigar-se, se faz a necessidade de morar⁷ independentemente da classe social. Entretanto, historicamente observa-se uma distinção não apenas nas condições de moradia, mas sobretudo a respeito das

⁶ As DS circunscreverem e entrelaçarem-se, em meio às estâncias e estruturas comuns sejam elas estruturas, econômica-política-social-espacial, as quais atendem aos interesses de manutenção ou ampliação do vigente modo capitalista de produção; compondo um par dialético e co-determinante com a produção do espaço urbano(RODRIGUES, 2015; 2016).

⁷ Morar no sentido de resguardar- se: resguardar diária e continuamente em determinado espaço, durante um período de tempo, possibilitando ao homem enquanto ser mortal exercer comportamentos e atividades a eles necessárias em meio a sua existência e experiência cotidiana, como alimentação e descanso. (PEDRÃO, 1989; HEIDEGGER. 1951)

maneiras diferenciadas que **os agentes produtores do espaço urbano** (CORRÊA 1980) se apropriaram dos espaços e produziram tais moradias.

Podemos constatar no atual espaço urbano de Tucuruí a presença de espaços direcionadas pelo Estado (tanto ligadas á programas de esfera federal, quanto ações do poder público municipal) , alguns herança do século XX associados as politicas de colonização, e outros formado em meio ao século XXI, apresentando tanto: espaços residenciais fechados, nichos de habitação de interesse social. Ademais as ocupações espontâneas e construções ‘irregulares’ atravessam o espaço atual e a história da cidade.

Tendo em vista o aumento da franja urbana, percebe-se que a produção da cidade está relacionada a um conjunto de relações que se manifestam espacialmente (CORRÊA 1989), dessa forma, Cruz (2019) afirma que o processo de expansão urbana é atribuído a atuação de diversos agentes que coadunam suas ações, podendo ou não se dar de maneira deliberada. Por exemplo, ao passo que **‘Promotores Imobiliários’** galgam a construção de imóveis e loteamentos privados, nas áreas de franja urbana, se faz necessário a ampliação de infraestrutura como sistemas de água, energia e esgoto, que por sua vez são fornecidas pelo **‘Estado’**; podendo atrair **‘Grupos Sociais Excluídos’** com a construção de assentamentos precários em geral atribuídas ao mecanismo da autoconstrução (CORRÊA 1989; AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Em se tratando da temática deste estudo tendo por foco período pós anos 2000, verificou-se, a realização de um olhar de sobrevoou, no que tange a expansão urbana percebida nas duas ultimas décadas, na cidade houve o crescimento de áreas de loteamento privado e conjuntos habitacionais de financiamento estatal, que por sua vez estão presentes nos limites da cidade compondo a frente de expansão urbana recente

Em meio ao desafio, de realização desta pesquisa, foi levantada a seguinte questão: como analisar as desigualdades socioespaciais pela lente da produção da moradia em uma cidade? E a partir desta questão desenvolveram-se os objetivos que nortearam e auxiliaram a construção deste escrito.

Objetivo Geral: Analisar a produção do espaço urbano da cidade de Tucuruí no que respeita à habitação e à moradia, frente às desigualdades socioespaciais advindas da consolidação da usina hidrelétrica.

Objetivos Específicos:

1. Investigar de que maneira a gestão municipal vem tratando a habitação e o direito à moradia em Tucuruí em relação com a distribuição de serviços e equipamentos urbanos;

2. Caracterizar e mapear a dinâmica e expansão urbana e a distribuição da moradia no período entre 2000 – 2020.

3. Entender de que forma a produção da moradia se relaciona com a produção das desigualdades socioespaciais no espaço intraurbano da cidade.

E a partir destes objetivos traçados a estrutura desta dissertação encontra-se disposta em cinco momentos, incluindo introdução e considerações finais, contendo três capítulos de desenvolvimento, subdividido em tópicos, o primeiro capítulo busca abordar de forma breve os principais conceitos e categorias do espaço urbano relativos ao escopo da presente pesquisa, referenciando os temas e norteadores, afim de propiciar discussões e questionamentos frente a realidade histórico geográfica dos conceitos aqui abordados, o primeiro capítulo subdividido em quatro tópicos.

Onde primeiramente procurou-se explicitar de forma sucinta a perspectiva adotada a respeito das Desigualdades Socioespaciais relacionadas á urbanização, tal qual partimos da concepção de urbanização enquanto processo, o qual compõem um horizonte de transformações espaciais, sociais políticas e econômicas. E a cidade como espacialização, no seio da diversidade, das formas e conteúdos, engendrando complexidades e unicidade dos processos e relações, presentes no cotidiano da vida urbana e sua prática sócio espacial. E a partir de então versar como se produzem e se espacializam as DS no espaço urbano, baseado principalmente em Rodrigues (2015; 2016), tal qual entende as DS, enquanto condição meio e produto para a realização da reprodução do capital no espaço.

Adentrando no segundo tópico do capítulo, procurou-se discorrer á respeito da produção da habitação e do direito há moradia, enquanto uma necessidade básica e um direito fundamental do ser humano. Indo além de apenas ocupar um lugar, e sim torná-lo um ambiente de moradia envolto em relações humanas. Com relação à produção da habitação recorreremos as contribuições do filosofo existencialista alemão Heidegger (1951), afim de traçar um caminho que nos leve ao entendimento do direito à moradia como requisito para se abranger o mínimo existencial, juntamente com outros tantos direitos fundamentais. Perpassando pelas contribuições de Carlos (2007c; 2016); Pedrão (1989), Rodrigues (2003); Rodrigues (2015; 2016) e Rolnik et al (2015), aliado há contribuições do direito nacional e internacional alicerçada na constituinte de Direitos Humanos (DH).

No subtópico conseguinte intitulado “HABITAÇÃO - MERCADORIA: ALGUNS ELEMENTOS PARA SE PENSAR AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS”, buscou-se realizar uma discussão a partir da nossa concepção de moradia e sua relação estabelecida com

o mercado. A esse respeito é válido destacar que aqui a moradia compreende tanto um pedaço de terra, quanto à necessidade de uma edificação, intimamente relacionado à dita localização frente a acessibilidade e a disposição de infraestrutura e equipamentos coletivos. Tais características podem revelar um “nível de qualidade” da moradia associada localização diretamente relacionado poder aquisitivo, nível de renda e classes sociais. É importante observar que ao passo em que a moradia tem uma relação estabelecida com o mercado, sua característica de atender à necessidade humana passa a ser subvertida, tornando-a coisa, objeto, mercadoria; por ter sua dimensão de valor de troca priorizada em detrimento do seu valor de uso, dessa forma, a moradia ao entrar em contato com o mercado torna-se demanda (BUONFIGLIO 2018).

No último subtópico deste capítulo voltado a discussão teórica, enfoca nas discussões a respeito as DS e sua relação com a busca por justiça espacial, associadas a apropriação privada das a riqueza socialmente produzidas (ALVES 2017; CARLOS 2015).As quais podem se manifestar nos espaços urbanos, pelo acesso desigual aos ‘equipamentos e serviços coletivos’ tal qual é vivenciados no cotidiano.

No segundo capítulo, fez-se um resgate histórico-geográfico a respeito da formação da cidade de Tucuruí, buscando correlacionar ‘os acontecimento locais’ as diferentes escalas (global, nacional e regional). Tendo em vista que a produção do espaço não se constitui como processo à-histórico, já que este é repleto de complexidades, as quais podem ser expressas em suas formas espaciais, que por vezes podem guardar tempos e temporalidades distintas, gerando a culminância de processos históricos. “O espaço não seria simplesmente um reflexo, ‘uma mera oportunidade a disposição’ da estrutura social, mas a expressão concreta de uma combinação de instâncias, um ‘conjunto histórico’ de elementos e influências de materiais em interação.” (SOJA, 1993, p. 106).

Partindo das perspectivas de Santos a respeito da importância do resgate histórico, o qual destaca que o tempo constitui a base indispensável para o entendimento do espaço (SANTOS 1998). Partindo do pressuposto e que o espaço não seria simplesmente um reflexo, da estrutura social, e sim uma expressão concreta que engendra combinações e instâncias, de um conjunto histórico (SOJA 1993). Corrêa (2006), indica que para se entender e estudar os processos que constituem a formação de determinado recorte espacial, destaca-se a necessidade de uma periodização, enquanto recurso analítico, que possibilita ao pesquisador, agrupar sequência de acontecimentos/elementos e tempos, que convergem e conversem entre si, destacando fatos históricos-geográficos que incidem e se relacionam com a organização

espacial (CORRÊA, 2006), nesse sentido este capítulo é subdividido em três tópicos que correspondem há periodização adotado pela autora: o primeiro intervalo parte do século XVII ao século XVIII; o segundo intervalo associado a análise das dinâmicas geográficas inicia-se no século XIX e se estende primeira metade do século XX; e por fim o terceiro período corresponde á segunda metade do sec. XX a partir dos anos 1960 até o ano 2000.

No terceiro e último capítulo objetivou-se desenvolver a análise a respeito das implicações espaciais referente a produção da habitação em Tucuruí, no que diz respeito a reprodução dos processos de desigualdade socioespacial e in(justiça) espacial, intitulado “EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA” subdividido em quatro tópicos, nos quais o primeiro busca discorrer a respeito das condições espaciais da moradia, mediante as narrativas do plano diretor, o segundo busca pontuar a espacialidade e a produção do espaço relacionadas aos agentes produtores do espaço urbano de Corrêa (1989). Já o terceiro ponto tem por objetivo aprofundar-se na relação de espacialidade dos equipamentos e serviços urbanos, e da produção da moradia (2000-2020). E por fim com o intuito de demonstrar não apenas as condições de habitação e moradia _no recorte espacial em questão_ como também propiciar á análise das DS frente a apresentação de ‘formas espaciais’ e possibilitar o entendimento, de que forma a produção da moradia se relaciona com a produção das desigualdades socioespaciais no espaço intraurbano da cidade foi construído o ultimo tópico do capítulo.

JUSTIFICATIVA

A estruturação da justificativa deste projeto encontra-se centrada na necessidade de acréscimo e amadurecimento, da pesquisa sobre as desigualdades socioespaciais no cenário Amazônico, frente à problemática da habitação e moradia em especial no pós anos 2000, inserido no contexto de início do século XXI, tal qual destacam-se fenômenos em escala global.

Como os processos de financeirização e mundialização do capital, a espacialização de uma nova divisão territorial do trabalho e o avanço do meio técnico científico informacional, fenômenos que incidem diretamente na reconfiguração de dos espaços urbanos ao longo do globo, promovendo processos de produção desigual do espaço urbano. Tal a problemática da moradia aparece como um indicador desses processos, em se tratando especificamente a cidade de Tucuruí-PA, ao relacionarmos a produção de moradia, e sua relação com Espacialidade da acessibilidade dos serviços urbanos.

A característica mercantil da moradia faz com que a escolhamos como lente para estudar as desigualdades socioespaciais no meio urbano. Tendo em vista que a peculiaridade central da mercadoria- moradia, “Não é uma mercadoria que pode ser produzida e consumida em qualquer lugar, em qualquer terreno, mas requer uma determinada porção de terra, de solo edificável” (BUONFIGLIO, 2018, p.5). A característica mercantil da moradia faz com que a escolhamos como lente para estudar as desigualdades socioespaciais no meio urbano. Tendo em vista que a peculiaridade central da mercadoria- moradia, “Não é uma mercadoria que pode ser produzida e consumida em qualquer lugar, em qualquer terreno, mas requer uma determinada porção de terra, de solo edificável” (BUONFIGLIO, 2018, p.5).

1.1- METODOLOGIA

Na análise geográfica a questão metodológica é um elemento fundamental no desenvolvimento de uma pesquisa, pois é a partir dela que se ordena e organiza as etapas de execução do trabalho científico. O caminho teórico metodológico constitui aspecto essencial para o desenvolvimento da pesquisa em geografia. Desse modo destaca-se aqui a teoria produção do espaço urbano *sine qua non* ao prisma do espaço social como sendo a costura que sustenta o tecido deste trabalho.

Ao analisar as lógicas que permeiam a produção do espaço geográfico, destaca-se as perspectivas Miltoniada e Lefebvriana, as quais convergem e consistem na perspectiva de ultrapassar o empírico, buscando rasgar o tecido do visível para averiguar, os processos dialéticos que fecundam a produção do espaço, processos estes que podem se manifestar por meio das formas, funções e estruturas espaciais (SANTOS 2012). Essas estão imbricadas e umbilicalmente ligadas as relações sociais, e inscrevem e circunscvem o espaço, também o espaço as molda e as remolda ao longo do tempo constituindo relações de constante dialética sociedade-espaço, que podem ser lidas através da perspectiva geohistórica⁸ (SOJA 2009).

Diante da perspectiva geohistórica de Soja (2009), é valido pontuar algumas reflexões. O espaço geográfico guarda tempos e temporalidades para além de suas formas, não sendo simplesmente um reflexo ou “uma mera oportunidade a disposição da estrutura social, mas a expressão concreta de uma combinação de instâncias, um ‘conjunto histórico’ de elementos e influências de materiais em interação.” (SOJA 1993 p 106). É para além disso, os processos históricos, não são e não podem ser neutros, por engendrarem as relações sociais são imbuídos

⁸ *geohistorical* (SOJA 2009)

de relações de poder, dessa forma, segundo Lefebvre (2013) o espaço foi formado e moldado a partir de elementos naturais e históricos, inscrito em processos políticos, desta feita, o espaço carrega consigo dimensões políticas e ideológicas.

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem e /ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Efeito de ações passadas, o espaço social permite que certas ações ocorram, sugere algumas e proíbe outras. Dentre essas ações, algumas se referem ao universo da produção, outras ao do consumo (ou seja, à fruição dos produtos). O espaço social implica múltiplos conhecimentos (LEFEBVRE, 2013, p. 129, tradução nossa.)⁹

Ao longo de sua obra Lefebvre (2013), põe em evidência o protagonismo do espaço (social), e a complexidade que permeia sua produção, ao destacar a complexidade e as inúmeras possibilidades de interação no caráter dialético de produto-produtor. Pormenorizando as forças produtoras do espaço social, que á grosso modo podemos sintetizar enquanto um conjunto de elementos e/ou agentes em processos contínuos e desiguais. Diante do protagonismo do espaço nas linhas de Lefebvre (2013) o espaço não pode ser designando um “produto” qualquer- coisa ou objeto- sem um conjunto de relações.

O espaço não pode ser concebido como passivo, vazio, um produto que seja apenas suscetível a troca consumo ou supressão. Nesse sentido reinteramos as afirmações de Gutiérrez (2013) na introdução da obra de Lefebvre *La producción del espacio*. ‘A questão central é dialetizar (antes, trialetizar) o espaço’ este não pode ser concebido como estático, passivo ou vazio. “O espaço faz parte da produção e é o produtor e suporte das relações econômicas e sociais, das forças produtivas, da divisão do trabalho” (Gutiérrez 2013p. 46, tradução nossa)¹⁰.

Lefebvre busca constantemente imbricar as análises global-local, sempre mostrando as implicações e as contradições geradas, em meio aos processos social que produzem o espaço. Dessa maneira Lefebvre alcança e formula uma história do espaço social, obviamente

⁹ El espacio (social) no es una cosa entre las cosas, un producto cualquiera entre los productos: más bien envuelve a las cosas producidas y comprende sus relaciones en su coexistencia y simultaneidad: en su orden y/o desorden (relativos). En tanto que resultado de una secuencia y de un conjunto de operaciones, no puede reducirse a la condición de simple objeto. Efecto de acciones pasadas, el espacio social permite que tengan lugar determinadas acciones, sugiere unas y prohíbe otras. Entre esas acciones, unas remiten al universo de la producción, otras al del consumo (es decir, al disfrute de los productos). El espacio social implica múltiples conocimientos. (LEFEBVRE, 2013, p. 129)

¹⁰ El espacio forma parte de la producción, y es productor y soporte de las relaciones económicas y sociales, de las fuerzas productivas, de la división del trabajo. (Gutiérrez 2013 p. 46)

periodizando com fins de análise, o que Gutiérrez (2013) chama de ‘momentos privilegiados’ (*formación, establecimiento, declive y explosión*). Diante de uma ‘periodização (relativa)’ dos modos de produção, mirando á ‘globalidade dos fenômenos’ (Gutiérrez 2013).

Tomando por base as perspectivas de Soja (1993) o espaço está assentado sobre a tríade: relações de produção, relações sociais e relações espaciais. “Os dois conjuntos de relações estruturas (o social e espacial) não são apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis” (SOJA, 1993 p. 99). Perpassando pela dialética socioespacial, como relações sociais e espaciais enquanto par dialético interativo apresentando relações sociais de produção, Soja (1993) parte da ideia a qual as espacialidades são concretizadas socialmente, emergindo das ações humanas.

Ao longo da construção de seus pensamentos na obra, corrobora com as ideias de Castells (1983) ao discorrer sobre o espaço enquanto produto material relacionado a um conjunto de elementos diante de relações sociais, que conferem ao espaço não apenas formas e função, mas sobretudo ‘uma significação social’. Não sendo portanto uma mera oportunidade de disposição da estrutura social, e sim uma expressão concreta dos momentos históricos vividos e materializados em meio as diferentes sociedades, que em seu seio, desenvolvem relações cotidianas.

No decorrer de seu escrito, o autor faz a contraposição entre duas concepções que ele considera essenciais para entender a complexidade do conceito ‘espaço geográfico’, são estas: *Fiscalistas e Sociais do Espaço*. A concepção fiscalista se daria como um espaço previamente dado, contextual apenas com a base material, como ‘uma imagem física ou geométrica a algo externo ao contexto social e à ação social’. Já o espaço social, (usa por vezes o termo espacialidade;) parte do princípio de construção e processos sociais. Soja concebe organização/produção do espaço como advindo da prática social, segundo ele, “O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo” (SOJA, 1993 p. 101).

Nesse sentido adota-se aqui a perspectiva da produção do espaço, como condição, meio e produto da reprodução social, repleto de ideologias. Formado por meio de movimentos dialéticos em sua materialidade, sendo a um só tempo palco, produto, condicionante e condicionado às relações sociais, enquanto *locus* das relações sociais de produção e reprodução (CARLOS 2016; 2007c). Não seria simplesmente um reflexo, “uma mera oportunidade a disposição” da estrutura social, mas a expressão concreta de uma combinação de instâncias, um

“conjunto histórico” de elementos e influências de materiais em interação (SOJA, 1993; LEFEBVRE 2013).

Em vista disso, o método de investigação adotado, consiste na abordagem histórica e dialética por se tratar de um método *que valoriza a historicidade*. E para tanto, é válido frisar que ao passo que a perspectiva do espaço social ganha força na comunidade científica, e adquire relevância nos escritos geográficos, este método de investigação se fez cada vez mais presente, sendo adotado pelos autores acima referenciados.

Referente a uma exposição didática, recorre-se à Suertegaray (2005): *Quando pensamos em história pensamos em tempo*. Tal metodologia permite pensar as contínuas e ininterruptas transformações em meio a sociedades ao longo do tempo, como ‘prática(s) e processo(s) de si mesmo’ (CARLOS, 2007). “o método nesta perspectiva consiste em, a partir do arranjo espacial, apreender a dialética social de uma Formação Econômico Social. O objetivo é ultrapassar o nível empírico, buscando a compreensão da realidade como totalidade” (SUERTEGARAY, 2005, p.28). a totalidade como sendo indicada pelo movimento do Modo de Produção vigente, no entrelaçamento de suas dinâmicas de produção e reprodução, e como estas se apresentam em sua materialidade, amalgamada na sociedade. Podendo gerar diferentes formações econômico-sociais. Gerando um arranjo espacial, que portanto, deve ser investigado na sua construção e reestruturação enquanto expressão da reprodução das relações sociais. (SUERTEGARAY 2005).

Do ponto de vista metodológico prático, recorreremos ao uso de ferramentas e procedimentos metodológicos, tendo em vista que, Dentro dos diversos campos do conhecimento, uma pesquisa científica é, sobretudo, um conjunto de ações de investigação tomadas quando se tem o objetivo de encontrar a solução para um problema ou problemática. Na literatura científica dedicada à metodologia geral da ciência e particular a cada campo específico do conhecimento, essas ações tem como base procedimentos operacionais e sistemáticos. Por isso, surgiram formas de analisar a pesquisa científica, tomando como referência: à natureza (ou enfoque) da pesquisa, à abordagem do problema (ou metodologia) e aos objetivos.

O desenvolvimento deste trabalho encontra-se estruturado de forma sintética em três etapas que compõem os procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental, coleta de dados e entrevistas e elaboração de Produtos Cartográficos.

Levantamento bibliográfico e documental compõe uma etapa preliminar a qual objetiva o levantamento de dados secundários, almejando para além da coleta de informações

necessárias à pesquisa (documental), a formação de um banco de dados bibliográfico atrelado à temática proposta. Para tanto, fora realizado levantamento, em órgãos governamentais e não governamentais, assim como bibliotecas virtuais, a exemplo : A prefeitura municipal de Tucuruí; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), Companhia Nacional de Habitação (COHAB) Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros que contemplem em seus bancos de dados temas relacionados com a geografia urbana, PMCMV e o recorte espacial em questão, incluindo teses de mestrados e doutorados.

Em relação á coleta de dados e entrevistas, objetivava-se realizar pesquisa de campo (sa empírica na cidade para o reconhecimento e aprofundamento da área de estudo, observações sistemáticas qualitativas, registros fotográficos). Entretanto o cenário pandêmico inviabilizou essa ação, dessa maneira em busca de dados primários, realizou-se entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, de maneira remota, tanto por telefone quanto por meio de plataformas como aplicativos de mensagem instantânea, e-mail, os moradores contribuíram e colaboraram á realização da pesquisa, entretanto não obtivemos retorno do poder publico municipal.

A Elaboração de produtos cartográficos e tratamento dos dados coletados, teve por como subsídio principal, a utilização dos softwares ArcGis 10.1, QGIS. 2.18.20, e Google Earth Pro. O processamento digital das imagens possibilitou a elaboração de mapas temáticos, buscando tornar visíveis os aspectos das imagens coletadas, como: áreas, de expansão urbana, áreas desmatadas, as Dinâmica da Cobertura Vegetal e Uso da Terra no município de Tucuruí, mapas de distribuição de bens e serviços públicos e equipamentos urbanos na cidade, que subsidiaram a cartografia temática da pesquisa.

2- DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, PRODUÇÃO DA MORADIA E JUSTIÇA ESPACIAL: ALGUMAS REVISITAÇÕES CONCEITUAIS

2.1- DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, URBANIZAÇÃO

Com o objetivo de desvelar como se produzem e se especializam as desigualdades socioespaciais no espaço urbano, é imprescindível entender minimamente os processos que costumam a produção deste, ou seja, os processos que tem sua gênese no meio social, relacionados a tempos, temporalidades, relações orgânicas e organizacionais (SANTOS, 2014), e como estes se espacializam, influenciam e são influenciados carregados de movimentos dialéticos na produção do espaço da cidade e do urbano.

E diante do desafio de entender o urbano e a cidade, particularidades da produção da diferenciação e da Desigualdade Socioespacial (DS), levando em consideração as particularidades e diversidades do espaço urbano, brasileiro e amazônico. Partimos da concepção de urbanização enquanto processo, o qual compõem um horizonte de transformações espaciais, sociais, políticas e econômicas. E a cidade como espacialização deste processo, no seio da diversidade, das formas e conteúdos, engendrando complexidades e unicidade dos processos, presentes no cotidiano da vida urbana e sua prática sócio espacial (RODRIGUES 2010; CARLOS 2007C; RODRIGUES, 2015).

Podemos considerar, ainda, que o processo de urbanização se encontra vinculado à produção das desigualdades socioespaciais, uma vez que tanto a estrutura econômica, quanto a estrutura política e espacial, encontram-se profundamente vinculadas ao fortalecimento das estruturas de poder e aos interesses de manutenção do modo de produção vigente, pautados na reprodução do capital no espaço (RODRIGUES, 2015, p.61).

E para entender minimamente como se dá a urbanização buscamos fazer um resgate sucinto sobre as contribuições de Sposito (2008), Carlos (2007c) e Harvey (2013; 2014). E a partir disso correlacionar com as contribuições de Rodrigues (2007) e de Rodrigues (2015; 2016) a respeito de sua construção do conceito de Desigualdade Socioespacial. Como já foi dito anteriormente Sposito (2008), entende urbanização como processo, e a cidade como espacialização deste. Entretanto é válido ressaltar que entender a urbanização como processo e

a cidade, como forma espacial não significa entender realidade urbana como estática, indo além da dicotomia forma-conteúdo ao passo que se constituem relações dialéticas imbricadas. Constituindo nas formas e processos complexos que influem á um só tempo no espaço urbano e a cidade e no processo de urbanização.

A esse respeito Sposito (2008) salienta que ao entender a urbanização associada ao movimento de desenvolvimento industrial, “é procurar entender o próprio desenvolvimento do capitalismo” (SPOSITO 2008, p. 43), a cidade e o urbano surgiram antes do capitalismo, porém intimamente ligados à divisão social do trabalho. “O capitalismo surge na cidade, no centro dinâmico de uma economia urbana, que lentamente se reconstitui na Europa, a partir do século XIII” (SPOSITO, 2008 p.35).

Nesse sentido a autora propõem desenvolver o processo de urbanização na sociedade contemporânea, à luz do par dialético urbanização - industrialização, o qual se apresenta alicerçado, além do âmbito econômico, engendrando as relações sociais e políticas. O modo de produção capitalista vigente na sociedade contemporânea está baseado em relações sociais. Marx (2013) afirma que o “capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas (MARX, 2013, p. 1016); “O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção” (MARX, 2013).

Ao se debruçar sobre a problemática urbana Carlos (2007c) se propõe a pensar o urbano, para além da realidade material/concreta, além do visível estudando as virtualidades e relações invisíveis que compõe a realidade e o cotidiano, os quais também costumam e formam o espaço urbano. Ao pensar as virtualidades que permeiam o espaço urbano e a cidade conclui que estas estão intimamente ligadas ao processo de urbanização.

Deste modo, a construção da problemática urbana nos obriga, inicialmente, a considerar o fato de que ela não diz respeito somente à cidade, mas nos coloca diante do desafio de pensarmos o urbano, não só como realidade real e concreta, mas também como virtualidade apontada pela generalização da urbanização e pela formação de uma sociedade urbana que vem impondo um modo de vida, que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais. No plano local, a análise da cidade indica uma prática social de conjunto espacializada, produtora de um espaço onde o uso se revela como modo da reprodução da vida, através dos modos de apropriação do espaço o que coloca a noção de reprodução no centro da análise (CARLOS, 2007c, p. 22).

Ao tratar dessas virtualidades que permeiam o espaço urbano, imersas na formação de uma sociedade essencialmente urbana, revelada por um típico modo de vida, que tanto obedece quanto impões à racionalidade de reprodução das relações sociais, por meio predominantemente por modos de apropriação privada do espaço. Tais virtualidades se

manifestam no espaço urbano e na cidade, tanto na realidade material/geográfica, através de equipamentos, fixos e fluxos (SANTOS 2007) que passam a se sobrepor no espaço da cidade. Como também na virtualidade, de uma prática socio-espacial cotidiana aliado a imposição do modo de vida supra referenciado alinhado as racionalidades inerentes ao processo de reprodução das relações sociais capitalistas, refletidas no cotidiano de fluxos de pessoas e mesmo de ideias e ideais. Segundo Carlos (1997), o mundo atual passa a ser um processo de expressão do movimento acelerado das forças produtivas e das relações de classe, consequentemente o modo de produção capitalista transforma a vida do indivíduo e o conteúdo urbano.

E é nesse contexto que Harvey (2013; 2014) constrói sua perspectiva a respeito do processo de urbanização no período contemporâneo, à luz do par dialético: excedente de produção - urbanização, explorando as estreitas relações, entre: à produção e absorção excedente capitalista, (intrínseco à mais-valia), atrelados à urbanização. Segundo Harvey: “o capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir” (HARVEY, 2014, p. 30) e “a urbanização desempenha um papel particularmente ativo (...) ao absorver as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia” (HARVEY, 2014, p. 33).

O processo de urbanização para Harvey está intrinsicamente relacionado às classes sociais dominantes, já que historicamente a urbanização vem para atender o capital, e apenas uma parcela da população, classe social dominante. Dessa forma aparece como fenômeno de classe, no decorrer do processo histórico-geográfico de longa duração, intimamente ligado a desigualdade, o qual só pode ser entendido sobre a ótica histórico-geográfica.

Desde o início as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos (HARVEY, 2013, p.74).

Tendo em vista, que desde os primórdios, as cidades são fruto da concentração geográfica e social e de certa forma de algum tipo de um excedente de produção; pode-se dizer o atual modo de produção resinificou, a função do processo de urbanização para auxiliar suas necessidades, já que o modo de produção capitalista é impulsionado pela necessidade de encontrar esferas rentáveis para a produção e consumo, aumentando espaço de atividade capitalista. “A urbanização, podemos concluir, desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo

processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade” (HARVEY, 2013, p. 74).

Para Harvey (2014), reforça a urbanização como fenômeno de classe, no decorrer de processos histórico-geográficos de longa duração, intimamente ligado à desigualdade “a urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável [...] a urbanização nada mais é do que incessante produção de um comum urbano e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (HARVEY, 2014, p. 156).

Ao nos determos nos escrito de Rodrigues (2007), percebemos que a autora, corrobora com a ideia de que as desigualdades socioespaciais são intrínsecas ao processo de urbanização capitalista a “reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social” (RODRIGUES, 2007, p.74). “A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência” (RODRIGUES, 2007, p. 75) e no decorrer desta obra, propõe ir além das aparências para entendermos as complexidades de produção, consumo do e no espaço, que engendram as desigualdades socioespaciais.

A desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência [...] a exploração e a espoliação são partes do mesmo processo da urbanização capitalista. É fundamental para a análise da produção e reprodução do espaço urbano, da desigualdade socioespacial, que se analise a imbricação do mundo do trabalho e do mundo de reprodução da vida como produto da exploração, dominação e espoliação dos trabalhadores que se concretizam no local de trabalho, no lugar de moradia, no deslocamento da moradia para o trabalho, na vida em geral (RODRIGUES, 2007, p.78).

Relaciona a perpetuação das desigualdades socioespaciais às ações do Estado (e/ou sua aparente ausência) a ação predominante do Estado, o qual se organiza para a manutenção e apoio deste modo de produção, assentado nas relações capital-trabalho, por meio de certas medidas gerais de cunho protetivo, garantindo o direito da propriedade privada: proteção dos mecanismos de acumulação, eliminação de barreiras da mobilidade do capital e do trabalho, entre outras.

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano. [...] No discurso dominante, o Estado parece estar acima das contradições e conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial, considerada um problema

que será solucionado com o desenvolvimento econômico e planejamento territorial urbano. (RODRIGUES, 2007, p.74-5).

Em vista disso é válido destacar alguns pontos em relação as ações do Estado capitalista, não devem ser reduzidas ao conjunto integrado de suas instituições, pois pensa-lo dessa forma, implica num estreitamento de sua complexidade, tendo em vista que seu papel não se limita apenas as suas instituições de forma isolada. O Estado pode se comportar como agente responsável pelo asseguramento das estruturas de reprodução do capital, o que se relaciona a produção e/ou perpetuação das desigualdades socioespaciais sendo por meio de execução de ações, e/ou aparente ‘falta destas ações’ (HARVEY 2005).

Configurando-se enquanto agente que predominantemente se organiza para a manutenção e apoio ao modo de produção capitalista, por meio de certas medidas gerais de cunho protetivo, como a garantia ao direito da propriedade privada: proteção dos mecanismos de acumulação, eliminação de barreiras da mobilidade do capital e do trabalho, entre outras.(CARLOS, 2007a). Ademais essa condição de agente pode ser evidenciada ao passo que o Estado emprega os instrumentos urbanos que detém, englobando esfera jurídica e executiva. À exemplo do controle dos preços de terras, regulamentação do uso do solo, taxaço dos impostos fundiários e imobiliários e a mobilização de investimento na implantação de serviços públicos (CRUZ 2019).

Em suma Rodrigues (2007)entende as desigualdades socioespaciais, como inerentes ao vigente modo de produção capitalista, a um só tempo como manifestação e condição e permanência, de espoliação e exploração entre as relações capital- trabalho. Além de se manifestar, á exemplo nas formas e conteúdos, nas maneiras de apropriação da propriedade privada, manifestando-se na acumulação desigual no espaço.

Rodrigues (2016) baseia principalmente sua construção de pensamento a respeito de desigualdade socioespacial, em: Carlos (2007), Sposito (2011) e Theis (2009). Ao construir sua perspectiva, de modo á pensar as desigualdades socioespaciais “como produto de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, meio para a reprodução de fluxos de capital no território e condição para a realização da reprodução do capital no espaço” (RODRIGUES, 2016, p.798).Partindo da perspectiva de Carlos (2007), e suas contribuições a respeito do par desigualdade ↔ diferença, que costuram a relação sociedade/espaço, de certa maneira em cada momento histórico.

A desigualdade produz a diferenciação socioespacial na medida em que a cidade torna-se valor de troca, mercadoria cujo preço tende a limitar a possibilidade de

consumo do espaço, produzindo, dessa maneira diferenciações, hierarquizações e fragmentações socioespaciais. Por sua vez, a diferenciação socioespacial, enquanto concreticidade material, constitui produto social da desigualdade que está na origem do processo de produção do espaço, revelando, espacialmente, as estratégias de classe (RODRIGUES, 2016, p.796).

Uma segunda perspectiva analítica, do qual Rodrigues assenta suas contribuições é a de Sposito (2011), a qual traz as desigualdades socioespaciais, fundamentadas e entendidas sob três níveis de análise: urbanização e divisão do trabalho; pautado nas relações da divisão do trabalho e da rede urbana e a reestruturação das relações entre as cidades. Sem deixar de lado compreender o par desigualdade ↔ diferença enquanto processos em constante dinâmica, dentro do curso da história, envolvendo “determinações processuais no âmbito do modo capitalista de produção” (RODRIGUES, 2016, p.798).

Para Sposito (2011), a diferenciação socioespacial é a marca das cidades desde os primórdios da urbanização. Dessa maneira, as cidades, enquanto formas-conteúdo constituem produto de uma divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho historicamente constituídas ao longo do processo de urbanização.[...] Seguindo a proposição da autora, consideramos necessário compreender o par desigualdade ↔ diferença enquanto processos que se transmutam e se interpenetram, a partir de uma relação dialética que tende a contribuir para o entendimento da produção social do espaço e da precariedade da vida urbana. A autora em questão compreende a desigualdade como um fato histórico, um resultado de determinações processuais no âmbito do modo capitalista de produção (RODRIGUES, 2016, p.797-8).

Rodrigues (2016) disserta a respeito da obra de Theis (2009), onde o ‘desenvolvimento desigual’ aparece com íntima relação com a Divisão Territorial do Trabalho (DTT), e sua espacialidade e relação com o espaço geográfico, que pode ser á um só tempo resultado e expressão da DTT . Perpassando pelo papel das tecnologias nos processos de produção de diferenciação do espaço, auxiliando na acumulação do capital “O uso de novas tecnologias nos meios de comunicação e transporte tenderam a alterar substancialmente, a mobilidade do capital e do trabalho” (RODRIGUES, 2016, p.798)

Em síntese Rodrigues (2015; 2016) compreende “a urbanização e a desigualdade como processos dialéticos co-determinantes, cuja expressão espacial se manifesta na produção desigual do espaço urbano das cidades, no período contemporâneo” (RODRIGUES, 2015, p.64). Ademais “A desigualdade socioespacial; enquanto processo geográfico-histórico que se realiza como meio, condição e resultado da relação entre universalidades, particularidades e singularidades imanentes ao modo capitalista de produção”, Rodrigues (2016).

Assim a urbanização é componente é um processo contribuídos da produção das desigualdades socioespaciais. Partindo da premissa de Rodrigues (2015; 2016) o qual estuda a produção das desigualdades socioespaciais, como processo complexo e repleto de múltiplas interfaces e determinações, entre elas a urbanização. Ainda segundo Rodrigues (2016) a DS constitui “*produto* de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, *meio* para a reprodução de fluxos de capital no território e *condição* para a realização da reprodução do capital no espaço” (RODRIGUES, 2016, p.798).

Rodrigues (2015; 2016) compreende “a urbanização e a desigualdade como processos dialéticos co-determinantes, cuja expressão espacial se manifesta na produção desigual do espaço urbano das cidades, no período contemporâneo” (RODRIGUES, 2015, p. 64). Ademais traz a desigualdade socioespacial; enquanto processo geográfico-histórico que se realiza como *meio*, *condição* e *resultado* da relação entre universalidades, particularidades e singularidades imanentes ao modo de produção capitalista (RODRIGUES 2016) e a produção do espaço.

- **ESPAÇO URBANO**

Em relação ao “fruto espacial da urbanização” ou seja, o espaço urbano destaca-se aqui, a contribuições de autores como: Sposito (2008), Carlos (2007a; 2007b; 2007c), Corrêa (1989), e Rodrigues (2010); os quais se propôs a aclarar os principais processos, dinâmicas, ritmos e relações que regem o urbano caracterizando-o em suas particularidades, principalmente no atual momento contemporâneo regido em escala global pelo modo de produção capitalista.

É valido ressaltar que à formação da cidade precede o capitalismo, destacando à premissa necessária (mas não única), como sendo a condição de produção do excedente alimentar, atribuída a revolução agrícola (ano 5000 a. C.), fenômeno que liberou uma parcela da população dos campos de cultivo a cidade, as quais se aglomeravam em espaços próximos exercendo “funções incompatíveis com atividade de subsistência” gerando uma “primária” divisão social do trabalho, a qual possibilitou a origem das primeiras cidades. (CARLOS 1997; SPOSITO 2008).

A cidade é incompatível com a economia de subsistência, a ausência de especialização e diferenciação surge do aprofundamento da divisão do trabalho entre homens e entre lugares. A separação cidade-campo, e o desenvolvimento da primeira com o crescimento das trocas e da divisão do trabalho produzem uma organização dinâmica e um espaço de relações de alto poder concentracional, com uma concentração peculiar a cada momento histórico. (CARLOS, 1997, p. 45).

Segundo Sposito (2008), a origem do espaço urbano está ligada prioritariamente aos aspectos sociais e políticos em detrimento do aspecto econômico, justificada pelas condições histórico geográficas das primeiras cidades, as quais datam da Idade Antiga. Como já dito anteriormente, a autora entende urbanização como processo, e a cidade como espacialização deste, assim como a cidade tem aspectos (econômicos, políticos, sociais, culturais e espaciais) podemos inferir que o processo de urbanização também carrega todos esses aspectos. Suas proposições são embasadas no historicismo dos processos de urbanização e formação das cidades desde a antiguidade, relacionando-as aos modos de produção vigentes em cada momento histórico, uma vez que “durante a antiguidade as cidades floresceram em diferentes territórios e diferentes tempos, sob organizações econômicas, sociais e políticas que também apresentavam diferenças entre si” (SPOSITO, 2008, p. 41).

Diante da perspectiva basilar de Carlos (2007b), a cidade e o espaço urbano apresentam-se como trabalho materializado, alicerçado por processos históricos e sociais. Ao passo que sua morfologia expressa ao menos uma parcela da materialidade do trabalho social representando uma ou mais forma(s) de processo(s) de produção e reprodução do modo de produção capitalista, propiciando muitas vezes, a produção e circulação do capital.

O espaço produzido pela sociedade implica desconsiderar o espaço como uma existência real independente da sociedade. A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo. A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que a realidade presente e imediata. Esta realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento histórico específico (CARLOS, 2007, p. 30).

A cidade enquanto construção humana é um produto histórico-social, e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações, expressão e significação da vida humana; sendo obra e produto, processo histórico cumulativo. (CARLOS 2007; 2007c). o ponto chave para o desenvolvimento dos escritos de Carlos aqui referenciados, se encontra na dimensão do cotidiano. frente ao desafio de se estudar à cidade e o urbano, se faz necessário lançar mão da percepção e análise de dinâmicas cotidianas, como práticas socioespaciais (CARLOS 2007c).

Partindo das perspectivas analíticas de Corrêa (1989), do qual enfatiza de que o espaço urbano consiste na manifestação das relações espaciais as quais são formadas no seio das relações sociais, que por sua vez refletem determinada sociedade imbuída de ideologias, relações de poder, temporalidades e racionalidades, inerentes aos processos de produção

vigentes em determinado momento histórico (resultantes de ações acumuladas através dos tempos), articulando processos sociais.

Logo, o espaço urbano absorvido na sociedade capitalista, irá refletir, produzir e materializar as relações de reprodução típicas desse modo de produção, buscando a perpétua acumulação de capital através das suas relações espaciais, como por exemplo: “a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros e rendas” (CORRÊA, 1989, p. 8).

Para Corrêa (1989), a ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso tampouco se processa de modo socialmente neutro a fim de atender uma racionalidade que promova a equidade social, estando acima da sociedade classista e seus conflitos. Sua ação é constantemente marcada por conflitos de interesses de diferentes membros e alianças que constituem essa sociedade, ao passo que tende a privilegiar em determinados momentos interesses de um ou outro segmento de classes dominantes.

O estabelecimento dessa conjectura traz consigo as contradições desse corpo social, contradições essas que se espacializam em diferentes partes da cidade (e ainda no espaço urbano, tendo em vista que este pode transbordar os limites políticos da cidade). Sendo que o espaço urbano é dialético e guarda tempos e temporalidades diferentes em suas formas e processos, sendo simultaneamente fragmentado e articulado, mantendo relações de interdependências entre suas partes constituintes, relações estas que tem sua dimensão material nas formas espaciais. (CORRÊA, 1989; SANTOS 2014)

A sociedade capitalista, enquanto sociedade complexa e contraditória que atende a acumulação do capital, segundo Corrêa (1989) tem sua dinâmica e seu espaço produzido por agentes sociais concretos, e não por processos aleatórios ou um mercado invisível atuando sobre um espaço abstrato. Estes agentes sociais apresentam-se classificados em cinco tipologias de natureza analítica, são eles: a) proprietários dos meios de produção; b) proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos. “A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORRÊA, 1989, p. 12).

Os interesses e ações destes agentes sociais (que podem convergir ou divergir, dependendo dos interesses ‘de cada um’) influenciam diretamente nas dinâmicas espaciais, gerando um constante processo de reorganização espacial (das formas e funções, valorização e desvalorização de áreas, uso do solo, renda da terra) e conseqüentemente na produção do

espaço. Neste trabalho procuramos dar ênfase no papel do Estado enquanto agente produtor do espaço urbano, pontuando também algumas características dos promotores imobiliários tendo em vista que algumas vezes as ações do Estado se assemelham as dos promotores imobiliários, mas é válido ressaltar que não desconsideramos a presença, ação e relação com os outros agentes em meio aos complexos processos que se dão no espaço urbano.

Na perspectiva de Corrêa (1989;2011), ao analisar o Estado enquanto agente produtor do espaço urbano opta por focar nas ações históricas do Estado capitalista no território brasileiro em especial nas cidades. Destacando que este desempenha múltiplos papéis, essa multiplicidade decorre do fato de o “Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam” (CORRÊA, 2011 p 45) essa multiplicidade está intimamente associada as relações que se estabelecem com os outros agentes sociais (como proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários e os promotores imobiliários) dessa maneira, a sua ação insere-se no contexto histórico da dinâmica socioespacial em que está situado.

Ademais, salienta-se que o Estado capitalista em diversos momentos atuou como grande consumidor do espaço - absorvendo características de seletividade espacial - como também proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem descaracterizar-se de sua capacidade de regulação do uso do solo, mostrando ações complexas e dialéticas no espaço ao longo do tempo (CORRÊA 1989).

Essas características de seletividade espacial estão diretamente relacionadas ao papel espacialmente desigual que Estado executa em relação ao oferecimento de serviços públicos e aparelhos urbanos, sendo enquanto infraestrutura física e até mesmo aspectos normativos e jurídicos vinculados a regulamentação do uso do solo (CORRÊA 1989).

Nesse sentido sua ação muitas vezes ocorre por meio da implantação de serviços públicos, (como sistemas de infraestrutura, a exemplo de redes viárias implantação de saneamento entre outros serviços) as quais podem interessar tanto empresas de capital privado, quanto a população em geral. A exemplo disto, destaca-se como o Estado se faz presente na organização espacial das cidades, sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte (CORRÊA 1989).

O Estado também é uma instituição a qual vários segmentos da população podendo ser urbana ou não, recorrem para reivindicar serviços e direitos. Por dispor de um “conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano” dentre os listados por Corrêa

(1989)¹¹, destacamos: 1) O direito a desapropriação; 2) Regulamento do uso do solo; 3) Controle dos preços de terras; 4) Impostos fundiários e imobiliários; 5) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; 6) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; 7) investimento público na produção do espaço, através de obras e implantação de infraestrutura; 8) organização de mecanismos de créditos à habitação.

O Estado capitalista pode viabilizar diversos interesses de determinadas classes em um determinado momento do tempo, munido desses instrumentos podendo dotar ou não parcelas do espaço de infraestruturas que atendem e/ou (re)produzem certas finalidades, como por exemplo a viabilização do capital imobiliário, ao criar condições de circulação, ‘produzindo chão’ por meio de obras de drenagem tornando espaços passíveis de ocupação (produzindo e/ou ratificando a seletividade espacial) (CORRÊA 1989)

Corrêa (1989) pontua os promotores imobiliários com um conjunto de agentes heterogêneos, que entretanto tem em comum alguns tipos de “operações” sendo que estas não são mutuamente excludentes. A primeira que é tida como operação chave para a caracterização de um agente social como promotor imobiliário, é a **incorporação**: que consiste na gestão do capital-dinheiro, que permeia todo o processo de fomento da “mercadoria imóvel”, desde atributos como, localização, tipologia e tamanho das unidades, e quais finalidades busariam atender (habitação ou escritórios por exemplo), até a construção de propaganda e venda das unidades.

O referido autor traz o **financiamento** como formação de recursos monetários a médio, longo ou a curto prazo, por intermédio de pessoa física ou jurídica com a finalidade de se adquirir um imóvel (nesse sentido se o Estado passa a financiar um imóvel, em determinada situação, faz as vezes o papel de um incorporador imobiliário). **Estudo Técnico**, realizado por profissionais, visando verificar a viabilidade técnica da área para construção, de acordo com os parâmetros estipulados pelo incorporador.

O aspecto **produção física do imóvel**, engloba a execução da construção tal qual estão presentes empreiteiras, juntamente com firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo, sendo diretamente responsável pelo gerenciamento da força de trabalho; a **Comercialização** (Transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro acrescido de lucro), em geral atribuída empresas de corretagem, profissionais de propaganda, planejadores de venda.

¹¹ Corrêa (1989) lista dez principais, aqui procuramos resgatar alguns, para o desenvolvimento do trabalho

Para além das características supracitadas, em relação à alguns aspectos indicados por Corrêa (1989), seguimos em pontuar a contribuição de outros autores, que se fizeram fundamentais para a construção desse escopo. Nesse sentido Rodrigues (2015) refere-se a cidade como dimensão cristalizada, trabalho morto, em suas formas espaciais e seus conteúdos urbanos, fruto da divisão social do espaço, cujas materialidades são permeadas por tempos e temporalidades distintas ligadas diretamente às ações de agentes produtores do espaço urbano.

Em síntese, a cidade pode ser entendida como justaposição de diferentes usos da terra, e manifestação da divisão social do trabalho, à medida em que aglomeram-se diferentes forças de trabalho nas cidades, tendo sua função diferenciada do campo. Como centro de decisão política, o espaço urbano, se apresenta como concentração de possibilidades de expansão do capital, “Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sobre a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista.” (CARLOS, 2007b, p. 25/26); “as cidades expressam por excelência, (...) o processo de acumulação e de concentração do capital é a precarização crescente das relações de trabalho. (...) é o espaço mais visível e o concentrado das diferenças de classe e das contradições sociais” (CASTRO, 2008, p.16).

Ademais, como espaço de reprodução da vida e das relações sociais, (prática sócio espacial), o espaço urbano espacializa as relações do cotidiano de seus habitantes (CORRÊA, 1989; CARLOS 2007; 2016), além de ser erigido por processos históricos, e suas condições refletindo por vezes à acumulação de tempos. Segundo (SPOSITO, 2008. CARLOS, 2007A; 2007B; 2016) “A cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas relações” (SPOSITO, 2008 p. 11).

Pretende-se aqui adotar a concepção de espaço urbano, corroborando com as ideias dos autores acima desveladas por considerar que estas auxiliam a difícil tarefa de compreender cientificamente determinado aspecto da realidade humana, e a materialidade da temática proposta que engloba, um recorte espacial e temporal.

Desta feita lê-se em síntese, o espaço urbano enquanto espaço da reprodução da vida envolta em relações sociais cotidianas, que vem a ser erigido por processos históricos, da sociedade, e em se tratando sociedade capitalista, enquanto sociedade complexa e contraditória que atende a acumulação do capital, segundo tem sua dinâmica e seu espaço produzido por agentes sociais concretos, agentes produtores do espaço urbano.

E por ser dialético, guarda tempos e temporalidades diferentes em suas formas e processos, (sendo estes envoltos em trabalho humano) sendo simultaneamente fragmentado e articulado, mantendo relações de interdependências entre suas partes constituintes, relações estas que tem sua dimensão material nas formas espaciais. (CORRÊA, 1989; SPOSITO, 2008. CORRÊA, 1989; CARLOS 2007; 2016; RODRIGUES, 2015).

A partir desta ótica pretende-se perceber os processos e fenômenos geográficos que estão presentes no atual espaço urbano da cidade de Tucuruí, e para tanto se faz necessário um movimento ‘regressivo’ de retorno ao passado. Afim de entender a importância e a articulação de processos históricos anteriores com as dinâmicas estabelecidas na produção dos espaços urbanos atuais, o que nos propicia o embasamento para o entendimento e a discussão de como os agentes do espaço urbano em especial o Estado com suas ferramentas jurídicas político-administrativas (quais podem por vezes se manifestar em ações de planejamento e gestão urbanas) incidem diretamente na produção da moradia e na questão do acesso á bens e serviços, refletindo na espacialidade de contradições e conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial (RODRIGUES 2015).

i2.2 - DA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO AO DIREITO À MORADIA

• PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO

Ao depararmos-nos com os vocábulos, habitação e moradia muitas vezes aparecem como sinônimos. Se olharmos a definição do dicionário Silveira Bueno de língua portuguesa, nas páginas 400 e 523 respectivamente verifica-se o ‘significado integral oferecido pelo glossário: “Habitar: morar; residir” (BUENO, 2007, p.400); “Moradia: morada; habitação.” (BUENO, 2007, p.523) refletindo uma sinonímia, configurando em geral lugar da morada, abrigo ou lugar no qual se vive e habita. Em se tratando de conceitos nota-se significados mais profundos o em relação a ‘palavras’ comumente empregadas ‘simples vocábulos’. Apresentando definições que não, nos auxiliam, a estabelecer uma mínima diferenciação conceitual para o desenvolvimento deste trabalho.

Dessa forma partimos do desafio de aclarar uma mínima definição e diferenciação nos atos de habitar e morar. Mas o que é o habitar? Definir esta ação de habitar não é tarefa fácil, por isso recorreremos ao filósofo existencialista alemão Heidegger (1951), na coletânea ‘Ensaio e Conferências’ publicada no Brasil pela editora Vozes, edição 2001 tradução: Marcia Schuback _ onde um capítulo intitulado ‘Construir, Habitar e Pensar’ para o ser humano, fazendo um resgate etimológico _as raízes das palavras, origem e derivações_ e se houve alguma mudança de significado devido ao seus usos.

Passando pelas origens do alemão com influências do gótico, como por exemplo, “A palavra do antigo ‘alto-alemão’ usada para dizer construir, ‘*buan*’, significa habitar. Diz: permanecer, morar.” a antiga palavra *bauen*, o antigo saxão ‘*wuon*’, o gótico ‘*wunian*’ significam permanecer, ‘de-morar-se’. (HEIDEGGER, 2001, p.2/3). E a partir daí traça a relação entre as raízes das palavras construir e habitar, para definir e diferencia-las. O vocábulo “*bauen*, construir, ainda fala de maneira originária diz, que amplitude alcança o vigor essencial do habitar. A antiga palavra *bauen* (*construir*) a que pertence “*bin*”, “*sou*”, responde: “*ich bin*”, “*du bist*” (*eu sou, tu és*) significa: eu habito, tu habitas” (HEIDEGGER, 2001, p.3).

Ao passo que desenvolve seu escrito e busca elucidar as dimensões de habitar e construir, mostra como estes dois termos ora convergem ora distanciam-se. Entretanto ao longo de seu texto para além das raízes linguísticas de tais palavras em alemão, com intuito de desenvolver uma conceituação, toma como ponto de partida uma relação que este chama de relação meio-fim: “Habitar e Construir encontram-se, assim, numa relação de meios e fins(...) Pensando desse modo, porém, tomamos habitar e construir por duas atividades separadas(...)

construir não é, em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. (HEIDEGGER, 2001, p.1)

Em síntese o autor define os termos da seguinte forma: *Bauen*, construir- propriamente habitar; *Wohnen*, relacionado ao modo como os mortais são e estão sobre a terra, e como estes habitam sobre a terra. “No sentido de habitar, construir desdobra-se em duas acepções: construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções.” (HEIDEGGER, 2001, p.3)

Dessa maneira Heidegger ao construir uma linha de raciocínio afirma que a essência de habitar, está na potencialidade de resguardar, resguardar a vida, resguardar o corpo humano, das intemperes da natureza por exemplo, nesse sentido o lugar do habitar é também lugar de proteção ao corpo, a existência desse lugar de proteção, possibilita ao ser humano condições exercer outras atividades, dentro e fora deste ambiente, quais sejam suas necessidades e possibilidade sociais ou individuais. Nesse sentido, exercer o ato de habitar caracteriza um comportamento, “que o homem cumpre e realiza em meio a vários outros modos de comportamento. Trabalhamos aqui e habitamos ali. Não habitamos simplesmente. Isso soaria até mesmo como uma preguiça e ócio” (HEIDEGGER, 2001, p.3).

Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um de-morar-se dos mortais sobre essa terra. (HEIDEGGER, 2001, p.3)

O verbo habitar em se tratando da execução de uma ação. No sentido de Heidegger a ação de se resguardar diária e continuamente em determinado espaço, durante um período de tempo. Possibilitando ao homem enquanto ser mortal exercer comportamentos e atividades a eles necessárias. “No sentido de habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, ‘habitual’. (HEIDEGGER, 2001, p.2)

Como podemos ver em Heidegger (2001) a característica de resguardar o corpo humano, que constitui o habitar, converge com os escritos de Pedrão (1989), ao trazer a concepção de habitação, correspondente a dimensão física do abrigo, exerce sua *função social* por meio do ato de morar, sendo ocupada por pessoas que ali desenvolvem suas relações de reprodução (alimentação; descanso). Nesse sentido o autor define moradia como serviço social, relacionada a forma a qual a população ‘consome’, sendo que as condições de moradia dependem em geral,

da qualidade da habitação e seu entorno, e do nível de renda social, o qual o(s) indivíduos possuem.

Então, a habitação seria um bem físico que ao ser consumido realizaria a moradia, dessa forma a habitação seria o imóvel em suas diversas modalidades e a moradia seria compreendida a partir da forma de morar, o modo como as pessoas moram depende simultaneamente da qualidade física das habitações e das condições em que elas são socialmente utilizadas (PEDRÃO, 1989).

Que por sua vez tem estreita relação ao poder aquisitivo, nível de renda e classes sociais, pois estes em geral definem o acesso ao tipo de área em relação à qualidade de habitação, localização e serviços. “O acesso a uma moradia decente não depende de se dar tempo para a construção de mais casas, mas de se poder pagar por elas. [...] A possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial” (PEDRÃO, 1989, p.73).

Ainda nesse sentido em que a moradia, se faz no exercício da ocupação da habitação encontramos nas contribuições de Rodrigues (2003), a definição de moradia como necessidade básica para a reprodução e a mínima qualidade de vida do indivíduo. Morar para Rodrigues caracteriza um ato infracionável, tendo em vista que a moradia compreende tanto um pedaço de terra, quanto à necessidade de uma edificação, e seu valor de troca (expresso pelo preço) está intimamente relacionado à dita localização; e, se está é bem servida (ou tem mínima) infraestrutura de equipamentos coletivos, a responsabilidade pelo fornecimento de tais equipamentos, está comumente atrelada ao leque de incumbências do Estado (RODRIGUES, 2003).

Seguindo na temática habitar, destacamos também as contribuições de Carlos (2007) “o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa” (CARLOS, 2007 P. 93). O habitar imbuído de prática sócio espacial também está sujeito a influência da ação espaço-temporal apoiada nas relações de vida e uso do espaço, “na medida em que o uso do espaço urbano se realiza enquanto emprego de tempo(...) o ato de ‘habitar’ está na base da construção do sentido da vida, revelado nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa” (CARLOS, 2007c, p. 93/94)

Em consonância com as ideias de Carlos, Cruz (2019) destaca o habitar como, instância da vida privada do indivíduo, e a partir desta instância que o indivíduo pode desenvolver modos de apropriação de outros espaços da cidade, o que “remete ao termo moradia” por este último estar associado à esfera coletiva da vida em sociedade. Pois a partir da unidade habitacional, ao se realizar do ato de morar que se desenvolvem relações e lugares de convivência com a

vizinhança engendradas nas práticas sócio espaciais do cotidiano do morador/habitante. Dessa forma envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação.

Quando o ato de morar implica, também, um conjunto de ações que articulam planos e escalas espaço-temporais que incluem o público e o privado, o local e o global, através da vida que se realiza pela mediação do outro, em que os indivíduos, imersos em uma teia de relações, constroem uma história particular que é, também, uma história coletiva. Em síntese, verifica-se que habitação e moradia, embora difiram, estão fortemente relacionadas, estando a habitação relacionada à esfera individual a necessidade de um abrigo físico para resguardar o corpo humano, e a moradia, o ato de morar, à ação de ocupar um lugar e desenvolver relações com outrem.

• O DIREITO À MORADIA

Ao mergulhar nas leituras em busca de esclarecimento em relação as conceituações teóricas á respeito de habitação e moradia, detectou-se uma questão inerente para além de um entendimento teórico, adentrar na realidade das necessidades humanas, permeada pela discussão de direitos humanos. A necessidade humana de morar traz em questão o ‘Direito á Moradia’, e para tanto se faz necessário um regate histórico de movimentos internacionais a cerca dos Direitos Humanos (DH) para que possamos discutir o direito á moradia.

No contexto do pós Segunda Guerra Mundial (SGM) , nota-se um movimento de articulação internacional em defesa dos DH. Frente ao cenário devastador de pós SGM, demonstrou que por vezes o Estado Nação pode violar direitos fundamentais de seus nacionais (vide como exemplo o movimento antissemita e suas reverberações na época). Nesse sentido a comunidade internacional buscou criar mecanismos de proteção á indivíduos de todo o planeta.

Deste movimento destaca-se a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH 1948) como marco para um acordo e um compromisso global, objetivando mínimas condições de igualdade de todo ser humano em direitos e obrigações. Trais os tratados internacionais se baseiam em “acordos de vontade firmados entre Estados (ou entre organizações internacionais)” (MORAES e DAYRELL 2008, p.15) sendo frutos do consenso entre os países e firmados voluntariamente.

Destarte aqui buscamos abordar a moradia como necessidade básica para a reprodução e a mínima qualidade de vida do indivíduo, constituindo um direito humano. Perpassando por elementos considerados essenciais, de acordo com o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais-

PIDESC (1966) em efeito a partir de 1976. Uma das primeiras definições referentes a o que seria uma habitação adequada, no do surgiu no PIDESC Como sendo “O direito de viver em algum lugar em paz, segurança e dignidade, como aceso a infraestrutura básica e dignidade, com acesso a infraestrutura básica, em uma localização que permite o acesso adequado ao emprego e oportunidades e serviços básicos, tudo a um preço acessível”. (adotado atualmente por 171 países).

E ainda, em seu artigo 11 reafirma, a importância da moradia adequada como condição do exercício de uma vida com dignidade. “Estados-parte no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida (PIDESC1966)

Ademais tem-se o documento número quatro do Comitê de Direitos Econômicos e Sociais e Culturais, da ONU (1991). Documento que defende o direito à moradia como direito humano e o fim dos despejos forçados. Através de medidas que busquem a promoção de moradia para todos, melhoramento da governança urbana, a redução da pobreza nas cidades e melhora do entorno nos lugares onde moram os mais pobres.

Ao longo do documento destaca-se Resolução nº 4, a qual destaca os elementos essenciais para uma moradia adequada, (os quais serão discutidos mais ao longo o trabalho) englobando não apenas a providencia de um abrigo físico, e sim uma condição de vida digna, que está diretamente ligado a efetivação de vários outros direitos humanos (MORAES e DAYRELL 2008). Por conseguinte temos a Declaração de Viena (1993), reafirmando também o direito de todas as pessoas a um nível de vida adequado; que inclui alimentação e acesso a assistência de saúde, moradia e serviços sociais necessários.

Além da Conferência das Nações Unidas dos Assentamentos Humanos 1996 (Habitat II) a qual culminou na conhecida Declaração de Istanbul. Tal qual se faz sobre a premissa que a Moradia deve ser acessível e adequada à todos, partindo e corroborando com os princípios e objetivos, da Agenda Habitat (Carta das Nações Unidas). Que buscou difundir a ideia de promover e proteger todos os direitos humanos, melhorar a qualidade de vida dentro dos assentamentos humanos, frente há necessidade de erradicação da pobreza e discriminação, onde a fundamental necessidade básica, discutida é a mínima qualidade de moradia. Através da expansão de ofertas de moradias minimamente adequadas e a custos acessíveis, assistindo aqueles que não têm condições de ter acesso via mercado imobiliário.

A mais recente Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III- Quito 2016). Que estabelece um “nova agenda urbana” que tem por objetivo indicar diretrizes que possibilitem a promoção e proteção dos direitos humanos com mínima qualidade de vida nos espaços urbanos, e frisa o direito ao acesso igualitário à cidade, para todas as pessoas sem distinção. Partindo da proposta de reavaliar a forma como as cidades e os assentamentos humanos se apresentam, afim de propor uma Agenda Urbana que busque e auxilie efetivamente a diminuição das desigualdade, e um desenvolvimento urbano sustentável.

Que estão em consonância com o objetivo 11- cidades sustentáveis da “Agenda 2030” formulada em 2015- e assinada pelos 193 países membros da ONU, podemos selecionar o objetivo que rege essa agenda, “Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países / garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos” (ONU 2019)

Estabelecendo a proposta de promover o acesso igualitário às oportunidades e aos benefícios oferecidos pela urbanização, que permitem que todos os habitantes, vivendo em assentamentos formais ou informais, possam levar vidas decentes, dignas e gratificantes e alcançar seu pleno potencial humano. (NUA- ONU 2019)

Segundo Moraes, e Dayrell (2008), O direito à moradia pode ser definido de forma simples como o direito a ter um lugar adequado para se viver, lugar este que possibilite o exercício da dignidade humana. E assim como Rolnik et al (2015), resgatam documentos internacionais para construir suas considerações a respeito do que seria uma ‘habitação adequada’ ou em outras palavras uma ‘moradia digna’(SALGADO 2018) ; tal qual deva proporcionar condições para o pleno desenvolvimento social, econômico e cultural do morador, indo além do abrigo físico o qual deve promover minimamente um padrão de vida adequado, resgatando um conjunto elementos essenciais, documentado Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU (1991) em consonância a DUDH (1948). Sendo eles: Habitabilidade, Adequação Cultural, Infraestrutura, Disponibilidade de Equipamentos e Serviços Públicos, Localização Adequada, Acessibilidade, Segurança da Posse e Custo Acessível.

Figura 2- Fluxograma: Elementos para uma Habitação Adequada.



Fonte: elaborado pelo autor com base: ONU habitat/ rolnick 2015

Levando em consideração a inserção do Estado Brasileiro no sistema internacional, e ainda como uma agente que assinou e ratificou sua participação nos tratados supracitados caberia ao Governo Federal, em conjunto com as demais esferas de governo, realizar esforços para a efetivação do direito à moradia, dentro dos padrões exigidos internacionalmente e referendados no âmbito nacional (MORAES e DAYRELL 2008). Nesse sentido faremos um resgate sucinto a respeito da reverberação desenvolvimento de acordos e pactos internacionais, na legislação brasileira.

No direito constitucional brasileiro também são oferecidos subsídios importantes ao tratar das questões dos ‘direito à moradia’. Dessa maneira em se tratando dos aspectos jurídicos nacionais verificamos que o direito à moradia se mostra explicitamente incluído como direito constitucional apenas no ano de 2000, através da emenda constitucional de n. 26, sendo válido destacar que o direito a moradia se constitui como direito social por meio de uma emenda constitucional (nº 26/2000), fruto de lutas reivindicações dos movimentos sociais (MORAES e DAYRELL 2008).

Ainda que estando presente desde a constituição de 1988, tal qual pode-se verificar no Artigo 6º, incorporado à perspectiva de direitos (fundamentais) sociais, como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, o transporte, lazer, segurança, etc.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O direito à moradia caracteriza-se por de direito essencial humano, ao “encontra-se protegido pelo princípio, que rege todas as relações e é base da Constituição Federal, a dignidade humana” (SOUZA 2004, p.4), Souza (2004) ressalta características essenciais do direito à moradia como sendo um direito humano inalienável, imprescritível, irrenunciável e universal.

o direito à moradia envolve, além do direito de ocupar um lugar, o direito de, ao ocupar esse espaço, deste se tornar um local de moradia, em virtude do fato de que morar compõe o caráter humano. Nesse sentido, o direito à moradia é requisito para se abranger o mínimo existencial, juntamente com outros tantos direitos fundamentais. (...) Tanto é um direito humano que a moradia também apresenta as características de inalienabilidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade, universalidade. É inata, absoluta e inviolável. Tem-se a universalidade do direito à moradia, visto que seu exercício estende-se a todos os indivíduos, independente de sexo, etnia, religião, situação financeira. Apesar de serem diferentes, todas as pessoas desfrutam desse direito com base no princípio da igualdade (SOUZA, 2004 p. 4).

Moraes, e Dayrell (2008), debatem de maneira mais didática na Cartilha de Direitos Humanos intitulada “Direito Humano à Moradia e Terra Urbana”, uma sucinta caracterização dos quatro elementos que compõem a base da construção dos ‘Direitos Fundamentais’ voltando-os para as aplicabilidades do direito a moradia, “O ser humano, para ter uma vida digna, precisa que todos os seus direitos humanos sejam respeitados e efetivados” (MORAES e DAYRELL 2008, p.13).

Desta feita, a universalidade do direito à moradia engloba todos os lugares, e regiões, o estado ou a cidade na qual você se encontra, seja na área urbana ou na área rural, sendo ele é válido e exigível em todas as áreas em questão. Indivisibilidade do direito à moradia o caracteriza porquanto tão necessário quanto o direito à vida, à alimentação adequada, à saúde, à educação e ao trabalho.

Nesse sentido o aspecto da inter-relação, em se tratando de uma violação do direito à moradia, reverbera diretamente em outros direitos, como os direitos à intimidade, integridade física e psicológica, direito à segurança e ao convívio familiar. Sendo assim o caráter de interdependência a efetivação do direito à moradia, está arraigado à concretização de outros direitos, como o direito à água, à saúde, ao meio ambiente e à vida. E por fim a dimensão da

Inalienabilidade do direito à moradia faz com que este não possa ter seu exercício restringido por outros nem ser cedido voluntariamente por ninguém (MORAES e DAYRELL 2008).

Santos e Medeiros (2016) partem das noções de “direito à moradia” e “direito à habitação” e apresenta uma diferenciação a partir da Emenda Constitucional 26/2000, a qual inclui a moradia como direito fundamental. Mas entendê-la requer entender o direito à habitação, o que de acordo com o Código Civil Brasileiro de 2002 em seus art. 1.414 a 1.416 se constitui na efetivação do direito ao uso de um imóvel com o fim último de habitação. Nesses termos, segundo Santos e Medeiros (2016), o direito à moradia se definiria como o direito de ocupar um espaço que lhe sirva de abrigo e referência para a vida e que se exercerá pelo acesso à habitação. Logo, segundo o mesmo autor, a habitação vem a ser a estrutura material mesma a partir do qual se realizará a moradia enquanto função da habitação.

Em síntese, entende-se aqui a moradia primeiramente como uma necessidade básica e um direito fundamental do ser humano (RODRIGUES, 2007), a qual vem a ser compreendida, de maneira ampliada, envolvendo as relações com o entorno, e a vivência cotidiana das práticas socioespaciais (CARLOS 2007), e para tanto requer atender condições mínimas necessárias, tanto do abrigo/unidade habitacional, a qual só pode exercer sua função social, quando seu entorno estiver munido de um conjunto de equipamentos serviços urbano que possibilite minimamente a realização das condições de reprodução do ser (PEDRÃO 1989). Nesse sentido para fins de análise científica, adotamos a concepção de habitação ligada à esfera individual de necessidades de produção e direito humana; já a moradia relacionada às relações sociais, que se desenvolvem no entorno da morada e da cidade.

Em tese o Brasil enquanto estado partícipe de tratados e pactos internacionais, adquiriria a responsabilidade de realizar esforços, em conjunto com as demais esferas de governo, que coadunem minimamente aos compromissos acordados. Diante disso o direito à moradia, o qual é parte constituinte dos direitos humanos, deveria estar em conformidade aos padrões mínimos acordados voluntariamente.

2.3- HABITAÇÃO - MERCADORIA: ALGUNS ELEMENTOS PARA SE PENSAR AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.

A cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável a ocupação do espaço urbano. (SINGER, 1979, p. 33).

Como já foi dito anteriormente desigualdades socioespaciais (DS), se alinham ao atual processo de urbanização capitalista está imerso na lógica de reprodução ampliada do capital. Ou seja, quando o processo de urbanização vem a atender a reprodução ampliada do capital, A um só tempo se faz assentado e reproduz as desigualdades socioespaciais. Apresentando assim sua relação dialética ao passo que as DS como *condição* para a reprodução desigual do espaço urbano, bem como se fazem *meio* para a realização de um no outro (a DS e a produção do espaço urbano) manifestando seu caráter, sincrônico formando o par dialético. Dessa forma a DS se faz também *produto*, do contínuo processo de urbanização quando esta atende a reprodução ampliada do capital (RODRIGUES, 2007; RODRIGUES, 2015, 2016).

Segundo Rodrigues (2007) as DS, se manifestam na existência de classes sociais e suas diferentes formas de apropriação da riqueza produzida, e se materializam áreas de pobreza representam, em relação e contraponto a lógica dominante. E nesse sentido a autora traz a questão da moradia como exemplificação da materialidade dessas DS, em diversos pontos ao longo de seu trabalho, desde o momento, em que discorre a respeito das características “qualidades” das unidades habitacionais “áreas ricas ou nobres”; perpassando pelos conjuntos habitacionais edificados e financiados pelo Estado, as quais tem estreita relação com a *Ideologia da Casa Própria*¹² quando afirma “conjuntos construídos para trabalhadores, num mercado específico e financiados com recursos públicos, acentuam a desigualdade social e espacial” (RODRIGUES, 2007, p.77).

E tomando a exemplificação de Rodrigues (2007) como base nos propomos a estudar as DS sob a lente da produção da moradia, nesse sentido lê-se moradia englobando alguns aspectos¹³, constituindo uma necessidade básica e um direito fundamental do ser humano, o qual vem a ser compreendido de maneira ampliada envolvendo a esfera do habitar e para tanto requer atender condições mínimas necessárias, tanto do abrigo/unidade habitacional, a qual só pode exercer sua função social, quando seu entorno estiver munido de um conjunto de equipamentos

¹² Difundida durante o governo militar: qual basicamente busca promover à propriedade privada da “casa própria” como uma ferramenta de importante controle social.

¹³ melhor explicitado no tópico “2.2 - da produção da habitação ao direito à moradia”.

serviços urbanos que possibilite minimamente a realização das condições de reprodução do ser (PEDRÃO 1989 RODRIGUES, 2007, CARLOS 2007).

Tendo em vista que a moradia compreende tanto um pedaço de terra, quanto à necessidade de uma edificação, está intimamente relacionado à dita localização (associada à disposição de infraestrutura e equipamentos coletivos¹⁴) Tais características podem revelar um “nível de qualidade” da moradia associada a tal localização diretamente relacionado poder aquisitivo, nível de renda e classes sociais.

a implantação de infraestrutura, via de regra, aumenta o preço da terra, ‘valoriza’ o lugar, expulsa os trabalhadores para áreas mais distantes e precárias, principalmente, os que estão fora da legalidade jurídica. A presença e ausência do Estado para a criação de condições de reprodução no urbano, são inerentemente contraditórias. A desigualdade socioespacial não é nova, acirra-se com o ‘sucesso do modo de produção de mercadorias’, com a precarização das relações de emprego no mundo do trabalho, com o avanço da tecnologia, com ‘imagens de cidade-mercadoria competitivas’ (RODRIGUES, 2007 p. 78)

Á grosso modo o funcionamento do mercado imobiliário torna a ocupação das áreas mais favorecidas por serviços e equipamentos urbanos, com melhor infraestrutura, em relação a distribuição e acesso à água encanada, rede de esgotos, iluminação e transportes “seja privilegio das camadas de renda mais elevada, capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar, a população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que por isso mais baratas” (SINGER, 1979, p. 27).

É importante observar que ao passo em que a moradia tem uma relação estabelecida com o mercado, sua característica de atender à necessidade humana passa a ser subvertida, tornando-a coisa, objeto, mercadoria; por ter sua dimensão de valor de troca priorizada em detrimento do seu valor de uso. Dessa forma, a moradia ao entrar em contato com o mercado torna-se demanda (BUONFIGLIO 2018) “As necessidades das mais variadas naturezas, uma vez apoiadas pela capacidade de pagamento e, portanto, de consumo, tornam-se demanda solvente” (BUONFIGLIO, p.4 2018).

Essa demanda criada, pode vir a ser revestida de ideologias no cenário nacional especificamente a partir da “Ideologia da Casa Própria” difundida no período militarista (BOLAFFI, 1979). É válido reforçar que a moradia não é apenas uma necessidade produzida pelo mercado, é uma necessidade real para a reprodução do indivíduo, sendo determinada

¹⁴ A responsabilidade pelo fornecimento de tais equipamentos, está comumente atrelada ao leque de incumbências do Estado (RODRIGUES, 2003).

cultural, social e historicamente. Sabe-se que moradia e “casa própria” não podem ser considerados sinônimos por si só, tendo em vista que morar constitui um verbo, uma ação. Intimamente alinhada a exercer uma necessidade básica e um direito fundamental do ser humano, que ultrapassa o simples ato de resguardar o corpo (HEIDEGGER 2001) atingindo as esferas de reprodução imersas nas práticas socioespaciais cotidianas de apreensão e apropriação do espaço urbano (PEDRÃO 1989 RODRIGUES, 2007, CARLOS 2007).

E o retrato de ‘casa própria’, está em primeira dimensão associada á apropriação privada de um fragmento do ambiente construído, (revelando um caráter quase “inalienável da propriedade privada” no sistema capitalista principalmente vivido no espaço urbano). Isso pode ser verificado em vários trabalhos acadêmicos ou mesmo entrevistas midiáticas, quando perguntado há habitantes das cidades ao longo do brasil sobre a ‘casa própria’ o principal aspecto comum por ele indicado é a “de segurança de posse” (ROLNIK et al, 2015) “o direito dos seus ocupantes de residir em um local sem o medo de remoção ou de ameaças indevidas ou inesperadas” (ROLNIK et al, 2015 p.405).

A respeito do atual papel da “casa própria” no cotiado dos brasileiros, Arantes e Fix (2009) trazem grande contribuição, retratando-a como ferramenta de sobrevivência em meio as cidades brasileiras. Tendo em vista a realidade histórico geográfica desse país que não passou por um ‘Estado de bem estar social’, tampouco viveu uma industrialização com pleno emprego, e atualmente possui “sistemas de proteção social deficientes”. Sendo a ‘casa própria’ tida como garantia de uma estabilidade em vários níveis, à segurança real e simbólica. Para as camadas sociais mais baixas representa ainda a garantia de uma velhice “com teto”, dado o atual cenário da previdência social, ou seja, é vista como a única garantia para um fim de vida com o mínimo de segurança e dignidade.

Evidentemente que não se trata apenas de um fenômeno ideológico. A casa própria é percebida e vivida pelas camadas populares como verdadeiro bastião da sobrevivência familiar, ainda mais em tempos de crise e de instabilidade crescente no mundo do trabalho. A casa própria, no Brasil, representa a garantia de uma velhice “com-teto”, na ausência ou insuficiência da previdência social, ou seja, é vista como a única garantia para um fim de vida com o mínimo de segurança e dignidade. Para os jovens casais com filhos ou mães chefes-de-família, a casa própria é a garantia de uma estabilidade em vários níveis, em relação à escola dos filhos, aos laços de solidariedade de bairro, à segurança real e simbólica de não ser ameaçados ou vitimados pelo despejo em caso de desemprego. Nesse sentido, a casa própria cumpre um papel de amortecedor diante da incompletude dos sistemas de proteção social e da ausência de uma industrialização com pleno emprego e é, por isso, o “sonho número um dos brasileiros” (ARANTES; FIX 2009, p. 6).

A subversão da habitação¹⁵ em mercadoria que se desenvolve em meio ao mercado imobiliário urbano faz com que a escolhamos como lente para estudar as desigualdades socioespaciais. Tendo em vista que a peculiaridade central da habitação como mercadoria, esta não pode ser produzida e consumida em qualquer lugar, em qualquer terreno, mas requer uma determinada porção de terra, de solo edificável (BUONFIGLIO, 2018).

Em relação a composição do preço da mercadoria-habitação, Buonfiglio (2018) traz as características de tal composição de forma didática, resgatando os escritos de Valença (2003): “não é uma mercadoria qualquer como ventilador ou sapatos”, mas de natureza peculiar com características complexas e implicações profundas em sua forma de produção e consumo’ (VALENÇA, 2003, p. 166).

Desta feita o preço da habitação enquanto mercadoria é formado por um conjunto de fatores, desde a produção dos materiais necessários, até a própria edificação que mobiliza grande número de mão de obra e agentes para todas as etapas pelas quais sua produção perpassa ‘englobando um alto valor agregado’. E sobretudo, se faz necessário levar em consideração preço da terra sobre a qual a habitação está construída, o que colabora com as realidades desiguais ao longo das cidades brasileiras (BUONFIGLIO, 2018).

Nesse sentido se faz necessário tecer algumas considerações a respeito do acesso à terra urbana, enquanto parte constituinte do espaço urbano que por vezes pode configurar-se como espaço-mercadoria. A transformação do espaço urbano em espaço-mercadoria se manifesta, sob a forma da propriedade privada da terra urbana descaracterizando-o como espaço da reprodução da vida e da sociedade, (repleto de valor de uso) priorizando o uso do espaço enquanto reprodução do capital (predominância do valor de troca. Diante dessa premissa, ao se priorizar o valor de troca, em detrimento do valor de uso, o espaço torna-se mercadoria no seio da sociedade capitalista, estimula o espraiamento da desigualdade socioespacial através da propriedade privada como condição de acesso ao espaço urbano e a cidade (CARLOS, 2015; RODRIGUES, 2015).

Tendo em vista as práticas socioespaciais, na atualidade são intermediadas majoritariamente, pelo plano da propriedade privada, como forma condicionante da apropriação, redefine os usos dos espaços-tempos da vida cotidiana, (CARLOS 2007a). Em sua dimensão material-concreta, os próprios meios e acessos aos espaços da cidade de forma

¹⁵ Lê-se aqui habitação enquanto um bem físico que ao ser consumido realizaria a moradia, dessa forma a habitação seria o imóvel em suas diversas modalidades e a moradia seria compreendida a partir da forma de morar, o modo como as pessoas moram depende simultaneamente da qualidade física das habitações e das condições em que elas são socialmente utilizadas (PEDRÃO, 1989).

diferenciada imbricado na diferenciação das classes sociais e as relações assimétricas de poder e as relações entre as próprias classes acessos desiguais aos lugares da realização da prática socioespacial, “tal fato sinaliza a principal contradição do processo de produção do espaço urbano: a cidade se produz de forma socializada, mas sua apropriação é privada” (CARLOS, 2007a p. 190).

Ao passo que a terra se faz base material da moradia e esta é incorporada no circuito de troca, caracterizando como uma mercadoria *sui generis*, (RODRIGUES, 2003) salientando que seu acesso se dá primordialmente por meio da propriedade privada, por meio do preço (enquanto expressão do valor de troca), que exige um determinado nível de renda. A contingência disso é que o acesso á terra se dá de forma desigual, muitas vezes caracterizando um monopólio.

Remetendo aos meios e acessos desiguais aos espaços da cidade alicerçados na propriedade privada e nas relações de classe, é válido lembrar que o processo de produção do espaço, seguindo à proposição de Carlos (2007b; 2015), é compreendido a um só tempo como *condição, meio e produto* da reprodução social, pontuando que por meio da reprodução do espaço urbano se realiza a acumulação do capital. Em vista da necessidade de se pensar o processo de produção do espaço geográfico, em constante dinâmica, deve-se observar as diferentes formas de apropriação expressas no parcelamento do solo urbano e suas conseqüentes formas de uso, evidenciando desigualdades sociais; “tal fato propicia o questionamento por parte da sociedade dos processos que produzem contraditoriamente a riqueza e pobreza” (CARLOS, 2007b, p. 27).

Evidenciando a subversão do espaço em: coisa-objeto-mercadoria, destacado por Carlos (2016) ao delinear essas relações, enfatiza que o espaço vem a ser imbuído por um valor de troca que passa a sobrepujar o valor de uso. Diante dessa premissa, o espaço torna-se mercadoria no seio da sociedade capitalista, e o espaço urbano, como *locus* de predominância do valor de troca, “a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reprodutível” (CARLOS, 2015, p.26).

Tais questões nos fornecem subsídios, que possibilitam delinear um panorama, onde o solo urbano, apresenta relação diferenciada com a **Teoria do Valor**, no seio da sociedade capitalista “o espaço, enquanto valor, entrou no circuito da troca geral da sociedade (produção/repartição/distribuição) fazendo parte da reprodução da riqueza” (CARLOS, 2015, p. 29). Trazendo o espaço-mercadoria, apoiado no valor de troca, estimulando um espraiamento

da desigualdade socioespacial através da propriedade privada como condição de acesso ao espaço urbano e a cidade.

Sob o capital toda produção se transforma em mercadoria, realizando-se na dialética valor de uso/valor de troca com a preponderância do segundo em relação ao primeiro orientando e subsumindo as relações sociais. [...] os usos e as formas de apropriação do espaço que se associam, diretamente, às formas de propriedade privado do solo urbano apontando para uma hierarquização socioespacial como expressão da desigualdade – é o que aponta a segregação socioespacial (CARLOS, 2015, p. 28).

A transformação do espaço urbano em espaço-mercadoria se manifesta, sob a forma da propriedade privada da terra urbana. “O espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Isso ocorre porque o capital desenvolveu o mundo da mercadoria, criou possibilidades reais para a extensão da propriedade privada no/do espaço” (CARLOS, 2015, p.28), substituindo seu valor de uso, caracterizado como o espaço da reprodução da vida e da sociedade, priorizando o uso do espaço enquanto reprodução do capital.

Podemos inferir que a terra urbana se apresenta de forma diferenciada de outras mercadorias “pelo fato de a terra não ser considerada um capital, mas sim um equivalente de capital, seu processo de valorização não é decorrente de forma direta do trabalho, mas sim das formas de como se dão a sua apropriação e uso” (FREITAS; NETO, 2009. p. 2).

A discursão da lei do valor expressa através do espaço-mercadoria e seu valor de troca, o qual espraia a DS por meio da propriedade privada como condição de acesso ao espaço urbano e a cidade substituindo seu valor de uso e, não mais como o espaço da reprodução da vida e da sociedade em detrimento da reprodução do capital, percebemos a materialização do fetichismo da mercadoria espacializado nas relações e formas de uso e arrendamento da terra na cidade.

O que uma vez representou à reprodução da vida em seu cotidiano dar lugar à primazia da reprodução do capital “como consequência, todos os lugares da prática socioespacial, produto da contradição entre o espaço produzido na perspectiva do valor de uso (destinado à realização da vida) e aquele do valor de troca, com a submissão quase total do primeiro ao segundo” (CARLOS, 2007a, p. 195).

Dentro deste contexto é válido ressaltar as considerações de Harvey (2014), tais quais se alinham com as proposições de Carlos (2007b) em relação ao modo que a terra ou solo urbano se caracteriza enquanto mercadoria dentro do capitalismo. “A terra, porém, não é uma mercadoria no sentido corrente do termo. É uma forma fictícia de capital que deriva das

expectativas de alguns futuros [...] catastróficos sobre as disparidades de classe e o bem-estar dos segmentos privilegiados da população” (HARVEY, 2014, p. 70).

Remetermo-nos a obra de Rodrigues (2003), partindo do pressuposto em que a “Terra” consiste em um bem natural, a qual não pode ser reproduzida, tampouco criada pelo trabalho. Entretanto é transformada em um bem, uma mercadoria *sui generis*: sendo a um só tempo mercadoria, e equivalente de capital, por se valorizar, sem trabalho humano¹⁶ propriamente dito para produzi-lo, e até mesmo “sem uso”, ressaltando que segundo a “A terra é uma mercadoria que tem um preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independe da sua produção. É uma mercadoria *sem valor*, no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção” (RODRIGUES, 2003, p.17).

De certa forma podemos dizer, que no Brasil a partir da lei de terras “a terra se tornou cativa do capital” assim sendo a terra passa a servir oficialmente o modo de produção capitalista, subvertendo sua característica de essencial à vida, para um meio de produção, e uma mercadoria (ao mesmo tempo), sendo “acessível” apenas à classe com poder aquisitivo suficiente para se obtenção da compra.

A definição da propriedade de terra, não ocorre apenas no espaço agrário, mas também no espaço urbano, e com a intensificação do processo de urbanização/industrialização, esta questão se intensifica. Assim, a classe de proprietários que se define com a lei de terras, refere-se tanto à terra rural, quanto à urbana. [...] O preço da produção é regulado fundamentalmente pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, quer dizer seu valor [...] No caso dos terrenos, não existe esta regulação do valor de produção. A terra não é produzida, não tem um valor de produção, mas tem um preço, e é comercializada no mercado (compra e venda) (RODRIGUES, 2003, P. 18)

A principal característica *sui generis* indicada por Rodrigues (2003) está pautada no fato, de que a terra urbana, tem um preço, que por sua vez não é definido pela produção, e sim pelas regras de valorização do capital em geral, o seu preço não é definido pelo valor de produção e sim, pela produção social, seguindo a dinâmica da acumulação do capital em geral. A renda da terra urbana se comporta como um tributo, aparece como parte do valor de troca destinado ao proprietário da terra (baseado em monopólio), enquanto o preço da terra é definido diferencialmente pela “localização do terreno” (RODRIGUES, 2003).

O valor da terra urbana para Freitas e Neto (2009) “é resultado de uma modificação estruturada pelo modo de produção capitalista ao caráter da propriedade privada que se

¹⁶ Lei Geral do Valor, apenas o trabalho humano cria e/ou incorpora valor, e este é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 2013).

configura como elemento produtor de mais-valia” (FREITAS; NETO 2009, p. 5). Pode-se inferir que terra urbana se apresenta de forma diferenciada de outras mercadorias “pelo fato de a terra não ser considerada um capital, mas sim um equivalente de capital, seu processo de valorização não é decorrente de forma direta do trabalho, mas sim das formas de como se dão a sua apropriação e uso” (FREITAS; NETO, 2009. p. 2).

Em se tratando da relação da moradia com o mercado intermediada pela propriedade privada percebe-se que salário dos trabalhadores é insuficiente como fonte de demanda efetiva, situação está que muitas vezes estabelece uma relação de subconsumo entre o ‘trabalhador enquanto indivíduo e seus dependente e a moradia’ (BUONFIGLIO 2018).

A reprodução da cidade como valor de troca se distancia das ideias de Direito à Cidade “e à moradia como um direito a condições dignas de vida e de reprodução social” (RODRIGUES, 2016, p. 812) à medida em que os interesses do capital entram em choque com os desejos e necessidades da reprodução da vida humana, criam novas contradições e aprofunda o conflito com os espaços da moradia (CARLOS, 2007c).

Nesse sentido destacamos a terra enquanto base material da habitação e esta é incorporada no circuito de troca. Resgatando as contribuições de Rodrigues, (2003), em sua obra intitulada: Moradia nas Cidades Brasileiras, onde a moradia exerce sua função social através da ocupação da habitação, sendo como já foi dito anteriormente uma necessidade básica do ser humano caracterizando um ato inflacionável, abrangendo **tanto um pedaço de terra, quanto à necessidade de uma edificação.**

Salientando que o acesso a terra urbana no brasil se dá primordialmente por meio da propriedade privada, levantando a questão de preços, que exige um determinado nível de renda não alcançado por grande parte da sociedade, o que ajuda a compor, de modo drástico, uma realidade desigual nas cidades brasileiras (BUONFIGLIO, 2018; CARLOS, 2015).

A cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável a ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço de solo urbano (SINGER, 1979, p. 33).

Dessa forma vemos que estes, sujeitos que não alcançam o mínimo de renda são relegados à espaços pouco ‘urbanizados’ comumente em áreas distantes, gerando ocupações

espontâneas e na maioria irregulares do ponto de vista jurídico, constantemente reforçando e reproduzindo DS ao passo que esses indivíduos, não se apropriam da justiça espacial em relação à distribuição e acessibilidade desigual aos equipamentos e serviços urbanos o que os obriga na maioria das vezes excessivos gastos e horas de transporte, para ter acesso a esses equipamentos sejam de lazer ou necessidades básicas como as de educação e saúde.

2.4- JUSTIÇA ESPACIAL EM MEIO À DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: REVISITAÇÕES CONCEITUAIS

A privação da riqueza socialmente produzida na sociedade brasileira contemporânea é vivida concretamente no cotidiano, em suma nas cidades, tendo em vista que numericamente a população se concentra nesses espaços. E a vivência desse cotidiano perpassa pela experimentação das DS, as quais se manifestam partir da concentração das riquezas urbanas socialmente produzidas e desigualmente apropriadas/distribuídas (ALVES 2017; CARLOS 2015). Para Alves (2017) as DS são resultantes do “processo de reprodução capitalista que cria, articula e mantém espaços com desenvolvimento desigual” (Alves, 2017, p.169).

Entretanto a vivência nem sempre passa pelo processo de questionamento e tomada de consciência dessas DS, pois para ela é a consciência da privação da riqueza socialmente produzida que gera a luta por direitos, e é nesse sentido que Alves (2017), apresenta suas contribuições a respeito da luta e reivindicações por justiça espacial, enquanto caminho necessário e fundamental para minimizar as desigualdades sociais levando a luta por condições mínimas de sobrevivência como acesso a moradia; infraestrutura; saúde educação; lazer e cultura (ALVES 2017).

Para Alves (2017) a justiça espacial se faz um caminho e ferramenta em busca de um fim o “direito a cidade” de Lefebvre que consiste na busca de um projeto social “de mudança e superação que fundam as desigualdades” (Alves, 2017, p.176) culminando na construção de uma sociedade que coloque em xeque a propriedade privada do solo urbano, um dos fundamentos da desigualdade socioespacial.

Corroboramos com as ideias de Alves (2017) ao passo que a autora apresenta a busca por justiça espacial como ferramenta, material que galga melhorias na qualidade de vida necessárias, ao passo que as condições precárias vividas no cotidiano de uma grande parte da população urbana exige medidas imediatistas, tanto para a sobrevivência quanto afirmação e reconhecimento dessas pessoas enquanto indivíduos/ cidadãos. A esse respeito é válido destacar, que Santos (2013a) levanta a questão; há cidadãos no Brasil? Nesse sentido constrói a percepção de que no Brasil não há cidadãos, mas sim consumidores, pois no país a população a grande parte ao invés de ter acesso à direitos como (moradia saúde educação), passam a ter

‘acesso á linhas de credito’ de maneira individual afim de alcançar uma possibilidade de consumo de serviços.¹⁷

Diante da realidade desigual, vivida em meio ao sistema capitalista contemporâneo, que mostra em diversos lugares facetas da desigualdade, principalmente nos espaços urbanos, Gervais-Lambony (2017), salienta a importância de analisar as consequências da organização do espaço em termos de justiça e injustiças sociais e ao mesmo tempo as consequências das injustiças sociais sobre a organização do espaço, para que se alcance o entendimento de justiça espacial, para além do campo teórico. Ademais afirma que ao refletir sobre as interações entre a justiça e injustiças socioespaciais, se faz necessário uma imersão no campo plano político. Frente á isso o autor levanta as questões: “o que seria a uma política territorial 'justa'? ela deveria tratar de modo idêntico todos os espaços ou colocar em prática dispositivos de regulação diferenciados para reduzir as injustiças onde elas se encontram?” (GERVAIS-LAMBONY, 2017, P. 118)

E a partir disso Lambony (2017) pontua as contribuições a cerca da justiça social, em meio três grandes objetos, que se articulam; alinhadas as clássicas contribuições de John Rawls baseia-se na equidade, simultaneamente, procedimental e distributiva. Em síntese Rawls(1971) ao desenvolver a sua “*teoria da justiça*” dedica-se à questão da aplicabilidade de uma justiça distributiva e como conciliar as noções de liberdades e igualdades dentro de uma democracia com um sistema socioeconômico. Desenvolvendo uma concepção de justiça social, estreitamente relacionada a “distribuição justa dos bens de uma sociedade democrática” (FARIAS 2017.p.1).

A mais clássica teorização sobre justiça social é aquela de John Rawls, cuja definição de justiça baseia-se na equidade, simultaneamente, procedimental e distributiva: o caráter justo de tal ou qual decisão em função do procedimento que foi seguido para tomá-la, ao mesmo tempo que em função de seu resultado, que deve ser mais favorável possível aos mais fracos. [...] Assim Rawls se distingue das abordagens marxistas, voltadas para as dimensões estruturais da justiça social e que partem do princípio do caráter essencialmente produtor de injustiças do sistema capitalista, mas também da abordagem dos utilitaristas que definem o justo como a busca do melhor para o maior número (GERVAIS-LAMBONY, 2017, P. 118/119).

17 difusores do crédito, o papel dos meios de difusão deve ser realçado como o do colaborador privilegiado das artimanhas da produção de massas estilo brasileiro [...] Isso garante o não esgotamento da revolução das esperanças - isto é, das grandes esperanças de consumir -, e ajuda a colocar como meta, não propriamente o indivíduo tornado cidadão, mas o indivíduo tornado consumidor.” (SANTOS, 2013a, p.90)

Entretanto, John Rawls foi criticado por uma corrente de pensamento que se reivindicava mais procedimental e que refletia sobre a sociedade cada vez mais marcado pelas diferenças culturais as dimensões políticas do multiculturalismo. Nesse sentido, a proposta de Iris Marion Young busca identificar as injustiças das quais são ou se estima que sejam vítimas certos grupos como ponto de partida elaborar uma base de uma definição teórica da injustiça. (GERVAIS-LAMBONY, 2017, P. 119)

Em vista disso Lambony (2017) tece um contraponto entre as noções de justiça “estrutural”, “procedimental” e ao passo que a primeira visa atenuar as desigualdades socioespaciais por medidas políticas e técnicas. Já a segunda pensada como de que forma as tomadas de decisão condicionariam um caráter justo de uma determinada ação. Dando continuidade indica o contraste a respeito das definições de um justiça universalista, a qual poderia ser aplicadas em todas as partes e aquelas que rejeitam a própria possibilidade de uma definição universal. E por fim traça um paralelo entre as injustiças que seriam ligadas as desigualdades socioeconômicas, e aquelas que diriam respeito negação do reconhecimento, como injustiças econômicas e culturais.

Ao se referir as contribuições de Young na construção das cinco formas de opressão: a) exploração b) marginalização c) ausência de poder d) o imperialismo cultural e) da violência como opressão. A ‘exploração’ se faz ligada ao sistema capitalista, e se manifesta através da opressão de classes sociais desfavorecidas, e do não reconhecimento da sua identidade. A ‘marginalização’ expressa-se por meio dos indivíduos excluídos da esfera da vida social _por exemplo velhos, mães solteiras, moradores de rua, sem emprego e sem esperança_ que podem ou não se beneficiar de uma redistribuição econômica ele que lhes permite sobreviver.

A “ausência de poder” -*powerlessness*- refere-se aos que são impedidos de exercer sua posição política ao passo que são excluídos de qualquer tomada de decisão. O "imperialismo cultural" se faz uma forma opressão enquanto processo pelo qual um grupo torna-se á um só tempo estereotipado e invisível. A 'violência' se materializa enquanto “prática social aceitável” para alguns grupos, como mulheres e minorias.

Em relação as cinco formas de opressão Lambony (2017) delinea um exemplo geohistórico ao invés de como ele mesmo chama ‘desenvolver muito longamente do ponto de vista teórico’ opta por usar o arquétipo do *Apartheid* como materialização das cinco formas de opressão a um só tempo.

O conceito de justiça espacial deve estar aliado à diversidade das definições construídas sobre a justiça social em meio as exigências tanto de centralidade como a pluridimensionalidade

da justiça social (LAMBONY 2017). Nesse sentido se faz necessário por em destaque as escalas espaciais, produzidas e mutáveis. À exemplo dos espaços urbanos contemporâneos que são continuamente submetidos aos processos de “destruição-criadora” do capital, considerando as temporalidades associadas à esse processo. Mas para se alcançar a riqueza do conceito de justiça espacial Lambony (2017) acredita que é imprescindível considerar a complexidade do espaço, aliado ao modelo da triplicidade do espaço de Lefebvre.

Para Lambony (2017) o conceito de justiça de espacial, pressupõe necessariamente potencialidades no campo da prática social, constituindo uma concepção duplamente multidimensional, ao passo que, para alcançar a justiça espacial, implicaria levar em conta ao mesmo tempo o caráter dual da justiça social em consonância as ideias de Fraser(2005) que se propõem analisar as questões de injustiça social permeadas e embasadas por duas questões: reconhecimento e redistribuição (redistribuição econômica e reconhecimento cultural) e o caráter múltiplo do próprio espaço.

Em seu artigo *The city and spatial justice* Soja (2009) reafirma sua construção teórica sobre a ótica do ‘espaço crítico em perspectiva’. E traz à tona que nas últimas décadas a dimensão espacial crítica, tem ganhado espaço em meio a análises multidisciplinares. Um movimento que Soja (2009) aponta como *Spatial Turn* (virada espacial), “depois de um século e meio sendo subsumido sob um historicismo social prevalecente, o pensamento espacialmente, na última década, [...] Nunca antes uma perspectiva espacial crítica foi tão difundida em seu reconhecimento e aplicação”¹⁸ (SOJA, 2009, p. 1, tradução nossa).

“Pensar espacialmente sobre a justiça não só enriquece nossa compreensão teórica, mas pode revelar novos insights significativos que estendem nosso conhecimento prático em ações mais eficazes para alcançar maior justiça e democracia.”¹⁹ (SOJA, 2009, p. 1, tradução nossa). Segundo Soja (2009), o pensamento espacial crítico atualmente gira em torno de três princípios: 1) A espacialidade ontológica do ser; 2) A produção social da espacialidade; 3) A dialética socioespacial. E a partir desses três princípios evidencia a importância da dimensão espacial, e sua relação dialética na produção de justicas e injustiças.

¹⁸ After a century and a half of being subsumed under a prevailing social historicism, thinking spatially has in the past decade [...] Never before has a critical spatial perspective been so widespread in its recognition and application. (Soja 2009, p. 1)

¹⁹ Thinking spatially about justice not only enriches our theoretical understanding, it can uncover significant new insights that extend our practical knowledge into more effective actions to achieve greater justice and democracy. (Soja 2009, p. 1)

Essas ideias expõem a causalidade espacial da justiça e injustiça, bem como da justiça e injustiça que estão embutidos na espacialidade, nas geografias multiescalares em que vivemos, a partir do espaço de o corpo e a família, por meio de cidades e regiões e estados-nação, à escala global.²⁰ (SOJA, 2009, p. 2, tradução nossa).

Como ponto de partida para estabelecer sua contribuição, Soja (2009) parte do acesso e distribuição equitativa no espaço, do que ele chama de recursos socialmente valorizados. O *'concept of spatial justice'* não busca sobrepor ou substituir os conceitos de justiça até então formuladas nos campos filosóficos; jurídicos; sociais. Este conceito objetiva acrescentar às análises de 'justiça' uma perspectiva espacial crítica.

A (in)justiça espacial pode ser vista como resultado e processo, como geografias ou padrões de distribuição que são em si justos/injustos e da mesma forma como os processos produzem esses resultados. É relativamente fácil descobrir exemplos de injustiça espacial descritivamente, mas é muito mais difícil identificar e entender os processos subjacentes que produzem geografias injustas²¹ (SOJA, 2009, p. 3, tradução nossa).

Soja, afim exemplificar materialmente a (in)justiça espacial, para além do clássico exemplo de segregação racial, parte de três premissas basilares que comumente são o ponto de partida das discriminação locais e espaciais, sendo eles: classe, raça e gênero. Tais pontos se traduzem historicamente em discriminação local, estruturada em meio á preconceitos impostos a certas populações, refletindo por vezes na localização geográfica no próprio espaço urbano, fundando a produção de injustiças espaciais e na criação de estruturas espaciais duradouras de privilégio e vantagem seja para classe, raça e/ gênero privilegiados.

As atividades cotidianas do funcionamento urbano, é o principal fonte de desigualdade e injustiça na medida em que o acúmulo de decisões locais em um capitalista economia tende a levar à redistribuição da renda real em favor dos ricos sobre os pobres. Este a injustiça redistributiva é agravada ainda mais pelo racismo, patriarcado, preconceito heterossexual e muitos outros formas de discriminação espacial e locacional²² (SOJA, 2009, p. 3, tradução nossa).

²⁰ These ideas expose the spatial causality of justice and injustice as well as the justice and injustice that are embedded in spatiality, in the multi-scalar geographies in which we live, from the space of the body and the household, through cities and regions and nation-states, to the global scale. (Soja 2009, p. 2)

²¹ Spatial (in)justice can be seen as both outcome and process, as geographies or distributional patterns that are in themselves just/unjust and as the processes that produce these outcomes. It is relatively easy to discover examples of spatial injustice descriptively, but it is much more difficult to identify and understand the underlying processes producing unjust geographies (SOJA, 2009, p. 3).

²² the everyday activities of urban functioning, is a primary source of inequality and injustice in that the accumulation of locational decisions in a capitalist economy tends to lead to the redistribution of real income in

Nesse sentido a organização política do espaço é uma fonte particularmente poderosa de injustiça espacial. E como ao longo do globo tem-se diversas organizações políticas (sociais e culturais), o alcance de uma única justiça espacial unanime á todos é uma ideia utópica. “Cada geografia em que vivemos tem algum grau de injustiça embutida nele, tornando a seleção dos locais de intervenção uma decisão crucial”²³ (SOJA, 2009, p. 3, tradução nossa). Em meio á essa geografias Soja (2009) traz o período do apartheid na África do sul, para evidenciar a injustiça espacial, que ocorreu por meio da institucionalizado segregação. Salientando os efeitos do zoneamento excludente, como uma marca das ‘geografias coloniais e / ou militares de controle social’.

Em meio á diversas escalas se fazem presentes a criação de outras estruturas espaciais de privilégio centro-periferia das escalas locais á escalas globais, em relação á essa contribuição de Soja, vemos um ponto em comum quando Harvey (1980) trata do que ele chama de justiça territorial. Entretanto soja aponta que Harvey escolheu usar o termo justiça territorial, para descrever sua versão da ‘espacialidade da justiça’, entretanto se afasta do que para Soja (2009) é o ponto principal para se estabelecer um diálogo com a “justiça espacial” a causalidade espacial.²⁴

Ainda dentro de seu escrito Soja (2009), destaca as contribuições de Lefebvre sobre o direito a cidade – que busca o questionamento e a superação dessa forma de produção vigente na sociedade pautada nas desigualdades- nesse sentido salienta que a justiça espacial pode ser um caminho para lutar, para avançar em torno de projetos de causas sociais diferentes por dentro do sistema existente (ALVES, 2017).

Em síntese Soja (2009), ao salientar a causalidade espacial, como maneira de se entender as relações de justiça e injustiça espacial. Perpassa por reflexões sobre a justiça e a democracia, e cidadania, pois para o autor o entendimento dimensão espacial é imanente ao entendimento

favor of the rich over the poor. This redistributive injustice is aggravated further by racism, patriarchy, heterosexual bias, and many other forms of spatial and locational discrimination (SOJA, 2009, p. 3).

23 Every geography in which we live has some degree of injustice embedded in it, making the selection of sites of intervention a crucial decision (SOJA, 2009, p. 3).

²⁴ O autor propõe como premissa básica entender a ontologia espacial. As ideias contidas em seu texto são aprofundadas no livro *Em busca da justiça espacial*, de 2010, no qual, para formular sua teoria da justiça espacial, resgata as ideias de Henri Lefebvre e David Harvey, pois acredita que nesses autores estão as matrizes mais profícuas dessa noção. Soja, por sua vez, identifica inúmeras injustiças espaciais: o racismo, o fundamentalismo religioso, questões de gênero e a falta equitativa de transporte coletivo, entre outras. Para ele, pensar a justiça envolve dialogar com questões da democracia, da cidadania, dos direitos fundamentais e do que faz a vida ser significativa. (VAN DEN BRULE, 2020, p.303)

da realidade social. Pois os exemplos de injustiça espacial estão facilmente visíveis aos olhos, entretanto desvelar os processos por trás de geografias injustas, exigem olhar e análise mais atentos. As próprias injustiças espaciais podem ser vistas como resultado e processo, dessas geografias injustas por meio de exemplos históricos de discriminação locais e espaciais, para diferentes grupos sociais, e são atingidas por estas.

Já Marcuse (2009) ao tratar de justiça espacial traz como ponto chave, o seu papel no planejamento. Ao resgatar autores que falam de justiça espacial ou mesmo de '*Just City*' reafirma que o ponto comum entre estes é as discussões do conceito de justiça orbitam costumeiramente em torno de John Rawls, John Stuart Mill, Iris-Marion Yong. E para a espacialidade tornar-se protagonista destaca que o problema não é a discussão filosófica de justiça, mas uma certa negligência a geohistória da fase neoliberal do capitalismo hoje responsável pela 'globalização' de injustiças múltiplas. Marcuse baseia-se em Harvey, ao passo um conceito de justiça em uma '*Just City*' na sociedade capitalista, e que não perpassa à necessidade para a mudança superestrutural da sociedade em si é no mínimo inadequada.

Ao longo de seu escrito Peter Marcuse salienta que o tratamento distributivo geográfico seja relacionado a renda ou bens e serviços mínimos, que atenda a população de forma equânime é necessária. Mas não suficiente para abordar os termos essenciais da injustiça espacial, e a esse respeito ao construir sua contribuição destaca a distribuição desigual e a negação da liberdade (associada ao processo de segregação e guetificação) como pontos chaves para alcançar uma análise mais adequada aos termos de justiça e injustiça espacial.

a justiça distributiva é necessária, mas não aspecto suficiente de um passo normativo no planejamento, que é extremamente necessário. Mas, embora seja necessário e precisando de reforço, falha em abordar as causas da injustiça, que são estruturais e estão no papel de poder. A Cidade Justa vê a justiça como uma questão distributiva e visa alguma forma de igualdade. Mas um boa cidade não deve ser simplesmente uma cidade com equidade distributiva, mas uma que apoia a totalidade desenvolvimento de cada indivíduo e de todos os indivíduos, uma formulação clássica. Eu argumento que tal conceito deve levar a um reconhecimento da importância do pensamento utópico²⁵. (Marcuse, 2009, p. 2, tradução nossa).

Para Marcuse a justiça espacial visaria, além da distribuição mais equitativa das riquezas sociais, possibilitar o desenvolvimento social a partir da luta de movimentos sociais contra o

²⁵ that distributive justice is a necessary but not sufficient aspect of a normative pitch in planning, which is badly needed. But, while necessary and needing buttressing, it fails to address the causes of injustice, which are structural and lie in the role of power. The Just City sees justice as a distributional issue, and aims at some form of equality. But a good city should not be simply a city with distributional equity, but one that supports the full development of each individual and of all individuals, a classic formulation. I argue that such a concept should lead to a recognition of the importance of utopian. (Marcuse, 2009, p. 2)

que ele denomina de injustiças espaciais. Salientando que as injustiças espaciais e justiça sociais andam lado a lado ao passo que ambas dependem e mafistam-se diretamente no acirramento das condições sociais políticas e econômicas vigentes em dada sociedade.

Já Benach (2017) fundamenta-se na ideia de que os conceitos de justiça espacial e direito a cidade são essencialmente políticos experimentados na esfera cotidiana. Em consonância as ideias de Lefebvre, a autora apoia sua argumentação no vínculo entre o cotidiano e os processos globais. Salientando que os atuais modelos sociais econômicos experienciados no urbano se sustentam sobre as desigualdades socioespaciais produtos de políticas neoliberais.

o direito a cidade de Lefebvre, de fato, pode ser mobilizado como um 'direito a centralidade', e todas as lutas e reivindicações urbanas poderiam se descrever como lutas por centralidade definidas em termos de acessibilidade, qualidade de espaços de reações, acesso aos recursos materiais e imateriais da cidade para todos os segmentos da população" (Benach, 2017, p.28)

Benach (2017) resgata as contribuições de Brenner e Theodore, acerca das discussões a respeito do neoliberalismo que cerca a condição urbana contemporânea para além de relações nacionais e internacionais. Brenner e Theodore (2005) apontam três grandes perspectivas a partir das quais é possível abordar a urbanização neoliberal: 1) modo de governança 2) estratégia política espacialmente seletiva 3) forma de discurso, ideologia e representação cortes em direito e sociais, que são a tendência comum e já constitui uma das marcas identitárias dos governos neoliberais.

as políticas neoliberais privilegiam os espaços de consumo e promove investimentos privados em espaços de prestígio que, subitamente, encontra uma viúva gente para sua revalorização [...] a flagrante concentração de investimentos públicos em áreas centrais de interesse econômico para o capital privado destina a manutenção das áreas periféricas. A seletividade espacial dos investimentos contrasta, com discurso Urbano que tende a universalizar as políticas e destacar o benefício comum dos investimentos. (BENACH 2017, p. 20)

Uma observação relevante se refere a forma como investimentos 'Estatais' dentro dos espaços urbanos neoliberais, em geral são altamente seletivos a serviço das políticas neoliberais, apresentando-se por vezes como mecanismo de legitimação política, gerando uma "seletividade espacial" que não se resume apenas a formas materiais resultantes desses investimentos tão desigualmente distribuídos, mas para além compondo um projeto ideológico cujo referente é a cidade inteira (BENACH 2017)

Primeiramente Benach (2017) se refere a "justiça espacial" enquanto grande terminal obstante apresenta muitas dificuldades, ao passo que o próprio conceito de Justiça em seu continente filosófico, ao galgar uma definição 'universal' de justiça corre o risco de perde seu sentido, por outro lado a ascensão das críticas de 'relativismo' (justiça pra quem em função de que etc.) manifestam-se e potencializam-se em meio as lutas pelo espaço. Nesse sentido a autora, aponta que assim com a sociedade não é estática, é importante levar em consideração a justiça como um processo e não como um fim em si mesma (BENACH 2017).

Benach (2017) se propõe desvelar as desigualdades socioespaciais por meio de quatro propostas _objetivando uma correlação direta aos conceitos de justiça espacial e direito a cidade_ 1) analisar a crise urbana: a partir do conhecimento cotidiano para definir os problemas a tratar; 2) encontrar uma linguagem própria e que a reapropriação política do espaço urbano para levar a reapropriação ideológica da vida urbana; 3) ampliar o conceito de espaço para aprender a complexidade da experiência urbana; 4) repolitizar os conceitos de desigualdade e espaço.

A autora critica a banalização e a despolitização do pensamento de Lefebvriano dado ao fato de "direito a cidade" ser invocado com extrema facilidade e frequência para se referir à qualquer pequena melhora no espaço urbano principalmente referenciada à classes menos abastadas como sendo “um conceito que foi 'domesticado', que foi reduzido a um sentido paliativo que não põe em questão a lógica global da urbanização capitalista” (Benach, 2017, p.16).

Tendo em vista a revisitação das contribuições dos autores supracitados aqui entendemos que a justiça espacial por advir da causalidade espacial (Soja 2009), é indissociável da prática social, ao passo que a partir da tomada de consciência das ‘injustiças espaciais’ vividas, sua busca e reivindicação se mostra uma ferramenta material que galga melhorias na qualidade de vida necessárias. Tendo em vista as necessidades imediatas de quem vivencia diariamente a ‘crise urbana’ e suas DS. Ademais a justiça espacial se faz imbricada no caráter dual da justiça social, reconhecimento (cultural) e redistribuição (econômica). (ALVES, 2017; LAMBONY 2017)

E é válido ressaltar que não se pode confundir *justiça espacial* (Soja 2009) com o “direito a cidade” de Lefebvre, pois o primeiro se apresenta como um caminho para lutar, por

direitos dentro de um sistema existente. Diferente do *direito a cidade*²⁶ que busca reformular a superestrutura de um sistema que se baseia na alienação do trabalho e na propriedade privada. (ALVES, 2017; BENACH, 2017)

Deste modo a partir das ideias desenvolvidas pelo conjunto de autores aqui apresentados pode-se afirmar que a noção de justiça espacial amplia a compreensão das desigualdades socioespaciais na medida em que suas implicações sobre o espaço passam a ser lida em termos da produção de injustiças espaciais isto é de acessibilidade desigual aos bens e serviços urbanos necessários a sobrevivência da população. Isto porque as noções de justiça e injustiça estão necessariamente ligadas às desigualdades tanto as que são produzidas no plano socioeconômico como no plano espacial.

²⁶ Nesse sentido Carlos (2017) chama atenção à banalização do “direito a cidade”, comumente empregado nos discursos hegemônicos “como direito de todos á moradia digna, aos meios de subsistência, á saúde, á educação, ao transporte público, á alimentação, ao trabalho, ao lazer e a informação” (CARLOS, 2017, p.50).

3- URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE TUCURUI-PARÁ

É necessário pontuar que o processo de urbanização ocorre de maneiras diferentes, em períodos e espaços e modos diferentes ao longo do globo não sendo de modo algum um processo homogêneo. Em vista destas considerações optamos por indicar qual leitura de urbanização tem-se em meio ao desenvolvimento desta dissertação. Entende-se urbanização como processo, que funda e reveste as formas espaciais da cidade e do espaço urbano. Indo além de seu aspecto material, prédios, casa, edifícios, *shoppings centers*, largas avenidas asfaltadas, iluminadas revestidas de propagandas comerciais – formas predominantemente associadas ao urbano. Suas dinâmicas processuais vão além, incidindo e entrelaçando-se aos movimentos e relações humanas (em seus modos *vivendis e operandis*).

Desta feita a urbanização compõem um horizonte de transformações espaciais, sociais, políticas e econômicas, a qual pode ser lida por meio das dinâmicas da cidade e do espaço urbano, que incubem uma diversidade de formas e conteúdos engendrando complexidades e unicidades dos processos e relações presentes no cotidiano da vida urbana e sua prática sócio espacial. (RODRIGUES, 2010; CARLOS 2007C; RODRIGUES, 2015).

Entretanto a urbanização e a cidade não são e não podem ser reduzidas á um simples par *causa-efeito*, o qual a cidade se limita a uma forma espacial estática resultante do processo. Já que a realidade urbana é dinâmica e emaranhada de aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e espaciais, neste sentido o caminho analítico aqui traçado busca apoiar-se nas dimensões relacionais entre o processo e a forma que engendradas possibilitam uma visão a respeito do arranjo socioespacial, que é ao mesmo tempo produto e produtor da realidade. Ou seja, como o processo constantemente influi sobre o espaço urbano e a cidade, e como estes constantemente também influenciam no processo de urbanização. (SPOSITO 2008; FREITAS e NETO 2009).

Ainda seguindo tal perspectiva é imprescindível destacar a dimensão histórica do processo. Haja vista que urbanização tem sua gênese relacionada ao aparecimento das primeiras cidades, desde a antiguidade associadas diversos modos de produção vigentes em cada momento histórico. Mesmo surgindo antes do capitalismo as cidades surgem intimamente ligadas a concentrações geográficas e sociais e de certa forma de algum tipo de um excedente de produção. Desta feita pode ser entendida como processo histórico-geográfico de longa duração (SPOSITO 2008; RODRIGUES 2015).

As cidades em suas formas espaciais carregam consigo complexos processos históricos a despeito disso destaca-se o processo de urbanização brasileira (SANTOS 2013) que se deu em conformidade ao modelo de industrialização e desenvolvimento adotado no país, que por sua vez perpetuaram dinâmicas a exclusão social e a segregação espacial para grande parcela da população (em geral a população mais pobre). Nesse sentido as atuais problemáticas urbanas, com destaque para as problemáticas da habitação e moradia, as quais refletem mais de um século de políticas que não consideraram a população mais pobre (RODRIGUES 2007).

Diante disso, a urbanização no Brasil se deu em consonância a movimentos e tendências globais ligadas ao o avanço do meio técnico científico-informacional no sistema mundo relacionada a processos como: industrialização tardia, a consolidação de êxodo rural mecanização do campo, tais quais acompanharam expressivos índices de concentração populacional nas cidades relacionadas a potencialidade de mão de obra e consumo (SANTOS 2013).

Destarte, esse processo teve sua espacialização evidenciada primeiramente nas regiões sul e sudeste, o qual ganha notoriedade a partir da segunda metade do século XIX, associado ao excedente de capital, gerado pela produção cafeeira principalmente pelo estado de São Paulo, e reinvestido em aportes urbanos. Os quais se estenderam além da cidade ao passo que formaram sistemas de engenharia, que possibilitou integração de “um polo dinâmico de vasta área que abrange os Estados mais ao Sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais” (SANTOS, 2013, p.29).

Constituindo uma nova lógica econômica e territorial _ao menos em meio a esse polo citado_ que mudou a “condição de grande arquipélago formado por subespaço que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior” (SANTOS, 2013, p.29). Ainda em relação ao século XIX houveram um conjunto de eventos que contribuíram para a massificação da população urbana nessas regiões. Motta (2011) destaca a abolição da escravidão, como fator responsável pela expulsão de milhares de negros do campo os quais migraram para as cidades, aliado a enorme quantidade de trabalhadores da antiga lavoura cafeeira e de migrantes atraídos pela atividade industrial a grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

Como dito anteriormente a urbanização na Amazônia oriental brasileira se deu em períodos e modos diferentes, em relação a maioria do território brasileiro. De modo que de urbanização se deu por meio de pulsos aliados há excedentes de produção associados a ciclos extrativos, concentrados em alguns pontos do território. Fenômeno esse que pode ser observado

nos períodos finais do século XIX a primeira metade do século XX, sobretudo nas duas metrópoles, Belém e Manaus²⁷ (TAVARES, 2011). Posteriormente (segunda metade do sec. XX) associada a ação Estado ditatorial, em um processo de ‘urbanização extensiva’ do território ao estabelecer um conjunto de estratégias e ações estruturais (CASTRO 2008; MONTE-MÓR 1994,2004; RODRIGUES 2015).

Em se tratando dos séculos XVII a XIX, identifica-se que a região foi e ocupada por portugueses, os quais se utilizaram de várias estratégias de ocupação do território, desde missões religiosas, construção e estabelecimento de fortalezas à política pombalina.

Seguindo as perspectivas de Santos a respeito da importância de um levantamento histórico-geográfico e a periodização, o autor destaca que o tempo constitui a base indispensável para o entendimento do espaço (SANTOS 1998). Partindo do pressuposto, que o espaço não seria simplesmente um reflexo da estrutura social, e sim uma expressão concreta que engendra combinações e instâncias, de um conjunto histórico (SOJA 1993).

E para entender e estudar os processos que constituem a formação de determinado recorte espacial, destaca-se a importância da periodização, apontada por principalmente por Corrêa (2006). Enquanto recurso analítico, que possibilita ao pesquisador, agrupar sequência de acontecimentos/elementos e tempos, que convergem e conversem entre si, destacando fatos históricos-geográficos que incidem e se relacionam com a organização espacial.

Nesse sentido a periodização, faz-se uma ‘operação intelectual’ que permite traçar recortes de tempos históricos para tentar capturar relações e processos espaciais dadas em certos momentos. É por meio da periodização que “o pesquisador torna visível ‘a forma específica da existência da totalidade social’. Em outras palavras, a periodização é a sequência de ‘combinação desiguais’ das diferentes instancias da totalidade social” (CORRÊA, 2006, p. 40).

Neste sentido o presente escrito se propõe a contribuir minimamente com este desafio, por meio de uma abordagem Espaço-Temporal (SANTOS, 1998), através do resgate da formação histórico-espacial da cidade de Tucuruí. Ademais as leituras das desigualdades socioespaciais também exigem esse retorno ao passado uma vez que eles vêm se constituindo ao longo da história da trajetória de produção do espaço urbano capitalista, cuja dimensão histórica é essencial.

²⁷ A infraestrutura urbana dessas duas cidades está intimamente relacionada há períodos de produção a economia gomífera. Belém sofre um processo de renovação urbana, caracterizado por medidas higienizadoras e por medidas de controle social, sua população cresce três vezes mais em um período de poucos mais de quatro décadas (1872/1910). Manaus em 1852, torna-se a sua capital, também dotada de melhorias na infraestrutura urbana, como energia elétrica, calçamento e teatro

A periodização aqui estruturada, está centrada na divisão de três momentos históricos, primeiramente o enfoque período colonial, onde o espaço era regido para a exportação de economias extrativas a (desde o início da ocupação portuguesa perpassando o período pombalino), onde a maioria das cidades amazônicas, seguia a lógica e a dinâmica do rio, a qual muitos autores relacionam ao predomínio de um “tempo lento” (SANTOS, 2014).

No segundo momento a atenção se volta a segunda metade do século XIX 1850 até a primeira metade do século XX, momento em que a Amazônia inserida de maneira periférica no cenário nacional/global, como fornecedora, de matéria prima e fonte de recursos naturais (BUNKER 2004; RODRIGUES 2015).

Já o terceiro momento almeja focar nas mudanças, e processos de escala local que se deram a partir da segunda metade do século XX a partir do planejamento e execução das obras da UHT. Período histórico em que se destacam as políticas de estado que interferem diretamente na produção do território amazônico, tal qual passa a ser visto como fronteira (CASTRO, 2008; CORRÊA 2006).

3.1 - A GÊNESE DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA CIDADE DE TUCURUÍ PARÁ : considerações a respeito dos período Sec. XVII a o Sec. XVIII:

Em se tratando dos séculos XVII a XIX, identifica-se que a região amazônica foi e ocupada por portugueses, os quais se utilizaram de várias estratégias de ocupação do território, desde missões religiosas, construção e estabelecimento de fortalezas à política pombalina. No período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), inicia-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, pelo domínio do território das drogas do sertão, tais como: as raízes aromáticas, sementes oleaginosas, canela, o cravo, o anil, e a salsaparrilha. Por essa razão lançou-se o cenário de ocupação ao longo do território que se dava predominantemente por meio de “expedições” ao longo dos afluentes dos rios que cortam a região. A política portuguesa, visando ao exercício de sua soberania no mundo físico-político imenso que estava criando, firmou-se com o início de pequenas fortificações, que representavam o poder militar dos portugueses (TAVARES, 2011).

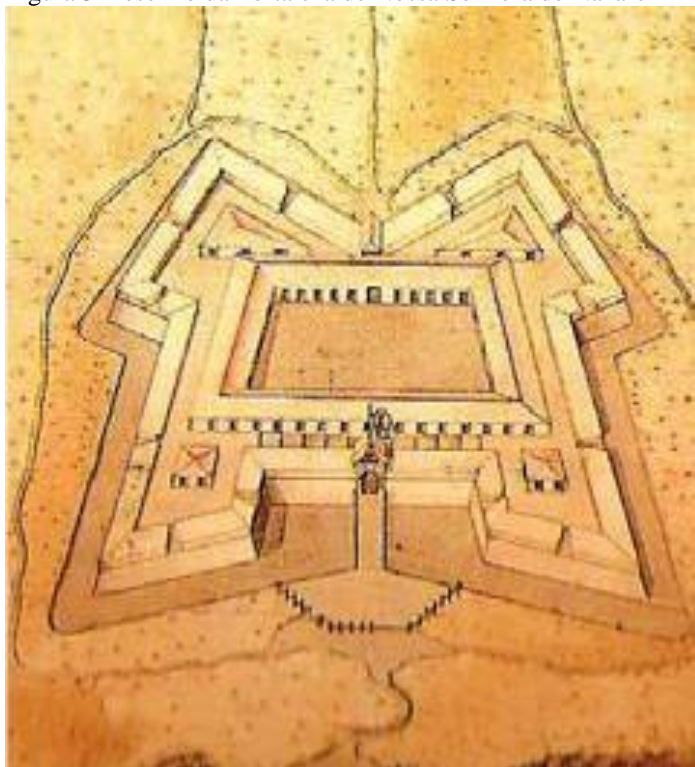
E é nesse contexto que se dá a ocupação que posteriormente dera origem a cidade e ao município. Nesse aspecto a navegação comercial no Rio Tocantins, é atribuída a uma série de expedições pelos rios Tocantins e Araguaia, nos séculos XVII e XVIII, inserido em um contexto de “primeiro sistema de controle territorial”, baseado na construção de fortes nos locais de

concentração de população indígena²⁸, com o objetivo de e impedir sua aliança com outras as nações europeias, e na introdução de companhias religiosas. (BARBOSA, 2009; TAVARES, 2011).

Em meio a essa conjuntura se dá a “ocupação” da localidade que posteriormente deu lugar a cidade de Tucuruí Alcobaça (até 1947) margem esquerda do rio Tocantins remonta o fim do século XVII, onde foi formado um lugarejo (um núcleo populacional), com finalidades coloniais-catequizantes, como demarcação do território e contato com os nativos. “Tucuruí era conhecida como Alcobaça, nome tirado de um lugar do reino de Portugal. Sua finalidade era domesticar índios, aprisionar escravos fugitivos, contrabandistas de ouro que desciam das minas goianas e mato-grossenses” (VALENÇA, 1991, p. 66).

Barbosa (2009), disserta sobre a construção ‘forte’ na região, denominado Fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça (figura 1). a qual se refere ao Desenho que busca ilustrar como seria o forte.

Figura 3-Desenho da Fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Barbosa, 2009

²⁸ Os registros apontam que os primeiros habitantes da região foram os índios kawa-Asurini do Trocará, Parakanã; os Gaviões da Montanha, dentre outros (LARAI; DAMATA, 1978; NOGUEIRA 2010).

Segundo Tavares (2011) nesse período foram fundadas entorno de 62 freguesias, em sua maioria estabelecidas por meio de aldeias e missões administradas pelos missionários. Diante da política pombalina varias dessas ‘missões’ foram convertidas em vilas com denominação de cidades portuguesas, outras ainda foram consideradas povoados, devido à pequena população. “A transformação das aldeias e missões em vilas por ordem de Mendonça Furtado, consistiu na mudança de nome, substituindo-se os nomes indígenas pelo de cidades portuguesas” (TAVARES, 2011. P. 110).

Dentro desse contexto que se deu a “ocupação-colonização” da localidade que posteriormente deu lugar a cidade de Tucuruí margem esquerda do rio Tocantins onde foi formado um núcleo populacional com finalidades coloniais-catequizantes. Segundo Nogueira (2010) o início da ocupação se refletia os interesses estratégicos e militares de controle do território Amazônico, por parte dos portugueses. “Portanto, o controle geopolítico visava fiscalizar a navegação no rio Tocantins e evitar o contrabando de ouro dos garimpos de Cuiabá e de Goiás” (NOGUEIRA, 2010, p.72).

“Tucuruí começa a sua história ainda no século XVII, quando em 1625 o frei Cristovão de Lisboa chegou à região pretendendo fazer contato com os nativos. Em 1782, o governador e capitão-general do Grão-Pará, José Nápoles Tello de Menezes fundou o lugarejo de São Bernardo de Pedrneiras e, no ano seguinte, este lugarejo foi denominado de Alcobaça” (NOGUEIRA, 2010, p.72)

Em relação ao contexto da ocupação da região relacionada as estratégias de controle de território, na região pelos portugueses Tavares (2011), destaca as ações de Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, o decorrer do sec. XVIII. De modo geral ao ser encarregado pelo governo colonial, tomou diversas medidas que convergiam com os objetivos dados pela metrópole, como: a declaração da liberdade dos indígenas; incentivo à miscigenação entre índios e portugueses; a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra. Nesse sentido passa a vigorar uma nova maneira de controle territorial que consistia em pelo menos quatro elementos: o conhecimento geográfico do território; as fortificações que estavam aliadas ao povoamento nuclear, e por vezes conseqüentemente davam origem á unidades administrativas (TAVARES, 2011).

3.2- A GÊNESE DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA CIDADE DE TUCURUÍ PARÁ : Breves Revisitações (Sec. XIX á primeira metade do Sec. XX):

Na segunda metade do sec. XIX o destaque econômico se dá a extração e exportação de látex configurando um período denominado ‘economia da borracha’. Já no século XX, verifica-se uma mudança de estratégia de circulação _ao passo .que anteriormente predominava a circulação fluvial por meio dos rios_ para a circulação por meio de rodovias, implementas pelo ‘Estado’. Que resulta no século XXI, em um espaço regional marcado pelas contradições socioeconômicas e ambientais decorrentes do modelo histórico e espacial de desenvolvimento excludente (TAVARES, 2011; RODRIGUES 2015).

Até a primeira metade do século XIX, as cidades da Amazônia paraense em sua maioria configuravam-se como ‘embriões’ de uma rede urbana, dado ao fato de não haver efetivas articulações físicas e sinergias entre as mesmas (CORRÊA 2006; RODRIGUES 2015). Diante da segunda metade do século XIX e início do século XX, espaço amazônico-paraense mostra a criação de novas cidades ou ainda crescimento de centros urbanos já existentes, em função "boom" da borracha, com destaque para algumas cidades como Belém, Santarém, Óbidos e Marabá (RODRIGUES 2015). Dessa maneira, constatou-se que a produção das formas urbanas estava associada à dinâmicas econômicas locais, em sua maioria articuladas a capitais regionais que por sua vez estavam vinculadas às demandas internacionais. Visto que as estruturas econômicas locais se baseavam no extrativismo para atender demandas do mercado externo (CORRÊA 2006; RODRIGUES 2015).

Em relação ao período supracitado, mais especificamente a partir do ano de 1850 até meados de 1920, temos a Amazônia inserida de maneira periférica no cenário nacional/global, como fornecedora, em suma por exportações, de matéria prima e fonte de recursos naturais, afim de atender, uma nova divisão internacional do trabalho buscando integrar o território amazônico no âmbito das determinações do circuito produtivo do capital em escala mundial, como fornecedor de produtos primários, fomentando assim transformações socioespaciais no espaço amazônico, dentre elas inicia-se a formação de uma rede urbana, ainda que embrionária (CASTRO 2008, CORRÊA 2006, RODRIGUES 2015).

A principio o objetivo que norteava a ocupação e navegação do rio Tocantins e se dava na tentativa de estabelecimento de uma rota comercial entre o Pará e Goiás, em relação ao período a partir de 1864 Couto Magalhães (general presidente da província na época), o trecho encachoeirado e sua difícil navegabilidade; configurava um grande entrave ao intercâmbio

comercial entre as duas províncias. A dinamização de ocupação do núcleo populacional se deu intimamente ligada à formação de entreposto comercial (centros de apoio aos investimentos e de atração da força de trabalho) Em torno da produção e escoamento dos produtos extrativos.

No contexto de Amazônia na segunda metade do século XIX houve o declínio da exportação da borracha dando lugar a exploração extrativa da castanha, caracterizando um Ciclo Extrativo, segundo Bunker (2004). É válido ressaltar que essas atividades, tanto em relação a extração do látex, quanto da castanha, tinham como base a manutenção relações “pré-capitalistas” caracterizada pelo aviamento, o qual basicamente consistia na imobilização de boa parte da mão de obra local por uma “dívida”, em relação ao acesso à meios de produção (instrumentos de trabalho para a extração), e de reprodução (alimentos, tabaco, etc.).

O contexto referido a dinamização de ocupação do núcleo populacional que dera origem a cidade de Tucuruí, as margens do rio Tocantins. Tem-se o primeiro destaque, tanto em relação aos aspectos econômicos quanto em relação á formação e consolidação da cidade se dá ligada a dinâmica de exportação da castanha, a qual configurava *Rupture de Charge*²⁹ no médio Tocantins (POMPEU, 2008; ROCHA 2002).

A partir da implantação da Estrada de Ferro Tocantins (EFT), século XX correspondente ao trecho Jatobal à Alcobaça – para auxiliar o escoamento da produção da castanha, integrando o sistema fluvioferroviário (ROCHA, 2008) o qual fez parte da rota de transporte para exportação, (dando a esta a característica de entreposto comercial) já que este se dava por rede dendrítica, até a cidade de Belém (cidade primaz) no caso do estado do Pará, para a exportação internacional.

Destacando à importância da via férrea, tanto em relação a logística espacial quanto a dinâmica do capital, corrobora-se com as observações de Bunker (2004), ao passo que os sistemas de transporte exerceram o papel de instrumentos intensivos de capital, frente a realidade de propiciar tanto a acumulação de capital e de poder político. Visto que estes sistemas de transporte fizeram-se criadores de débito, sendo formados pelo Estado para articular fontes específicas e dispersas de matérias-primas com os ‘centros concentrados de produção industrial’. “Tal análise pode explicar como a tecnologia e a infraestrutura de transporte baratearam e aceleraram, progressivamente, o consumo de recursos naturais em cada ciclo da intensificação material e ampliação espacial do sistema mundial” (BUNKER, 2004, p. 92).

²⁹ Entreposto comercial que configura um nódulo de articulação dos fluxos ascendentes e descendentes entre Belém e Marabá através da navegação no médio-Tocantins. (POMPEU, 2008; ROCHA 2002).

Desde o início das obras da ETF _a qual remete ao ano de 1894³⁰_ período o qual notou-se marcante alteração na dinâmica populacional na localidade tendo em vista que sua construção propiciou a atração de migrantes, principalmente em relação à atividade extrativa, entretanto sem abandonar ainda um modo de vida relacionado ao rio. Tucuruí abrigava uma população diversificada, cujas principais atividades econômicas consistiam em: agricultura de subsistência; a pesca artesanal e o extrativismo vegetal, predominando relações que se adequam a classificação de um ‘tempo lento’ (SANTOS 2014), caracterizando uma dinâmica e temporalidade diferentes. (SALGADO 2018).

Evidencia-se que entre os anos de funcionamento da EFT (1950-1974) registrou-se um aumento da população no município de Tucuruí. Frente a necessidade de mão-de-obra para a realização de diferentes funções no período de construção da ferrovia a chegada de populações migrantes, conseqüentemente afetando as dinâmicas predominantes desta cidade, que outrora tinha seu modo de vida voltado ao rio dado o fato desta ser uma localidade portuária e dependente da exploração da castanha-do-pará, da agricultura e do pescado.

Dessa forma a própria construção da via férrea atraiu migrantes de várias cidades do entorno e de outras regiões, advindos principalmente, da região bragantina, baixo Tocantins, e do nordeste brasileiro. Esta alteração na dinâmica populacional contribuiu para que ocorresse na localidade uma ocupação desordenada sobre o ‘solo urbano’. Desta feita naquele momento histórico o espaço urbano de Tucuruí já se destacava pela “especificidade de sua organização, marcado por uma dicotomia socioespacial, demonstrada tanto pelo poder da gestão, como pela influência da Companhia da EFT.” (NOGUEIRA, 2010, p. 80).

Diante deste contexto observou-se que em meio a Amazônia-paraense, estruturas urbanas ainda que embrionárias, foram centros de apoio aos investimentos e de atração da força de trabalho, entorno da produção e escoamento dos produtos extrativos dentre os diversos entrepostos comerciais na região dessa forma a própria construção da via férrea atraiu migrantes de varias cidades do entorno e de outras regiões, advindos principalmente, da região bragantina, baixo Tocantins, e do nordeste brasileiro (CORRÊA 2006; RODRIGUES 2015; RIBEIRO 2017).

³⁰ Planeada em 1869, a via férrea na região tocantina deveria servir para contornar o trecho encachoeirado e ligar a região do Alto ao Baixo Tocantins. Torna-se realidade, em fins do século XIX, no ano de 1890, quando a Companhia Férrea e Fluvial do Tocantins e Araguaia foi criada. A estrada de Ferro Tocantins teve início entre 1894/1895, quando os trabalhos concretamente começaram na localidade de Alcobaça, atual Tucuruí. (NOGUEIRA, 2010).

Em relação a influência a atração de fluxos migratórios que a EFT exerceu a nível regional, destaca-se os dados da tabela 1. A qual inclui a população total do município (incluindo a contagem urbana e rural) passou de 2.448 na década de 1950 para 9.921 na década de 1970 (censos demográficos, IBGE).

Tabela 1- Representação da evolução demográfica do município Tucuruí (1950 a 1970)

DÉCADA	1950	1960	1970
POPULAÇÃO URBANA	1.264	3.524	5.545
POPULAÇÃO RURAL	1.184	2.192	4.376
POPULAÇÃO TOTAL	2.448	5.716	9.921

Fonte: Salgado 2020/ elaborado pelo autor a partir do censo IBGE.

Tais fatores contribuíram para que ocorresse na localidade uma ocupação desordenada sobre o solo urbano, frente a necessidade de mão-de-obra para a realização de diversas “funções no período de construção da ferrovia atraiu uma população de migrantes que transformou o modo de vida desta cidade, tipicamente portuária, dependente da exploração da castanha-do-pará, da agricultura e do pescado” (NOGUEIRA, 2010, p. 75).

População essa que trazia consigo a necessidade de morar. Morar no sentido de resguardar- se diária e continuamente em determinado espaço, durante um período de tempo, possibilitando ao homem exercer comportamentos e atividades a eles necessárias em meio a sua existência e experiência cotidiana, como alimentação e descanso. (PEDRÃO, 1989; HEIDEGGER. 1951). E nesse sentido Nogueira (2010) traz a descrição das formas espaciais de Alcobaça em 1895, que se estabeleceram no entorno do ponto inicial da via férrea que ali fora construída, descrevendo primeiramente o casarão que viria a ser escritório e de resistência da administração e do pessoal técnico da EFT, em contraponto aos abrigos dos trabalhadores que apresentariam outras funções, que não de comando (vide figuras 4 e 5).

Ali se achava erguido, sem estilo algum, o casarão coberto de folhas de zinco, todo de madeira, destinado a servir de escritório e de resistência da administração e do pessoal técnico da Estrada de Ferro de Alcobaça à Praia da Rainha, ultimamente transformada em Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil. Oito a nove casas cobertas de telhas de zinco ou de madeira, destinados a oferecer acomodações

ao resto do pessoal de construção, armazéns, escritório, etc., completam toda a casaria, que formava naquele ano a povoação, destinada a servir de ponto inicial à maior e à mais importante via-férrea do Norte da República (MOURA, 1989. p.160 apud NOGUEIRA, 2010, p. 80).

Figura 4- abrigos dos trabalhadores estabeleceram no entorno da EFT



Foto: Revista Ferroviária Fotorep: L.S.Paz

Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/>

Figura 5-construções próximas ao cais do porto responsável por receber a coleta da castanha



Fonte: <https://www.museuvirtualtucurui.com.br/>

O início das obras da ferrovia apresentava uma infraestrutura dotada de certa fragilidade, que assistiu ao deslocamento de populações e a circulação da produção da castanha, caracterizando um polo de atração de migrantes, principalmente em relação a atividade extrativa, como salientado anteriormente, sem abandonar ainda um modo de vida relacionado ao rio, característica inicial da localidade, e predominante na Amazônia neste momento, a instalação da ferrovia, propiciou auxílio as cidades pré-existentes, enquanto meio de produção fomentou a formação de novas localidades relacionadas a construção deste objeto técnico (Santos 2006).

A EFT teve seu período de funcionamento entre os anos 1944–1973, operou durante 29 anos, no chamado período áureo da castanha evidencia-se que entre os seus anos de funcionamento registrou-se um aumento da população no município de Tucuruí. Nos termos apresentados, Rocha (2008) “indica que naquele momento histórico o espaço urbano de Tucuruí já se destacava pela especificidade de sua organização, marcado por uma dicotomia socioespacial, demonstrada tanto pelo poder da gestão, como pela influência da Companhia da EFT.” (NOGUEIRA, 2010, p. 80).

Em se tratando das formas de moradia no sítio urbano da cidade, destacam-se nesse período as construções de madeira e estradas de terra, pode-se observar nas figura 6 mostra casas na rua Magalhães Barata nos limites do bairro da matinha (NOGUEIRA, 2010) as margens do Rio Tocantins, durante a década de 1960.

Figura 6-casas na rua Magalhães Barata durante a década de 1960



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/>

Já a figura 7, consiste em uma foto tirada em 2013 que mostra as ruínas de uma casa na época da EFT, se caracterizavam predominante por ser em madeira “e tinham duas bocas

redondas em baixo por onde entrava o ar. Essa era a casa da Dona Domingas na Rua Siqueira Campos, onde alojou vários diretores da Estrada de Ferro Tocantins.” Informação retirada do acervo do museu virtual de Tucuruí.

Figura 7- ruínas da antiga casa da época de funcionamento da EFT



Fonte: <https://www.facebook.com/museuvirtualdetucurui/photos/373855786043831>

Segundo Barbosa (2009) em meio ao processo de intensificação do comércio, os ribeirinhos adquiriram traços identitários particulares, devido ao contexto da região marcada por características culturais, resultantes do contexto da região frente as atividades desempenhadas por eles, as quais propiciaram contato com diferentes grupos étnicos ademais os novos imigrantes. Dessa forma Tucuruí abrigava uma população diversificada, que tinha por forma de reprodução atividades econômicas ligadas ao meio natural, como a pesca artesanal; o extrativismo vegetal, aliada á agricultura de subsistência; caracterizando dinâmicas e temporalidade diferentes. (Santos 2006). Dinâmicas estas que perduraram até o período de desativação da Estrada de Ferro Tocantins, para dar lugar a novas dinâmicas que se estabeleceriam na região.

Como pode-se observar na Tabela 1, durante as três décadas citadas houve um continuo fluxo populacional, relacionado a atividade da via férrea, entretanto com sua extinção o município entra em um período completamente diferente. Envolto em uma enxurrada de processos políticos econômicos e sociais que aqui pretendemos pontuar, que estão diretamente ligados á esferas nacional e mundial.

3.3- DINÂMICA URBANA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA (segunda metade do sec. XX 1960 à 2000)

E para entender como se desenvolveram essas “novas dinâmicas” se faz necessário um resgate do contexto mundial, a fim de pontuar alguns acontecimentos que tiveram forte impacto no cenário internacional, ao menos dos anos 1930 à década de 1960, intervalo que foi primordial para se entender a mudança das dinâmicas ‘implementadas’ na região fatos históricos-geográficos que impactaram a organização espacial, global e local.

No primeiro momento resgata-se o cenário da década de 1930, frente a crise de superprodução nos Estados Unidos, a qual trouxe consigo transformações aceleradas nas economias industriais dos países capitalistas centrais, engendrando uma crise sistêmica global (HARVEY 2004; RODRIGUES 2015). O período acima referenciado constituiu momento marcado por uma série de transformações em escala mundial. Dentre elas pode-se identificar o esgotamento do regime de acumulação pautado no liberalismo econômico clássico, o qual se baseava em um “organismo autorregulamentado”, defendendo a ‘mão invisível do mercado’ e o não intervencionismo estatal na economia (ARRIGHI 1996; HARVEY 2004).

Em meio a esse momento, entre 1933 e 1937, destaca-se a política do “*New Deal*” nos EUA como conjunto de medidas tomadas para a “recuperação da crise” pautado no regime de acumulação fordista, com forte presença do Estado por meio do modo de regulamentação keynesiano, “o qual consistiu em um conjunto sistemático de intervenções governamentais na economia, que objetivaram promover a retomada do crescimento da economia global” (RODRIGUES, 2015 p. 95).

Esse modelo de sistema se estendeu para o cenário global, reestruturando as relações de produção outrora regidas pelo liberalismo clássico, dando lugar a uma política de Estado do bem-estar social (*welfare state*), o qual predominou entre meados da década de 1940 até a década de 1970, remodelando dinâmicas econômicas e espaciais no contexto internacional. (ARRIGHI 1996; HARVEY 2004; RODRIGUES 2015).

Tendo em vista as reverberações do ‘*Crash*’ de 1929, tem-se o panorama europeu ao passo que com aumento da inflação, o cenário da recessão econômica enfrentada agravou-se. Frente à isso os partidos Fascista e Nazista³¹ ganhavam força, inaugurando em 1939 a Segunda

³¹a s principais características dos partidos eram: ultranacionalismo, oposição à democracia liberal e ao socialismo . disseminando os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais, sendo representado por um governo autocrático, centralizado na figura de um ditador.

Guerra Mundial, que perdurou até o ano de 1945, envolvendo duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo, configurando segundo Baylis, (2012) um estado de "guerra total"³².

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o ‘estilo paranoide³³’ ganha força e em 1947 se instaura o período de Guerra Fria, que marcou a polarização do mundo em dois blocos: um liderado pelos Estados Unidos (EUA) e outro pela União Soviética (URSS). Essa polarização gerou um conflito político-ideológico entre as duas nações e seus respectivos blocos.

Em meio a esse período, enfatiza-se os acontecimentos bélicos-mundiais que ajudaram a reconfigurar a economia, nacional e internacional, evidenciados no contexto de Guerra fria. Mais especificamente em 1964, no Brasil, o momento do Golpe Militar, o qual pode ser atribuído segundo Harvey (2004), às estratégias norte americanas para garantir a criação e/a continuidade de “governos amigos”, seja usando de seu poder militar para proteger regimes clientes em todo mundo que fossem favoráveis aos interesses, ou ainda promovendo e /ou a derrubada de governos democraticamente eleitos. “Eles o fizeram no Irã, na Guatemala, no Brasil, no Congo, na República Dominicana, na Indonésia, no Chile e assim por diante” (HARVEY, 2003, p.52).

A cerca da postura Estadunidense, e seu impacto direto na estrutura política e econômica no Brasil destacamos os escritos de Harvey (2004):

Logo, o país passou da posição de patrono dos movimentos de libertação nacional a opressor de todo movimento democrático ou populista que buscasse mesmo um caminho suavemente não-capitalista (...) para a melhoria do bem-estar econômico. Tentativas socialdemocratas ou populistas de modificação do capitalismo eram com frequência impiedosamente esmagadas (como aconteceu com Bosch na República Dominicana, Goulart no Brasil e, eventualmente, Allende no Chile) (Harvey 2004, p. 56)

Nesse momento, a Amazônia passa a ser vista como *Fronteira de Recursos* (BECKER, 1982) no contexto nacional pós 1960, durante o projeto nacional-desenvolvimentista e sob o discurso de segurança nacional, com o slogan “integrar para não entregar”. E atendendo essa lógica capitalista, o Estado Nacional executa um conjunto de ‘Macro Decisões’ (MACHADO, 1995), onde “um pequeno número de indivíduos ou de organizações equacionavam e decidiam

³² os principais envolvidos dedicaram toda sua capacidade econômica, industrial e científica a serviço dos esforços de guerra, deixando de lado a distinção entre recursos civis e militares (Baylis 2012)

³³ A dificuldade de alcançar a coesão interna numa sociedade etnicamente variada marcada por um individualismo e uma divisão de classes intensos produziu aquilo que Hofstadter chama de "o estilo paranóide" da política norte-americana: o medo de algum "outro" (como o bolchevismo, o socialismo, o anarquismo ou simplesmente "agitadores externos") tornou-se crucial para criar solidariedades políticas na frente doméstica A União Soviética e o bolchevismo foram assumindo cada vez mais o papel de principais vilões e inimigos (ficando o medo da China, incluindo a imigração chinesa, a espreitar nas coxias). (Harvey 2004 p 48)

sobre os problemas regionais e as consequências dessas ações, afetando um grande número de pessoas” (MACHADO, 1995, p. 9).

A fronteira é um espaço em construção, em movimento transformada ao longo dos anos. É um espaço de produção social pelos grupos que chegam e participam da construção concomitante do mundo rural e do espaço urbano. (...) A fronteira é o encontro de várias origens e obedecem racionalidades distintas, mais que acabam por conformar relações sociais de um novo campo de sociabilidade (CASTRO, 2008 p.23).

Assim, além da ação determinante do Estado consideram-se relevantes os seguintes fatores: a materialização da fronteira com novas oportunidades de mercado e de trabalho; a transformação do espaço urbano com o crescimento das cidades existentes e o aparecimento de novas; o estímulo a migração de outras regiões com tensões sociais no campo; transferência para a fronteira amazônica dos problemas resultantes das contradições da relação capital-trabalho vividas localmente, como desigualdade social, pobreza e exclusão de terra (CASTRO, 2008, p.22)

Segundo Gonçalves (2004) e Becker (1979), a partir dos anos de 1970 percebeu-se um conjunto de transformações na escala da região amazônica e forte impacto nas dinâmicas sociais e espaciais da região, diretamente relacionadas as condições do avanço da urbanização social e territorialmente seletiva. A exemplo desse conjunto de transformações socioespaciais, destaca-se a passagem de Rodrigues (2015):

O período em questão é marcado pela forte concentração metropolitana em Belém e Manaus, a partir do incremento das atividades industriais e incentivos fiscais, pelo surgimento de cidades vinculadas à exploração mineral (Parauapebas, Curionópolis, Eldorado dos Carajás), surgimento e crescimento de núcleos urbanos ao longo das rodovias, estagnação econômica de algumas cidades não vinculadas às frentes de expansão que tenderam a se desenvolver com o avanço das redes rodoviárias (RODRIGUES 2015 P. 100)

E é nesse cenário que se instaura o decreto federal que extingue a EFT para dar lugar não somente a substituição por rodovias, mas a toda uma racionalidade de projeto para a região. Racionalidade esta que se apresenta a partir dos denominados Grandes Projetos na Amazônia, presentes nos I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), onde foi projetada a necessidade da criação de uma infraestrutura, e essa necessidade traduziu-se medidas físicas implantadas pelo Estado por meio de medidas *keynesianas*, através de um conjunto de sistema de ações e sistema de objetos (Santos 2006), enquanto base material para sua “integração”, que serviria de apoio tanto para os grandes projetos energético-minerais quanto os projetos de

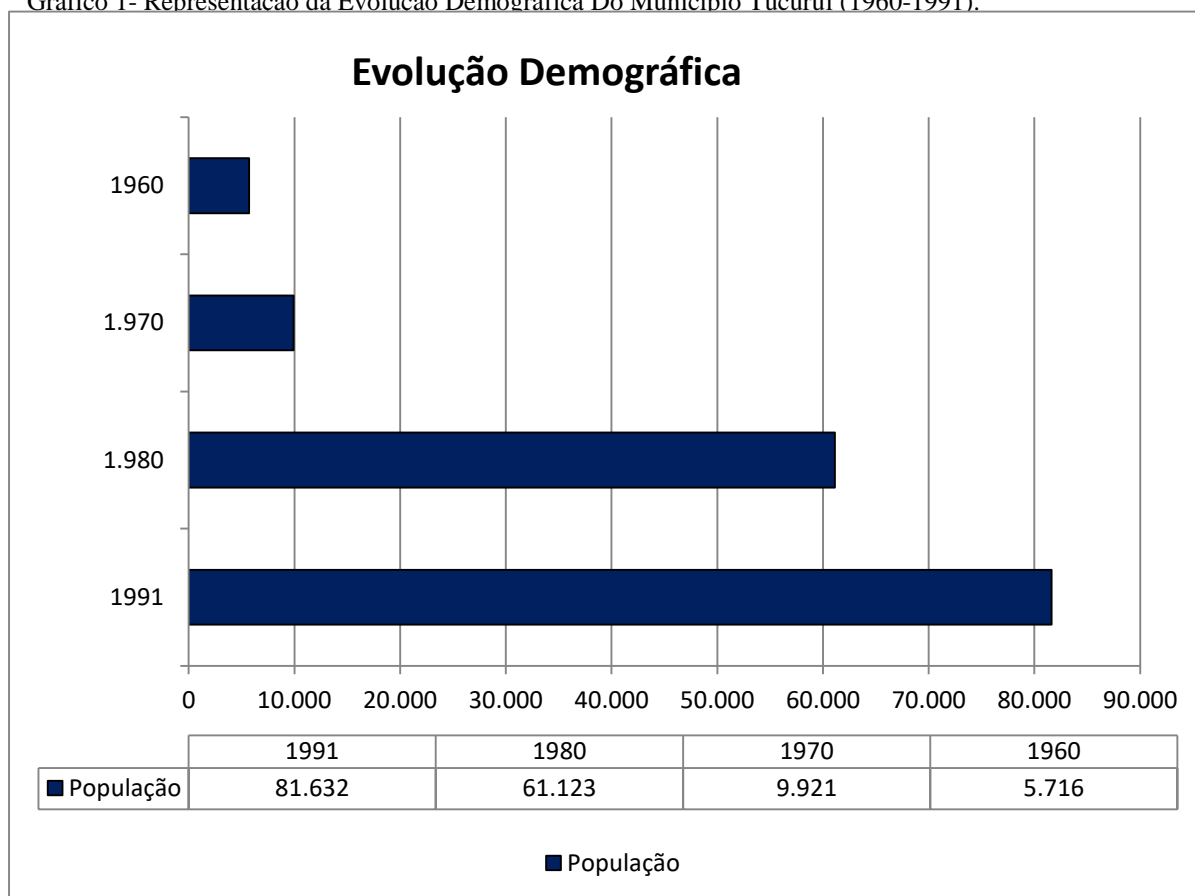
“colonização”, como os criados pela Super Intendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nesse sentido, destacam-se que os índices do fenômeno urbano na Amazônia passaram a ser mais expressivos pós intervenção do Estado ditatorial. “O estado foi o ator principal na definição de estratégias a de intervenção no território amazônico, com consequência sobre a urbanização” (CASTRO, 2008, p.21). Pode-se dizer que, o Estado exerceu papel significativo no processo de ‘urbanização extensiva’ do território ao estabelecer um conjunto de estratégias e ações estruturais. (CASTRO 2008; RODRIGUES 2015)

Castro (2008) ainda salienta outros fatores atribuídas a ações do Estado no dito processo de ‘urbanização extensiva’ do território, como: a ‘materialização’ de uma fronteira vendida como repleta de novas oportunidades de mercado e de trabalho; o estímulo a migração de outras regiões, o que conseqüentemente agravou tensões sociais no campo; o crescimento das cidades existentes e o aparecimento de novas, e propriamente transformações diretas nos espaços urbanos; “transferência para a fronteira amazônica dos problemas resultantes das contradições da relação capital-trabalho vividas localmente, como desigualdade social, pobreza e exclusão de terra.” (CASTRO, 2008, p.22), o que historicamente agravou as questões da habitação e do direito à moradia em toda a região.

Dentre o conjunto de infraestruturas presentes nos PND’s para a região, destaca-se a materialidade o objeto técnico (SANTOS 2014), incorporado no território do município, frente ao planejamento e construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (UHE/TUC). O gráfico e a tabela (ver gráfico 1) apresentados permitem visualizar a dinâmica populacional que se deu no município, atribuído principalmente à chegada de migrantes, tendo em vista a virtualidade de oportunidades empregatícias atreladas a UHE.

Gráfico 1- Representação da Evolução Demográfica Do Município Tucuruí (1960-1991).



Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados: censo do IBGE, 1960/1991.

Dado esse fato, ocasionou-se uma forte atração e um conseqüente inchaço populacional, em especial na área considerada “o centro urbano da cidade”, além de um aumento significativo no setor de bens e serviços. Com a chegada deste grande contingente populacional na região, medidas imediatistas foram tomadas, devido a não capacidade de absorção do espaço em relação à população em fluxo. “Os espaços territoriais onde foram alocados grandes projetos receberam contingente expressivo de migrantes que passaram a residir nas periferias das cidades, modificando a malha urbana.” (NOGUEIRA, 2010, p. 33).

Hidrelétrica de Tucuruí. Em 1970, o município de Tucuruí contava com aproximadamente 40 mil habitantes, esse contingente chegou a atingir no pico de construção da obra (78-80) [...] ocasionando um adensamento e/ou surgimento de núcleos urbanos periféricos ao redor da cidade sem que estes tivessem um acompanhamento por parte das administrações públicas, o que provocou uma pressão sobre os recursos e serviços públicos da cidade (CAVALCANTE e ROCHA, 2004, p. 1163).

Durante o período, com o aumento nos fluxos migratórios, e conseqüentemente maciço aumento populacional, verifica-se através de dados do IBGE, que o número de habitantes passou de 5.716 habitantes em 1960 para 81.632 em 1991, situação relacionada atração de mão-de-obra não qualificada na fase pré-operacional de construção, que é descartada à medida que na fase de produção da usina é iniciada. (NOGUEIRA, 2010; ROCHA, 2002;2004)

A massa empobrecida, em grande parte, passou a habitar a periferia da velha Tucuruí, tencionando as problemáticas da habitação e da moradia no município, em especial em sua sede municipal, a cidade de Tucuruí, tendo em vista que a construção da hidrelétrica se deu no entorno próximo a cidade. Como pode-se observar na passagem da pesquisa de Nogueira (2010), a qual mostra através de um fragmento de entrevista que o aumento populacional conseqüentemente gerou o aumento por procura de moradia no centro da cidade elevando os preços de aluguéis já existentes.

[...] cada dia mais crescia essa cidade, nós não sabia como fazer, me lembro que nós até se mudou pra beira do igarapé Santos porque o aluguel ficou muito caro para meu pai pagar, muita gente também morava e de lá tirava a comida do dia (informação verbal). (NOGUEIRA, 2010, p. 81).

A partir dessas formulações, podemos deduzir que o próprio projeto da UHE/TUC trouxe em seu amago um Espaço Projetado (SOJA, 1993) ao atrair intensos fluxos migratórios de diferentes atores sociais, colidindo com uma ordem social pré-estabelecida na região, um Espaço Herdado (*idem*). Com a chegada do grande contingente populacional na região, medidas imediatistas foram tomadas, devido a não capacidade de absorção do espaço em relação à população em fluxo.

A esse respeito, tentamos exemplificar as condições de moradia e de infraestrutura urbana da cidade na década de 70 e 80, com as imagens a seguir retiradas do blog “Tucuruí Forever” que retratam algumas enchentes desse período, onde observa-se condições de moradia e de infraestrutura urbana em um cenário marcado por precariedades. A figura 8 retrata a situação do centro comercial, com lojas e hotéis em meio a enchente de 1976; já a figura 9 tal qual uma fotografia tirada em ocasião a captura de uma cobra em meio a enchente de mesmo ano, na rua Lauro Sodré uma das principais vias da cidade³⁴.

³⁴ Na época em chão de terra batida. Hoje BR-433.

Figura 8- Centro comercial em meio a enchente de 1976.



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Figura 9-Rua Lauro Sodré alagada pela enchente de 1976



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Figura 10-Centro comercial após a enchente de 1976.



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Figura 11-Rua Lauro Sodré alagada pela enchente dos anos 1980



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Figura 12-Rua Lauro Sodré alagada pela enchente dos anos 1980



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Figura 13- Cais de Tucuruí após a enchente de 1980.



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Em geral nas imagens anteriores, percebemos um padrão de construção similar nas moradias da época, as quais predominavam construções em madeira, normalmente com uma porta e uma janela nas fachadas simples, os telhados de uma forma geral alternam entre telhas de fibrocimento (também conhecidas por ‘telhas Brasilit’) e telhas de cerâmica/ barro. É válido destacar que as fotos mostram capturas de correspondentes ao centro da cidade. Nesse sentido, percebe-se que tais construções não possuía (e ainda não possuem) recuos laterais, o que pode ser lido como um indicativo da densidade da ocupação na área.

Ao fundo das figuras nove e onze, pode-se perceber uma espécie de área coberta em frente das casas (uma pequena varanda), a qual tinha diversas funções, como observamos nas imagens, roupas estendidas. E que por vezes caracterizava espaços de encontro e convivência, o qual possibilita o estabelecimento de relações de vizinhança, sendo uma área intermediária entre a casa e a rua, (POMPEU;2008) demonstrando um modo de morar que propicia uma sociabilidade e não um isolamento.

Já a figura 14 contém dois ângulos da Rua do Acre, interligada por uma ponte de madeira, que correspondem a construções mais distantes do centro, com isso há um espaço maior entre as casas (recuos laterais). Dessa forma, nota-se a presença de uma construção de alvenaria em uma imagem e na outra construções em madeira com elevação do terreno.

Figura 14-rua do acre década de 1980.



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

A implantação da UHE/TUC provocou uma expressiva reconfiguração espacial da área em questão, aumentando significativamente a malha urbana da cidade, catalisada pela elevação dos índices populacionais locais (ROCHA, 2002). Tal cenário trouxe consigo uma série de disparidades internas, que caminharam umbilicalmente em direção à insurgência e ampliação de um “desenvolvimento”, que se espraiaram de forma desigual (marcas inerentes ao modo de produção capitalista), porém com características particulares, de acordo com a localidade que aporta tais singularidades quando pensadas no caso específico de Tucuruí. Dessa forma, é válido destacar o trecho de Tenório e Lima (2013), que descreve como se deu a realidade do núcleo urbano no período em questão:

A população urbana de Tucuruí cresceu em grande escala, principalmente nas décadas de 1970 a 1990, segundo o IBGE (2010) em 1991 apresentava 81.623 habitantes, trazendo uma série de consequências para a população pioneira do município, pois a grande maioria teve suas terras ocupadas pelos migrantes que vieram das mais diversas localidades. Deste modo, o espaço urbano constitui um cenário complexo de conflitos socioambientais que permeiam o cotidiano da cidade em vários aspectos, sobretudo no que diz respeito à qualidade da habitação, saneamento básico, abastecimento de água e disposição dos resíduos sólidos. (Tenório e Lima 2013, p. 150)

Nos vinte anos que se seguem ao início das obras da usina hidroelétrica (1976), a cidade passa por um processo de expansão com a criação de novos bairros: Vila Pioneira, Pimental, Santa Isabel (Aeroporto Velho), Cohab e Santa Monica, entre 1976 e 1980; Bela Vista, São Sebastião, Getat, Jardim Alvorada e Alto Alegre, entre 1980 e 1985; bairros que, em certa medida, acompanham os principais eixos viários da cidade e se encontram bem mais consolidadas. (Tucuruí, 2006)

No período subsequente (1985-2005), a cidade se expande em todas as direções, seja pela agregação de novos espaços ou pelo adensamento promovido no interior de bairros preexistentes, preenchendo vazios muitas vezes impróprios à ocupação urbana, por constituírem áreas alagadas, ambientalmente frágeis ou já degradadas e insalubres. Os novos bairros são, em sua maioria, extremamente precários em relação à infraestrutura básica e a qualidade das construções habitacionais (TUCURUÍ 2006; NOGUEIRA 2010)

Do ponto de vista morfológico, o núcleo mais antigo da cidade (Matinha, Colinas, Jaqueira e Jardim Paraíso), que parece ter se desenvolvido pela justaposição paulatina de unidades urbanas - lotes, ruas, quadras e praças apresentam adaptações à topografia, malha em quadricula irregular, em alguns casos, interrompida pela passagem de igarapés. Os demais bairros da cidade foram sucessivamente agregados ao tecido urbano, sendo sua implantação,

aparentemente, antecedida de algum tipo de plano urbanístico, tendo em vista que sua malha, se comparada a bairros formados anteriormente, apresenta maior rigidez de traçado, com quadras regulares e malha ortogonal. (TUCURUÍ 2006; NOGUEIRA 2010).

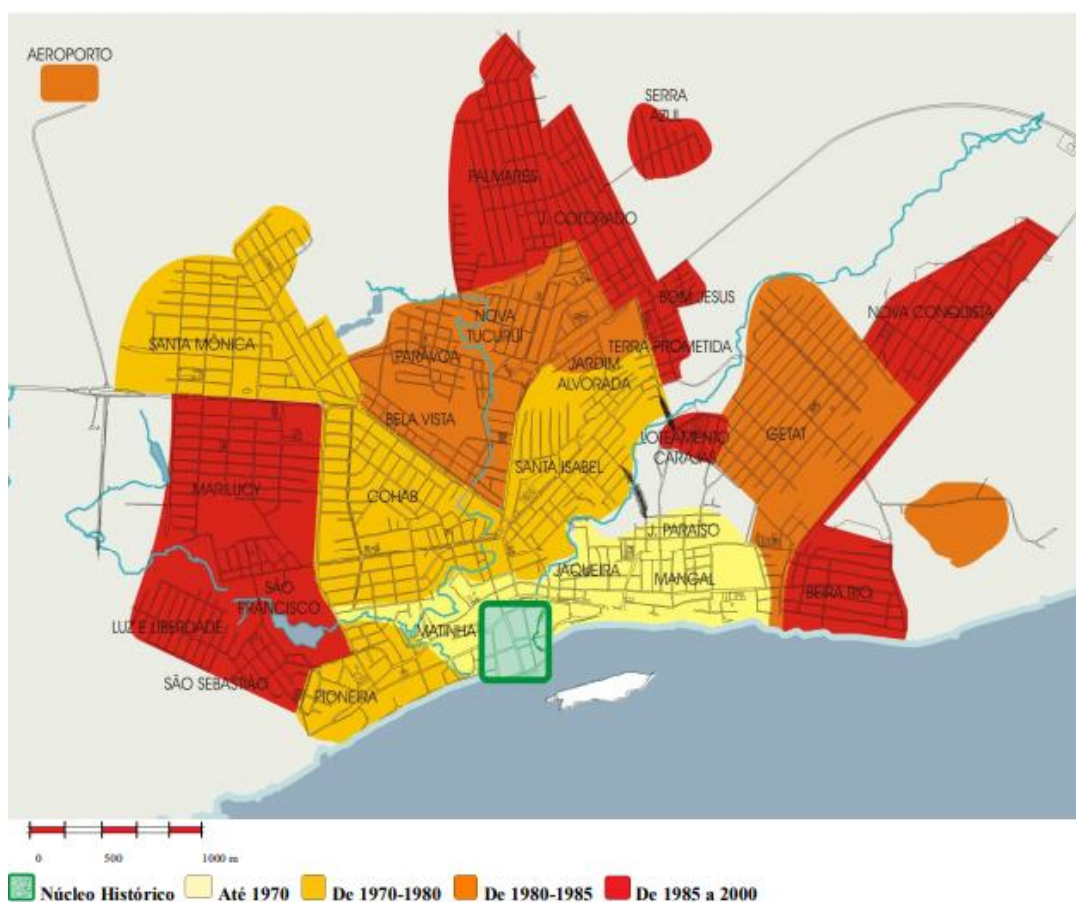
No referente período surgiram novas ocupações habitacionais no solo urbano de Tucuruí direcionadas pelo Estado (tanto ligadas á programas de esfera federal, quanto ações do poder público municipal) com traçados definidos de lotes e arruamento, como os bairros hoje denominados Nova Tucuruí, Bela Vista, Marilucy, Terra Prometida, Pavoá e GETAT. É também desse período a vila planejada e estruturada da ELETRONORTE, bairro situado no extremo sul da cidade, distante 11 km do centro urbano. (NOGUEIRA, 2010)³⁵.

Além do ‘surgimento’ de novos bairros, ocorreu a massificação de áreas de ocupação espontânea, loteamentos e construção de moradias “irregulares” ao longo do interior de bairros preexistentes, “preenchendo vazios, muitas vezes, impróprios à ocupação urbana por constituírem áreas alagadas, ambientalmente frágeis ou já degradadas e insalubres.” (NOGUEIRA, 2010).

Na figura quinze, pode-se observar a evolução da malha urbana de Tucuruí-Pará até o ano de 2000, presente no plano diretor, no momento atende ao quesito de visualização da morfologia espacial dos bairros acima descritos.

³⁵ É válido destacar que é inegável a importância da vila permanente da Eletronorte e sua relação direta com a dinâmica da cidade de Tucuruí, entretanto o foco da pesquisa não é estudar esta ‘cidade empresa’, e sim o núcleo urbano municipal.

Figura 15- evolução da malha urbana de Tucuruí Pará (1970-2000).



Fonte: Nogueira 2010/ Tucuruí 2006

Em relação ao cenário estabelecido na Amazônia oriental, corroboramos com as ideias de Rodrigues (2015) a respeito das transformações socioespaciais resultantes do processo de estruturação do território brasileiro. Estas transformações contribuíram significativamente para a configuração de novas tendências de urbanização na região a partir dos anos de 1970, sendo por meio de ‘maior incremento da urbanização regional, aliado ao surgimento e crescimento de núcleos urbanos e povoados ao longo das rodovias’ que se contribuiu para a estruturação de uma rede urbana complexa. (RODRIGUES 2015; CORRÊA, 1987).

Nesse sentido, destacou-se tanto os projetos ligados a colonização/assentamentos, quanto o surgimento de cidades construídas por empresas associadas à exploração energético-mineral, implantação de ‘*Company Towns*’ (cidades de companhias), em parcelas do território ligadas ‘as frentes de expansão econômica’ (RODRIGUES 2015; ROCHA 2002). Dentre tais cidades empresas podemos citar alguns exemplos: Serra do Navio - Amapá (ICOMI); Porto Trombetas, município de Oriximiná.- Pará (Mineradora Rio do Norte); Núcleo Carajás (VALE) - município Parauapebas – Pará; Monte Dourado – PA (ligado ao projeto Jari); Vila Permanente

(Eletronorte) Tucuruí-Pará³⁶ (TRINDADE JR, ROCHA 2002). Como já foi dito anteriormente, o foco da pesquisa não é estudar esta ‘cidade empresa’ e sim o núcleo urbano municipal. Entretanto, se faz necessário ao menos um resgate a respeito de como a dinâmica da ‘vila permanente da Eletronorte influenciou e ainda influencia diretamente as dinâmicas da cidade de Tucuruí _principalmente em relação as desigualdades socioespaciais e as condições de moradia. A exemplo disso, o hospital de média e alta complexidade da região se encontra localizado na vila.

Para os seus funcionários, principalmente seu staff, a Eletronorte construiu uma vila residencial com todas as configurações de uma cidade moderna. Durante algum tempo, a cidade de Tucuruí ficou excluída dos benefícios oferecidos por essa vila residencial, notadamente no que refere à saúde e à educação. (CMB 2000 114).

Company town pode ser definida como: cidade empresa onde os elementos da cidade são planejados, buscando dar suporte aos grandes projetos de exploração. Em se tratando da ‘Cidade Empresa’ de Tucuruí, se subdividia em: Vila Permanente e Vilas Temporárias I e II. Atualmente, há apenas a vila permanente já que as vilas temporárias foram ‘desmontadas’ de imediato ao termino das obras. Isso foi atribuído ao fato de cada uma das ‘vilas’ ter um público alvo: a Vila Permanente destinada ao staff da empresa, e as vilas permanentes direcionadas aos funcionários da construção civil. (ROCHA 2002)

A cidade empresa, planejada pela Eletronorte, refletiu um padrão organizacional atrelado um conjunto de ideias que se mostram externas ao lugar, destoando das dinâmicas predominantes em diversas cidades amazônidas. Isso se deve ao fato de que, durante muito tempo, a cidade de Tucuruí ficou excluída dos benefícios oferecidos por essa vila residencial, principalmente no que refere à saúde e à educação, caracterizando-a assim como, segundo Rocha (2002), um enclave urbano instaurado no território.

Tal realidade, segundo (Rocha, 2002 P.35), “expressa uma concepção urbanística fechada, na forma de ‘enclave’ urbano, que assegura a funcionalidade das atividades da empresa e o controle da força de trabalho mobilizada durante a construção e na fase de operação da obra”. Além disso, a resignificação das propriedades de terra torna-se “instrumento de ocupação seletiva, instituindo a segregação planejada ao construir e estruturar a cidade empresarial distante da cidade tradicional, segregando socialmente os espaços da cidade.” (NOGUEIRA, 2010 p.64)

³⁶ A respeito dessa tipologia de ‘cidades’ presentes na Amazônia há uma vasta bibliografia.

Visto que Tucuruí carecia de uma infraestrutura adequada para abrigar um grande projeto, em 1973 foi construída a Vila Pioneira, com o intuito de atender a fase inicial da obra. Em 1977 a Eletronorte construiu para seus operários efetivos, administradores e chefia, a Vila Permanente, e logo depois foram feitas as Vilas Temporárias I e II a fim de abrigar os funcionários temporários. Podemos ver a seguir imagens da Vila Temporária I, onde pode-se observar que, mesmo sendo caracterizada por construções mais simples (se comparada a vila permanente), possuíam fornecimento de serviços como redes de esgoto, energia elétrica, e saneamento básico - serviços esses que ‘deixavam a desejar’ no núcleo municipal -, além da qualidade do arruamento e estruturas das casas, demonstrando assim um tipo de moradia diferente do disponível na cidade.

Figura 16-casas da vila temporária I na década de 1980



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Figura 17-Vista area da vila temporaria I em 1981.



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

A Vila Permanente da Eletronorte está situada no extremo sul da cidade, distante 6km do centro urbano. Curioso ressaltar que há uma hierarquia nos espaços da Vila Permanente, onde a distribuição e as próprias moradias são diferenciadas de acordo com a posição-função e tempo de trabalho no processo de construção da usina. Esse processo de ocupação altamente seletivo acabou induzindo a reprodução ao redor da cidade de aglomerados de pessoas, que passaram a viver em condições precárias. (PEREIRA; SILVA; FERREIRA 2002).

A concepção urbanística desenvolvida foi pensada para adequar o perfil do relevo à estratificação sócio-profissional desejada pela empresa, isto é, a morfologia do terreno atende à intencionalidade de segregação do espaço-funcional.[...] Esta forma de organização espacial não possibilita uma maior integração dos vários segmentos existentes, exercendo a empresa o controle e monopólio sobre o espaço produzido.(PEREIRA; SILVA; FERREIRA 2002 P.61).

Na figura 19 é possível fazer a visualização da área divididas em espaços hierarquizados, sendo que as residências mais confortáveis e mais bem localizadas se encontram na parte mais elevada geograficamente, e a titularidade das ruas correspondente a nomes de países_ as ruas correspondentes ao nome dos países economicamente desenvolvidos são destinadas as melhores construções.

Figura 18-imagem aérea vila permanente Eletronorte 1980.



Fonte: <http://tucurui-forever.blogspot.com/2010/01/fotos-antigas>

Figura 19- imagem aérea vila permanente Eletronorte 2018



Fonte: Eletronorte 2018

As casas da Vila Permanente são todas de alvenaria, possui uma estrutura própria, com Estação de Tratamento de Água e Esgoto, Redes de Distribuição, Ruas Pavimentadas, Sistema de Drenagens Pluviais, Rede de Distribuição de Energia, entre outros. Os serviços de saneamento, limpeza urbana, coleta de lixo, manutenção da rede elétrica, tratamento de água e esgoto são realizados por empresas terceirizadas contratadas pela Eletronorte (CASE-ELETRONORTE).

A Vila permanente é equipada com grupos escolares escolas até o 2º Grau, Jardim Maternal, Hospital Geral, Supermercados, Centro Comercial, restaurantes, churrascarias; clube recreativo e esportivo, cine teatro, templo ecumênico, hotéis, administração da vila, estação rodoviária, central telefônica, guaritas e cancelas, posto de gasolina e área de manutenção (PEREIRA; SILVA; FERREIRA 2002). Na figura vinte é possível visualizar as fachadas do hotel e do hospital regional, juntamente com a guarita e o clube recreativo.

Figura 20- imagens: hotel; hospital; guarita; clube recreativo.



Fonte: elaborado por salgado 2021/ imagens google 2021.

Em relação ao cotidiano, é interessante destacar a passagem de Pereira; Silva e Ferreira (2002) a respeito da morfologia e da dinâmica predominante na vila, permanente marcada pelo silêncio, totalmente diferente dos sons que marcam a cidade de Tucuruí.

Ruas traçadas à régua, casas comportadas em suas variações geométricas, milimetricamente posicionadas. São tão parecidas que quem viu uma parece ver todas [...] uniformizada, a cidade quase sempre esta inserida no silêncio. O silêncio sólido das ruas asfaltadas, das casas enfileiradas _todas gêmeas, filhas da mesma mãe. (PEREIRA; SILVA; FERREIRA 2002, p. 67).

Em síntese, a respeito não apenas dos diferentes modos de morar descritos anteriormente, percebe-se que estrutura urbana de Tucuruí, de modo geral, no período de construção da UHT, foi marcada pela separação das Vilas da Eletronorte o restante da cidade, ao passo que estas foram pensadas enquanto espaços fechados, que dispunham de uma infraestrutura completa: abastecimento de água e esgoto, ruas pavimentadas, supermercado, serviços bancários e até um hospital. E como podemos ver durante o período de instalação da UHE, esses ‘altos índices de infraestrutura’ não atingiram a sociedade em sua totalidade (situação que permanece na atualidade).

Atribuindo a uma parcela populacional significativa da cidade de Tucuruí a condição marginalizados frente a esses benefícios, podemos identificar, ao fazermos um contraponto um forte contraste entre a vila permanente e realidade local como um todo, apresentando uma configuração socioespacial diferenciada que se opõe o estilo de vida e “padrões” culturais locais. Os graus de restrição e acesso e a vila foram sendo modificados com o decorrer dos anos, ao passo que o acesso a alguns serviços da vila permanente foi aberta a população local, como por exemplo o hospital e as escolas.

Dessa forma conclui-se que a implantação da UHE/TUC provocou uma expressiva reconfiguração espacial da área em questão, aumentando significativamente a malha urbana da cidade, catalisada pela elevação dos índices populacionais locais (ROCHA, 2002). Tal cenário trouxe consigo uma série de disparidades internas, que caminharam umbilicalmente em direção à insurgência e ampliação, de um “desenvolvimento” que se espalhou de forma desigual, marcas inerentes ao modo de produção capitalista, entretanto, com características particulares de acordo com a localidade que aporta.

essas singularidades quando pensadas no caso específico de Tucuruí, são aferidas na construção de Nogueira (2010), que indica o expressivo aumento populacional na cidade, aliado a não efetivação de planos urbanísticos e habitacionais, pelo poder público, ocasionaram, para a maioria da população condições precárias de habitabilidade, tendo em vista as formas de auto construções em terrenos não apropriados para moradia, por vezes íngremes e/ou alagadiços (fora de todos os regulamentos urbanísticos) ocasionando “edificações de favelas, [...] mas que representam alternativas de moradia, de vivência em comunidade. Soluções esdrúxulas é verdade, mas que são as únicas que estão ao alcance da população” (NOGUEIRA, 2010, p. 35).

A partir dos elementos abordados neste capítulo, corroboramos com as ideias de Rodrigues (2015) ao afirmar que: “o Estado brasileiro exerceu papel decisivo como indutor do processo de expansão da urbanização do território brasileiro, enquanto condição para a modernização do território e para a expansão da economia urbano-industrial” (RODRIGUES, 2015, p.99). Enquanto grande expressão espacial destes projetos de influência direta na formação da atual configuração da cidade.

Mediante tal conjuntura, a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí foi pensada a fim de atender demandas do capital externo. A implantação da UHE/TUC provocou uma expressiva

mudança na configuração espacial da área, onde se percebe o aumento expressivo da malha urbana da cidade intrínseco ao aumento populacional (ROCHA, 2002).

O exemplo supracitado representa um ponto, entre tantos, do espaço paraense que passaram por um processo de ‘urbanização extensiva’ do território (MONTE-MÓR 1994;2004). Ou ainda segundo Castro (2008), uma representação das dinâmicas de *Fronteira* enquanto um espaço em movimento transformado ao longo dos anos. Não deixa de ser um espaço de produção social pelos grupos que ali se encontram e participam de sua construção, mesmo que não deliberadamente (CASTRO, 2008). “A fronteira é o encontro de várias origens que obedecem a racionalidades distintas, mas que acabam por conformar relações sociais de um novo campo de sociabilidade” (CASTRO, 2008 p.23).

Diante desse movimento, há diversas contribuições analíticas e conceituais a respeito deste período, em que o fenômeno de urbanização se dá de forma incisiva e direcionada no espaço amazônico. Dessa forma, é válido destacar as contribuições de Becker (1995; 2004), Oliveira (2000), Browder e Godfrey (2006), Castro (2008), Monte-Mór (2014) e Trindade Jr. (2015), os quais contribuem para o tema, visto que esta coletânea de autores traz diferentes abordagens a respeito do processo de urbanização na região, como: “fronteira urbana”, “urbanização na selva”, “urbanização complexa e desarticulada”, “urbanização extensiva” e “urbanização difusa” respectivamente.

Trindade Jr (2015) define a urbanização difusa na Amazônia como processo que reconfigura o espaço intrarregional, implementando e expandindo novas dinâmicas econômicas, demográficas e culturais até então estranhas a região, que se espraiam em determinados pontos, por vezes sobrepondo-se as dinâmicas pré-existentes, gerando conflitos e impactos que fragmentam seu imenso território em diferentes sub-regiões.

O autor supracitado, ao abordar o tema “urbanização da Amazônia”, perpassa por diversos autores que tiveram importantes contribuições ao estudarem como se desenvolveu o(s) processo(s) de urbanização na(s) Amazônia(s), por ser um espaço complexo marcado por heterogeneidades. E ao longo dos processos históricos que se desenvolveram em diversas parcelas desse espaço, permeado por distintas lógicas e temporalidades, entremeados pela relação sociedade-natureza demonstrando diferentes padrões de organização espacial (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Em meio a suas reflexões, Trindade Jr (2015) leva consideração as complexidades que se desenvolvem ao longo do território, reconfigurando seus espaços que, em síntese, passam

por “novos processos” que atendem lógicas e intencionalidades externas, que se chocam com os *modus vivendi* e *modus operandi* predominantes até então.

Ressaltando como marco temporal a década de 1960 _período o qual o poder Estatal sob a égide do nacional desenvolvimentismo atuou diretamente na região, implementando em seu tecido espacial sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS 2014), que integravam nexos de modernização ao longo do território, anteriormente marcado por uma rede urbana dendrítica (CORRÊA 2006), que a partir de então com a ação direta do poder estatal em parcelas do território metamorfoseasse, em uma rede urbana complexa á moldes importados_ é valido destacar que esse processo se deu em pontos estratégicos da região, reforçando a complexidade e a heterogeneidade da(s) Amazônia(s).

Em meio aos seus escritos, Trindade Jr (2015), se propõe a dissertar a respeito da urbanização difusa e da dispersão urbana, apresentando a distinção entre tais conceitos para que não se confundam. Ainda assim, ressalta que ambos os termos não se excluem mutuamente, mas se complementam em meio ao “movimento único de acumulação do capital”, no qual o urbano, para além de seu tecido material, englobando suas virtualidades, se torna condição, meio e produto de realização desse mesmo processo (CARLOS 2007). E em vista disso pode apresentar sua forma fenomênica, ao passo que pode concentrar-se em determinados pontos do território, como também promover a difusão em espaços pulverizados (TRINDADE JR 2015), nesse sentido podendo ser exemplificado pelo espraiamento e /ou predominância de regiões do mandar e do fazer (SANTOS 2008) que apresentem maior ou menor grau de urbanização, que estabelecem relações entre si.

No tocante do processo da urbanização na(s) Amazônia(s), Trindade jr (2015) resgata as contribuições de Becker (1995; 2004) como autora ao tratar da Amazônia como “fronteira econômica”, e a partir de sua incorporação via ‘sistemas de engenharia no território’ (SANTOS 2013), tratado por Becker (1982) como “Malha Programada” a fim de desenvolver também o caráter de “fronteira urbana”.

Ao passo que os núcleo urbanos são no mínimo *locus* de concentração da força de trabalho, em geral migrante destacada como “temporária móvel e polivalente”; espaço que teoricamente seria munido de equipamentos e serviços básicos para atendimento á população; juntamente com a viabilidade de concentração populacional, intrinsecamente criava-se um mercado consumidor; ademais comumente abrigam sedes de órgãos com atribuições administrativas do Estado, refletindo importância político-ideológica (BECKER 1990; TRINDADE JR 2015) .

A “fronteira urbana” vem a ser a área relacionada à crescimento populacional urbano induzido por projetos de rápida ocupação da região, impulsionado pelo incentivo a grandes empreendimentos e pela política de migração induzida e financiada pelo Estado. Podendo ser acompanhada de expansão das dimensões físicas das cidades, a qual tem por fio condutor a difusão de valores urbanos, aliadas á formas de reprodução do capital e de “controle social”, traduzindo-se também em uma “base logística” para as ações direcionadas. Ademais novos núcleos foram criados, em apoio aos “grandes projetos” energéticos e mineras; como também há projetos agropecuários e colonização (Becker, 1990).

Para além da ideia de fronteira urbana tem-se as contribuições de Browder; Godfrey (2006) que trazem a perspectiva de pluralismo ao tratar desse fenômeno no espaço amazônico, ressaltando as complexidades e heterogeneidades presentes nele, tendo em vista que estes abordam a urbanização na região pela ótica da colonização agraria, em sua obra “cidades da floresta” salientam a diversidade de assentamentos humanos repletos de particularidades étnicas e sociais diferentes entre si, as quais só podem ser entendidas a luz de processos históricos locais e distintos que contribuíram para a sua formação e composição social.

Levando em consideração toda essa complexidade os autores propõem o conceito de “urbanização desarticulada” tendo em vista que os processos de industrialização _de modernização_ e de expansão agrícola se deram em pontos dispersos da região, e ainda de maneiras e graus diferentes. O que pode ser ilustrado pelas diferentes dinâmicas que cada um destes diferentes pontos interagem com o capital mundial³⁷, nesse sentido trindade-jr (2015) ressalta a maneira a qual o desenvolvimento econômico está intimamente relacionada a desarticulação setorial do o que não propiciou um sistema generalizado de forças de mercado e de relações assalariadas de produção. Já que a produção da fronteira urbana gera um espaço desarticulado, por se tratar de decisões_ verticais _externas á região.

Monte-Mór,(1994;2004) ao desenvolver em seus escritos contribuições a respeito da urbanização na Amazônia, a trata enquanto “urbanização extensiva”, em consonância com as reflexões lefebvrianas a respeito do que seria a sociedade urbana, aliadas as contribuições de Santos (2008) ao tratar da instauração de nexos de modernidade ao longo do território nacional, que foi a um só tempo contemporâneo e indutor da urbanização no espaço brasileiro, frente ao desenvolvimento do meio técnico científico informacional (SANTOS 2008) .

³⁷ Exemplos encontrados no estado do Pará a respeito destes diferentes pontos interagem com o capital mundial: pode-se citar áreas de extração de minério, como Carajás e Barcarena; áreas de criação de gado para exportação predominantes no sul e sudeste do Pará; produções agrícolas, entre outras. Cada uma dessas áreas e suas atividades econômicas, relacionam-se de diferentes formas ao capital nacional e mundial, o que traz ainda a reverberações na(s) rede(s) urbana(s). vide: Sathler, D.; Monte-Mór, R. L.; Carvalho (2009)

Monte-Mór (1994;2004;2009) tratar da “urbanização extensiva” refere-se ao avanço do tecido urbano, extrapolando os limites das cidades que propicia a geração de outras centralidades urbanas, expressando um amplo e dinâmico “processo econômico-espacial”. e ainda “uma metáfora para a produção do espaço por toda a nação em bases urbano-industriais. O industrial passa a ser virtualmente submetido as determinações do urbano da vida cotidiana, das exigências da reprodução”(MONTE-MÓR, 2004 p.119)

Monte-Mór (1994;2004) destaca que ao longo do território nacional e regional a “urbanização extensiva” se espalha á medida que cada parcela do território interage e reage de forma diferente á diversas e distintas combinações de processos e formas socioespaciais, que os elementos hegemônicos buscam implementar (sejam eles econômicos, sociais e espaciais). e a partir dessa “interação” cada um desses espaços em suas formas e conteúdos construídos historicamente, respondem de forma diferenciada produção social do espaço (MONTE-MÓR, 2004).

4- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA:

4.1- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA: AS CONDIÇÕES ESPACIAIS DA MORADIA, MEDIANTE AS NARRATIVAS DO PLANO DIRETOR DE TUCURUÍ.

Antes de adentrarmos nas perspectivas do plano diretor, primeiramente é interessante um resgate, de como este documento se tornou um dos principais instrumentos da política urbana brasileira, e para tanto se faz necessário uma breve elucidação a respeito do que consiste o planejamento urbano, e em que contexto nasce a ideia do plano diretor e o que ela representa para a sociedade civil.

A esse respeito algumas literaturas indicam que a discussão sobre planejamento urbano se mantém tímida no Brasil até 1970, quando a população urbana ultrapassa a população rural os expressivos índices de concentração populacional nas cidades se deu relacionada potencialidade de mão de obra e consumo ³⁸, o crescimento desenfreado das cidades começa a trazer inúmeros problemas, que culminam na ‘Crise Urbana³⁹’, expressa cotidianamente por meio de problemas como trânsito, violência, falta de esgoto e água tratada, segregação espacial. A partir desse momento, a discussão sobre o planejamento urbano ganha fôlego, tanto nas universidades quanto na administração pública. (GLAESER 2016)

Segundo Duarte (2013) do planejamento urbano, tem por objeto de estudo a cidade, e as relações que desenvolvem em meio ao seu espaço, as quais englobam características físicas, culturais, sociais e econômicas. Dessa maneira cabe ao planejamento urbano debruçar-se sobre mudanças espaciais e infra estruturais na cidade, as quais podem alterar o modo como as relações econômicas, sociais e culturais, se desenvolvem.

O objeto do planejamento urbano, segundo Duarte (2013) seria a organização social, espacializada sobre uma parcela de um território munido de serviços e infraestruturas político-administrativa. O urbano, cidade compõem faces complementares desse objeto complexo, o urbano enquanto um fenômeno econômico e social, que tem uma das suas dimensões expressas

³⁸ Como dito em um momento anterior deste escrito, de forma geral a urbanização no Brasil se deu em consonância a movimentos e tendências globais relacionados ao o avanço do meio técnico científico-informacional no sistema mundo relacionada a processos como a industrialização tardia, a consolidação de êxodo rural mecanização do campo (SANTOS 2013).

³⁹ (RIBEIRO 2014; CARLOS 2015)

na organização socioespacial da cidade. Nesse sentido cabe ao planejamento urbano a tarefa de antever possíveis modificações na organização espacial da cidade. “podemos definir *planejamento* como o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os *recursos disponíveis* e os fatores em externos que podem influir nesse processo” (DUARTE 2013 p.27).

Em geral o planejamento constitui um processo; e no planejamento urbano não é diferente, este por sua vez engloba etapas. segundo Duarte (2013) o processo perpassa por quatro etapas: diagnóstico, prognóstico, propostas e gestão. De modo geral o diagnóstico e o prognóstico partem da análise da realidade existente na cidade, á exemplo: as dinâmicas populacionais; situação demográfica; as condições de mobilidade no espaço intraurbano; serviços disponíveis, entre outros. Em outras palavras o diagnóstico e prognóstico estão diretamente relacionados aos dados disponíveis ou a serem coletados.

E a partir da análise desses dados é que geram-se propostas, que são incorporadas a um plano urbanístico, tal plano deve refletir minimamente as dimensões que abarcam o planejamento urbano, tais como: econômica, social, ambiental, infra estrutural, gerencial e territorial (DUARTE 2013). Ademais deve-se levar em consideração o tempo de ação em geral associados à prazos de governança e recursos disponíveis, diante dos prospectos do planejamento urbano se faz necessário pôr em pratica os objetivos traçados, e frente a questão da prática uma palavra é posta em evidencia “gestão”. Nesse sentido cabe à gestão urbana fazer com que o plano gerado se realize levando em consideração a realidade dinâmica da cidade. Nesse sentido Duarte (2013) mostra que frente aos desafios do planejamento e gestão urbana um caminho outrora traçado, fora de projetos implementados em módulos isolados, associados a ideia de uma realidade urbana poderia ser tratada de maneira compartimentada e estanque, desenvolvendo assim uma ideia equivocada de gestão e planejamento urbano.

Os desafios para o planejamento urbano estão inseridos em fenômenos que ocorrem em diferentes escalas socioeconômicas. Esse processo pode ser resumido a partir da compreensão de que a dinâmica do crescimento das cidades, quase sempre desordenado e até mesmo caótico, foi demonstrando gradativamente a ineficiência dos inúmeros programas e projetos implementados em módulos isolados e desenvolvidos a partir da ideia equivocada de que a realidade urbana poderia ser dividida e tratada de maneira compartimentada e estanque, sem gerar maiores implicações sobre o sistema como um todo. (DUARTE, 2013, p.45).

Contrariando este modelo dito estanque, Duarte busca elucidar o planejamento e gestão urbanas pautadas e seis dimensões que podem ser vistas frente as dinâmicas das cidades, entretanto o autor busca organizar de forma didática como a administração pode abarcar

minimamente essas dimensões afim de alcançar resultados práticos. Essas dimensões são: econômica; social; territorial ambiental; infra estrutural e gerencial.

A dimensão econômica segundo Duarte (2013) está diretamente relacionada a potencialidade que a cidade pode ter (em diversos graus e escalas) de gerar recursos financeiros, e como estes tais recursos podem se traduzir em projetos urbanos que beneficie a população de maneira global. Já a dimensão social teria por objetivo assegurar o bem-estar do cidadão, por meio da existência e seguridade de serviços essenciais: como saúde e educação.

A dimensão territorial, pode ser entendida como a base de organização e ocupação do território pelas pessoas, empresas e serviços. Estabelecendo as diretrizes de parcelamento, uso e ocupação do solo (em geral associada a esfera jurídica em forma de lei). A dimensão ambiental está ligada à valorização dos aspectos ambientais todos os âmbitos da sociedade, da saúde pública aos impactos de infraestruturas. A dimensão gerencial por sua vez lidaria com a administração, o planejamento e a gestão dos órgãos públicos responsáveis pelo funcionamento do município.

Já a dimensão infra estrutural, faz as vezes de dimensão técnica da organização territorial do município, desse modo mostra-se imprescindível para funcionamento das outras dimensões. Tendo em vista que se traduz espacialmente em obras de serviços públicos como por exemplo, sendo responsável pelo fornecimento e distribuição das redes de água, esgoto, eletricidade, gás etc.

Frente aos processos de planejamento e gestão urbana, a questão da escala se faz essencial, já que o planejamento urbano em geral lida com uma organização social dada em certo recorte espacial, sendo dotado em tese de mínima infraestrutura, serviços e organização político-administrativa. Ao tratar-se da escala de administração é valido pontuar que o urbano a cidade e município são faces complementares e a forma como estes estão configurados influem diretamente nos processos de planejamento e gestão politico-administrativos. A respeito disso Duarte (2013) traz valiosa contribuição, o urbano constitui um fenômeno econômico e social, o qual gera determinada “organização espacial: a cidade. O município é a escala político-administrativa adotada em diferentes países, como o Brasil, para o planejamento e a gestão desse fenômeno socioeconômico e dessa organização espacial” (DUARTE 2013 p.58).

E como lhe dar com a questão da escala fazendo um plano que seja viável? Ao nos depararmos com essa questão primeiramente é valido reiterar que o urbano pode ser entendido como fenômeno econômico e social que gera uma determinada organização espacial: a cidade.

E diante desta organização espacial a esfera político-administrativa adota recortes administrativos. E no Brasil como em diversos outros países o município é a escala de recorte eleita, para se exercer as políticas de planejamento e gestão urbanas (DUARTE 2013).

E frente a essas prerrogativas Duarte (2013) afirma que atualmente: “O plano diretor é o instrumento por excelência do planejamento urbano, principalmente quando se trata da escala municipal” (DUARTE 2013 p.84) e diante dessa afirmativa se faz necessário dissertar um pouco a respeito do que se configura um plano diretor, e como este surgiu. Apresentarmos a discussão do Estatuto da Cidade antes do plano diretor é fundamental, desde a sua institucionalização, o Estatuto trouxe instrumentos inovadores de planejamento urbano.

É válido ressaltar que no contexto da década de 1980, as atuações dos movimentos sociais, elaboraram a Emenda Popular da Reforma Urbana, apresentada à época na Assembleia Constituinte, propiciando, como decorrência o surgimento das propostas aprovadas pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que passaram a integrar o Capítulo da Política Urbana e a consequente criação do Estatuto das Cidades, que veremos, sendo norteado por alguns objetivos como por exemplo: obrigação do Estado em assegurar os direitos urbanos a todos os cidadãos, direito e à cidadania, através do acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condição de vida urbana (o que pode ser lido também como o direito a justiça espacial). Incluindo os direitos ao lazer; informação, a liberdade de organização. Estabelecendo diretrizes para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Que perpassasse pela gestão democrática da cidade, pautada no diálogo e participação popular

O Estatuto da Cidade, é um conjunto de normas na forma da lei, sendo um instrumento o qual deve reger e a política urbana, ao passo que mostra quais diretrizes e normas devem ser seguidas, na execução de tal política. Como vemos no parágrafo único do artigo primeiro

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (Diário Oficial, julho de 2001, p 1)

O estatuto apresenta-se dividindo em capítulos e seções, em destaque- o capítulo I traça diretrizes gerais que visam assistir o objetivo da política urbana como sendo: ‘ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana’. Composto 16 dezesseis, presentes no artigo segundo, já o artigo terceiro, se detém a dissertar a respeito das

competências da União. Das dezesseis diretrizes trezes serão pontuadas a seguir⁴⁰, por serem consideradas indispensáveis para a discussão do objeto desta pesquisa.

I- garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, [...]

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, [...]

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo [...]

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
[...]

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social. (Estatuto da Cidade, 2008. p. 17/18)

⁴⁰ Para mais informações ver Brasil. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata.

O capítulo II os ‘Instrumentos da Política Urbana’ subdivido em dez seções abrangendo as escalas nacionais, estaduais e metropolitanas ao referir-se a planos para desenvolvimento socioeconômico; segue pontuando instrumentos de planejamento municipal; perpassando por institutos tributários e financeiros (como o IPTU por exemplo); em seguida vemos a regulamentação e a institucionalização de zonas especiais de interesse social, a usucapião especial de imóvel urbano, a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, bem como as operações urbanas consorciadas; E por fim aponta os caminhos e instrumentos para a realização de estudos prévios de impacto ambiental (EIA) e de impacto de vizinhança (EIV).

Já o capítulo III é dedicado ao plano diretor, destacam-se os artigos 39 e 40 que falam a respeito do que consiste o plano diretor, apoiados na função social da cidade, em relação ao exercício da qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Tendo em vista que esses dois artigos trazem de forma sucinta as diretrizes para a formulação do plano enquanto lei municipal.

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.
(Estatuto da Cidade, 2008. P. 32/33)

Em síntese o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Sendo parte integrante do processo de planejamento, devendo englobar o município, tanto suas áreas urbanas quanto rurais. Sendo necessário sua revisão a cada dez anos, afim de se adequar diante das mudanças sociais

econômicos e ambientais de cada município em meio a esse período. É válido ressaltar que a participação de um corpo técnico de qualidade é fundamental para a elaboração do plano diretor e a sua posterior implantação e acompanhamento. Mas o Estatuto da Cidade introduziu a obrigatoriedade de participação popular em diferentes etapas de sua elaboração, em audiências públicas, além da publicidade e acesso aos documentos de qualquer interessado.

O Estatuto da Cidade⁴¹ sancionado em 2001 determinou que todos os municípios brasileiros com população superior a 20 mil habitantes deveriam construir planos diretores até o ano de 2006, os quais tinham por obrigatoriedade estabelecer as diretrizes para o ‘desenvolvimento socioeconômico equilibrado do município’ de forma que deveriam traçar regras comuns em prol do benefício coletivo.

E cabendo ao ‘Ministério das Cidades’ órgão federal subsidiar e fiscalizar a execução dos planos diretores no Brasil, esse órgão produziu um material que foi distribuído para as prefeituras e as entidades da sociedade civil organizada, com o seguinte lema: “Plano Diretor Participativo – cidade para todos. Além disso, algumas organizações não governamentais auxiliaram municípios na elaboração de seu planejamento urbano” (DUARTE 2013 p.66).

É inegável que o estatuto da cidade traz um viés de democratização, do planejamento urbano tendo em vista a premissa de participação popular em diferentes etapas de sua elaboração. Em tese esse processo se faria ideal, entretanto Villaça (2005) ressaltar, ao discorrer a respeito dessa participação popular, que não existe ‘a população’. Como um todo uniforme o que existe, e está posto são diferentes classes sociais ou setores ou grupos da população. A esse respeito corroboramos com proposição do autor, em se tratando da efetiva e histórica participação das classes dominantes na discussão e elaboração de planos⁴². “A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos e leis de zoneamento. Quem nunca participou foram - e continuam sendo - as classes dominadas, ou seja, a maioria” (Villaça, 2005, p. 50).

A esse respeito Villaça (2005) constrói e explicita que a participação popular dentro do contexto de um plano diretor participativo, se faz uma ‘ilusão’. Tendo em vista que o país como o Brasil com latentes e históricas desigualdades socioespaciais. Expressas em diferenças imensuráveis de poder político e econômico entre as classes sociais, conseguir verdadeiramente

⁴¹ (Lei nº 10.257/2001) Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

⁴² “Portanto, quando se fala em Plano Diretor Participativo, como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na “participação” só pode ser referir à maioria dominada, já que a minoria dominante sempre participou, embora raramente de forma ostensiva” (Villaça, 2005, p. 51).

uma participação popular e democrática, pressuporia um mínimo de igualdade, entre os envolvidos, tanto de conhecimento e clareza dos processos aos objetivos, quanto de caminhos e ferramentas políticas que circundam a construção do plano, para sim alcançar uma mínima equiparação democrática entre as classes sociais em meio ao processo.

A "Participação Popular" conferiria um toque de democracia, igualdade e justiça às decisões políticas[...] Com ela, todos tornar-se-iam iguais perante o poder público. É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo – querendo ou não - procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes político e econômico muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder - diferentes interesses. Evidentemente num país desigual como o Brasil, com uma abismal diferença de poder político entre as classes sociais, conseguir uma participação popular democrática - que pressuporia um mínimo de igualdade - é difícil. Essa a principal razão da "Ilusão da Participação Popular". Assim, os debates públicos seriam apenas a ponta de um iceberg, ou seja, aquilo que não aparece é muito maior do que a parte que aparece. (Villaça, 2005, p. 50).

E como evidencia das construções de Villaça (2005) podemos tomar como exemplo a construção do plano diretor de Tucuruí, tendo em vista que segundo Nogueira (2010) o plano diretor de Tucuruí, não foi plenamente alinhado com os princípios democráticos de gestão e planejamento urbano, como pode-se observar nos trechos a seguir:

De acordo com os líderes comunitários sua participação nas reuniões e assembleias, restringia-se mais a escutar, do que construir propostas para amenizar os problemas da sociedade. Na verdade o que ocorre é que a participação social na gestão pública não tem sido qualificada, considerando que os sujeitos envolvidos não possuem esclarecimentos daquilo que está sendo discutido e não têm poder na tomada de decisão. A participação tem sido mais enquanto um referendo, uma revalidação daquilo que já foi decidido, daquilo que vai ser. (Nogueira, 2010 p. 108)

segundo informações coletadas no Núcleo Gestor, o processo de elaboração do PDT não foi tão didático e pedagógico como deveria. Houve maior preocupação em cumprir o cronograma e o prazo, ao invés de se buscar envolvimento dos sujeitos sociais nos assuntos relevantes, como a segregação socioespacial e habitação, além da delegação de poder de debates e decisão. A decisão final dos conteúdos ficou com o corpo tecnocrata da empresa de consultoria, corpo técnico da Prefeitura e com o próprio Núcleo Gestor. (Nogueira, 2010 p. 109)

A respeito da temática habitação o plano diretor de Tucuruí elaborado em 2006, buscou-se ratificar, o direito à moradia estabelecida no artigo 6º da constituição, ademais o inciso IX do artigo 23, que estabelece a competência da União, estados e municípios, em relação à elaboração e execução de projetos que melhorem as condições habitacionais e de saneamento básico. No plano diretor, consta a moradia digna, como sendo aquela que dispõe de instalações

sanitárias adequadas que garantam as condições de habitabilidade “atendida por serviços públicos essenciais como água esgoto energia elétrica iluminação pública coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo além do acesso aos equipamentos sociais básicos” (TUCURUI, 2006 p.109).

Apesar de fazer cerca de 15 anos⁴³ da elaboração do plano diretor, há respeito da situação de precariedade das moradias não se percebem grandes alterações a nível da cidade, ainda que houvesse a proposta de atender a população do Município “com habitações dignas, em terras regularizadas, dotadas de infraestrutura e serviços públicos e com facilidade de acesso ao trabalho” (TUCURUI, 2006 p. 107). Destaca-se aqui um fragmento do documento, que descreve a situação que no geral persiste.

Parte da população de Tucuruí vive em condições. precariedade, observada na ausência de serviços de infraestrutura, Nas condições de segurança do imóvel com risco de desmoronamento ou denudação, e também condições insatisfatórias de salubridade, com riscos para saúde dos moradores. A cidade apresenta aglomerados subnormais sobre forma de palafitas ou de favelas. As palafitas são encontradas em áreas alagadas, nas margens e leitos de Igarapés e se estendem, muitas vezes, para áreas secas. Mesmo bairros mais afastados do Centro Urbano criados pelo poder público apresentam condições extremamente precárias de habitabilidade, sendo quase totalmente desprovidos de infraestrutura básica. (TUCURUI, 2006 p.109).

Segundo o plano diretor a proposta urbanística para Tucuruí busca apontar diretrizes, que configuram um conjunto de ações necessárias para alcançar a ‘cidade desejada’ estruturadas a partir das questões que permeiam o ambiente urbano. Dessa forma propõe ordenamento dos espaços livres, entendidos como elementos de integração do conjunto urbano. “aponta a necessidade de intervenção piloto em alguns pontos do território, identifica áreas a serem dinamizadas economicamente, sobretudo diretrizes relacionadas à *habitação e infraestrutura básica*” (Tucuruí, 2006, p.130. *grifos nossos*).

O Plano diretor, em sua proposta no setor de infraestrutura e serviços públicos. **Preconiza a oferta a toda a população de serviços de qualidade, e de acesso universal tais quais: educação, atenção básica e saúde; oportunidades de trabalho; acesso a cultura, esporte e lazer; energia; iluminação pública; comunicações; saneamento ambiental; pavimentação; segurança pública; transporte coletivo; mobilidade e acessibilidade aos espaços de uso público.** Nesse sentido estabelece linhas estratégicas e programas de ação. São apresentadas nove linhas estratégicas que pretendiam viabilizar o ‘desenvolvimento sustentável’ da cidade (Tucuruí, 2006, p.109):

⁴³ 2006 há 2021 data de elaboração desta pesquisa

- 1- Fortalecimento e diversificação da base econômica do município;
- 2- Recuperação ambiental e proteção dos recursos naturais;
- 3- Educação de qualidade para toda a população;
- 4- Universalização de acesso aos serviços de atenção básica á saúde;
- 5- Acesso universalizado as oportunidades de cultura, esporte, entretenimento e lazer;
- 6- Qualificação e valorização dos espaços urbanos;
- 7- Habitação digna para toda a população
- 8- Melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos;
- 9- Gestão democrática e eficaz.

Tendo em vista o objetivo deste escrito, pretendemos dar ênfase as linhas estratégicas, sete e oito, respectivamente: Habitação digna para toda a população ; Melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos; (dado ao fato de que a qualidade da moradia está intimamente ligada á esses dois pontos).

A linha estratégica sete **objetiva promover o acesso de toda a população à moradia adequada, servida por infraestrutura básica e serviços públicos, fácil aceso aos equipamentos comunitários e ao sistema de transportes;** impedira segregação socioespacial; promover a regularização da situação fundiária, urbanística e edilícia das habitações.

A implementação desta linha estratégica está ligada há planos de ação:

- 1- Promover áreas urbanizadas para atender ao déficit habitacional.
- 2- Definir e implementar politica municipal se habitação e interesse social.
- 3- Reestruturar, revisar e ampliar instrumentos, procedimentos e critérios atuais de regularização fundiária e das edificações
- 4- Promover a substituição de habitações precárias ou em áreas de risco por moradias com condições adequadas de habitabilidade
- 5- Promover gestão junto aos órgãos de financiamento habitacional para facilitar o acesso ao credito com vistas a aquisição ou melhoria da habitação
- 6- Prover assistência profissional para a construção de habitações de interesse social

- 7- Promover a construção de unidades habitacionais que priorizem as populações tradicionais, famílias chefiadas por mulheres, os idosos e os portadores de deficiência

Seguindo a proposta de ‘Melhoria da Infraestrutura e dos Serviços Públicos’. O plano ressalta que esta **linha de estratégia visa assegurar o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, limpeza urbana e coleta de lixo, energia elétrica e iluminação pública, transporte coletivo**. Sendo regida por alguns objetivos, como: oferta de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos) á toda a população; garantia da regularidade do fornecimento de energia elétrica e de ampliação da eletrificação rural para todo o município; oferta de iluminação pública para todas as áreas urbanas; ampliação da cobertura dos serviços de correios da telefonia fixa e móvel; provimento dos meios de transporte coletivo; melhoria das condições de trafegabilidade da malha rodoviária municipal; melhoria da segurança pública.

Julgamos interessante mostrar algumas imagens presentes no plano diretor, referentes as ‘tipologias arquitetônicas’ presentes na cidade, sobretudo das habitações consideradas precárias (ou no documento classificadas como habitações subnormais) ao menos de maneira simbólica dada a qualidade das imagens disponíveis não ser ideal, entretanto acredita-se aqui, que mesmo não sendo ideal a representação dessas imagens auxilie na visualização da descrição do cenário. A esquerda imagens bairro da matinha, construções simples em madeira com telhas de fibrocimento, à direita, tem-se os bairros: bom Jesus; jardim colorado; palmares; beira rio. ruas em terra batida, enlameadas com o acúmulo de água das chuvas, ausência de calçadas, de esgotamento sanitário, denotam uma forma de uso e apropriação do solo urbano marcado por condições precárias.

Figura 21- tipologias arquitetônicas presentes no PDT

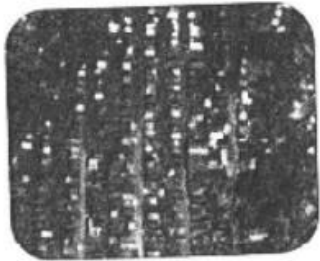
Figura 3.3.15
Habitação Subnormal



Bairro Matinha



Bairro Matinha



Bairro Santa Isabel

Figura 3.3.13
Habitação Subnormal



Bairro São Jesus



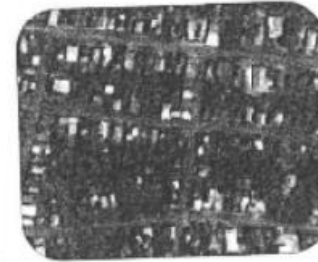
Bairro São Jesus



Bairro Palmeiras



Bairro Colorado



Bairro Estrela

Fonte: Plano Diretor de Tucuruí 2006

Em relação a situação da habitação no momento em que foi estruturado o plano diretor, destaca-se as condições precárias significativas das habitações, em Tucuruí, “identificadas ao longo dos estudos para o desenvolvimento do plano, levaram a indicação de três zonas especiais de interesse social, destinadas a habitações de interesse social, como previsto no Estatuto da Cidade” (Tucuruí, 2006, p.134). Dessa forma no PDT as áreas destinadas as ZEIS, detém em maior grau as seguintes características: Falta de infraestrutura de saneamento; Ausência de urbanização; Carência de equipamentos Públicos; Dificuldades de acesso ao transporte público; Ausência de regularização fundiária.

Em relação á análise se houveram ou não mudanças nas áreas que correspondem as ZEIS, pode-se indicar o trabalho de Nogueira (2010) que verificou, em campo se houveram implementações de melhorias urbanísticas nesses espaços. As quais foram divididas em três tipos: ZEIS I, ZEIS II e ZEIS III; ademais Zona de estudos espaciais e interesse histórico e Áreas de risco. ZEIS I seriam destinadas à qualificação urbana pela implantação de infraestrutura de urbanização, regularização fundiária dos lotes já ocupados e destinação de lotes vazios prioritariamente para abrigar programas de Habitação de Interesse Social, para população de baixa renda e habitação de mercado popular.

De forma geral as ZEIS I e II ambas preconizavam à qualificação urbana pela implantação da infraestrutura de saneamento de urbanização. Destinação de lotes vazios prioritariamente para abrigar programas de Habitação de Interesse Social, programas de remanejamento de famílias que habitam locais impróprios, pelas condições de topografia ou proximidade de cursos d’água. (TUCURUÍ 2006; NOGUEIRA 2010).

A respeito da efetividade das ZEIS na cidade de Tucuruí, destacamos o trecho, de Nogueira (2010), ao averiguar a situação de tais espaços no ano de 2010, quatro anos após a publicação do plano diretor.

As Zonas especiais são consideravelmente importantes. Contudo, as comunidades que vivem em espaços de segregação socioespacial necessitam de soluções emergenciais e não de atitudes clientelistas ou discussões sem a participação dos sujeitos sociais. Nas áreas delimitadas como ZEIS 1, por exemplo, ainda não existem serviços de água canalizada para todos os domicílios e os existentes encontram-se em péssima qualidade e precariedade no fornecimento. O esgotamento sanitário é um dos graves problemas de toda a cidade de Tucuruí, existem poucas tubulações em algumas áreas que ainda deságuam nos igarapés Santos e Santana. (NOGUEIRA 2010, p.122)

Figura 22:- áreas destinadas a projetos de Zonas Especiais de Interesse Social



- ZEIS 1 – Zonas Especiais de Interesse Social prioritariamente destinados a oferta de habitação de interesse social.
- ZEIS 2 - Zonas Especiais de Interesse Social prioritariamente destinadas a qualificação urbana e habitacional.
- ZEIS 3 - Zonas Especiais de Interesse Social para destinação de reserva de área para habitação de interesse social.
- ZEER – Zona de estudos especiais em áreas de risco
- ZEEH – Zona de estudos especiais de interesse histórico em áreas de risco
- AR – Áreas de Risco

Fonte: Nogueira 2010.

Em relação a atualização ao acompanhamento e atualização do plano diretor, pela gestão pública o PDT (TUCURUÍ, 2006) estabelece:

Art. 97. O sistema de Planejamento e Gestão, objetiva garantir um processo dinâmico, participativo e permanente de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano diretor municipal de Tucuruí, bem como dos programas, projetos e atividades dele decorrentes.

Art. 98. A execução dos planos, programas e atividades do Governo Municipal obedecerá as diretrizes do Plano Diretor do Município de Tucuruí e terá acompanhamento e avaliação permanente, de modo a assegurar o seu êxito e a sua continuidade

Em se tratando da atualização do plano diretor, destaca-se a situação relatada por dois entrevistados, quando questionados a respeito da discussão para atualização do plano:

em 2017, o município contratou consultoria para fins de atualização PDP. Existiram reuniões com presença de pessoas, mas sem efetiva participação social e poder decisório. O processo não foi concluído e o PL não encaminhado para o legislativo. Atualmente a informação que possui é que um grupo de técnicos não vinculados ao poder público buscar a revisão do PDP. (ENTREVISTADO 1)

Foi algo bem rápido, pra te dizer a verdade, foi uma reunião em 2018, ninguém parecia de fato muito interessado, a última gestão que esteve à frente da prefeitura da cidade não sabia trabalhar, muita gente sem instrução alguma, foi lamentável, então tudo que posso te dizer é que no dia após leitura de ata sobre o que seria abordado, dos objetivos do plano diretor, no que diz respeito a ocupação e utilização do espaço público, deram muita ênfase à época para a desocupação de um loteamento que foi ofertado para pessoas carentes na cidade por motivo de invasão, tentavam definir o que fazer mas nada foi concretizado. Discutiram também a criação de um sindicato ou comitativa, não sei bem o nome, para famílias rurais, que são muitas, né? Ai isso eu sei que foi concretizado. (ENTREVISTADO 2)

A partir das entrevistas e em vista do cenário de 2017 a 2020 no município, é inevitável recorrermos a um adendo, o entrevistado um cita o ano de 2017, mais especificamente no período em que Jones William, foi o prefeito eleito. Entretanto assassinado no mesmo ano, com o assassinato do prefeito⁴⁴ _ que ainda está sob investigação_ quem assumiu a prefeitura foi o até então vice prefeito Artur Brito, que teve ao todo três afastamentos do cargo decretados pela justiça, e nesses momentos o presidente da câmara municipal assumira o cargo. O adendo do cenário por qual a gestão municipal passou nesse período, convém as informações repassadas pelo entrevistado dois, o qual estagiou na prefeitura, durante o período de 2018 a 2020, e relata a postura da administração mediante ao plano diretor.

No cenário anterior ao ano de 2017, período de 2009 à 2016, o município teve como chefe do executivo, o prefeito Sant Clair Ferreira, e a respeito dessa administração, segundo os entrevistados, não houve quaisquer encontro direcionado ao debate, avaliação ou acompanhamento, das ações previstas no plano diretor.

⁴⁴ Apesar de não ser o foco da pesquisa é inegável, que tal crime expressa o quadro de 'violência sob encomenda' no sudeste do estado, por não ser um caso isolado. Já que no mesmo ano com intervalo de dois meses apenas. o Diego Kolling (PSD), prefeito da cidade de Breu Branco, que fica a 38 km de Tucuruí, foi alvejado enquanto andava de bicicleta. E em janeiro de 2016 o prefeito de Goianésia do Pará, João Gomes da Silva (PR), foi morto a tiros enquanto estava dentro de um velório no centro da cidade, que fica a 98 km de Tucuruí. (G1 PA.2017)

Em síntese podemos constatar que em desconformidade ao artigo 97 e 98, não houve, ‘processo dinâmico, participativo e permanente de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano diretor municipal de Tucuruí’. Tendo em vista que o debate democrático, com a presença de diversos atores sociais não se fez presente nesses 15 anos, desde sua publicação. Como deixa bem claro o fragmento do entrevistado 1 “Existiram reuniões com presença de pessoas, mas sem efetiva participação social e poder decisório”. Ademais a informação de que atualmente a revisão do PDT foi incumbida de forma restrita a um conjunto técnicos não vinculados ao poder público, vai contra o princípio democrático dinâmico, participativo, presente no documento

4.2- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA: OS PRINCIPAIS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO.

A observação da realidade urbana de um país da periferia do capitalismo, como o Brasil, mostra a paisagem desigual das cidades. (ribeiro 2014)

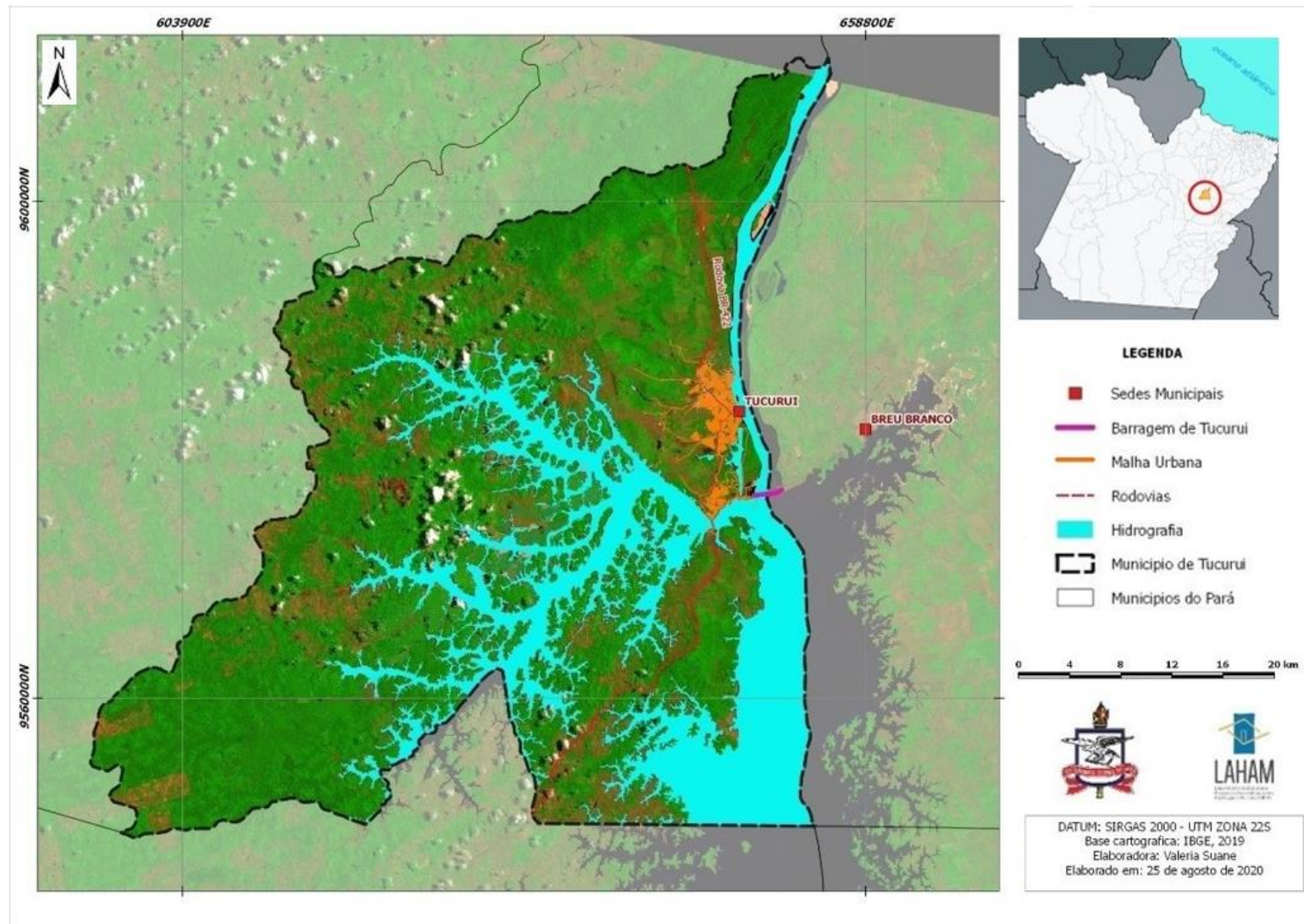
A cidade de Tucuruí sede municipal do município de Tucuruí, localizada no sudeste do estado do Pará as margens do rio Tocantins , vem passando por significativas transformações vinculadas a urbanização do território amazônico, no limiar do século XXI, bem como, carrega consigo heranças de efeitos socioespaciais dos grandes projetos, em especial da UHT. Tais ‘heranças socioespaciais’, lidas por meio dos impactos e transformações, políticas, econômicas, sociais e espaciais, acompanharam o expressivo aumento populacional da cidade em meio cenário da mobilidade do trabalho ligada a hidrelétrica (CAVALCANTE e ROCHA 2004).

Tais dinâmicas espaciais tendem a contribuir para o aumento do déficit por moradia em escala local, atualmente o município conta com uma população estimada de 115.144 habitantes sendo que mais de 90% da população, se concentra na área urbana (IBGE, 2020), sendo detectado o esgarçamento do tecido urbano, realidade que exerce uma pressão sobre as condições de moradia na cidade.

Em relação ao tensionamento das condições da moradia, destaca-se o déficit habitacional no município, que numericamente ultrapassa 8.000 residências (o último censo do IBGE, censo de 2010), além da massificação de áreas de ocupação espontânea, loteamentos, construções e moradias ‘irregulares’ (NOGUEIRA, 2010; SALGADO 2018).

Ademais percebeu-se nas duas últimas décadas, o crescimento de áreas de loteamento privado, aparecimento de novos espaços residenciais fechados, conjuntos habitacionais de financiamento estatal, além de áreas de ocupação espontânea. Em relação a espacialidade dos ‘modos de habitabilidade’ listados, a maioria destes apresentam-se nos limites da cidade compondo uma frente de expansão urbana recente. E para dimensionar e visualizar o traçado urbano da cidade é interessante recorrer a produtos cartográficos, (vide Figura 23- Mapa de localização da malha urbana de Tucuruí.) Como nos indica Rodrigues (2020), as convenções cartográficas e as cores no contexto das representações nos auxiliam a decifrar as dinâmicas espaciais do uso e ocupação do solo no município.

.Figura 23- Mapa de localização da malha urbana de Tucuruí.

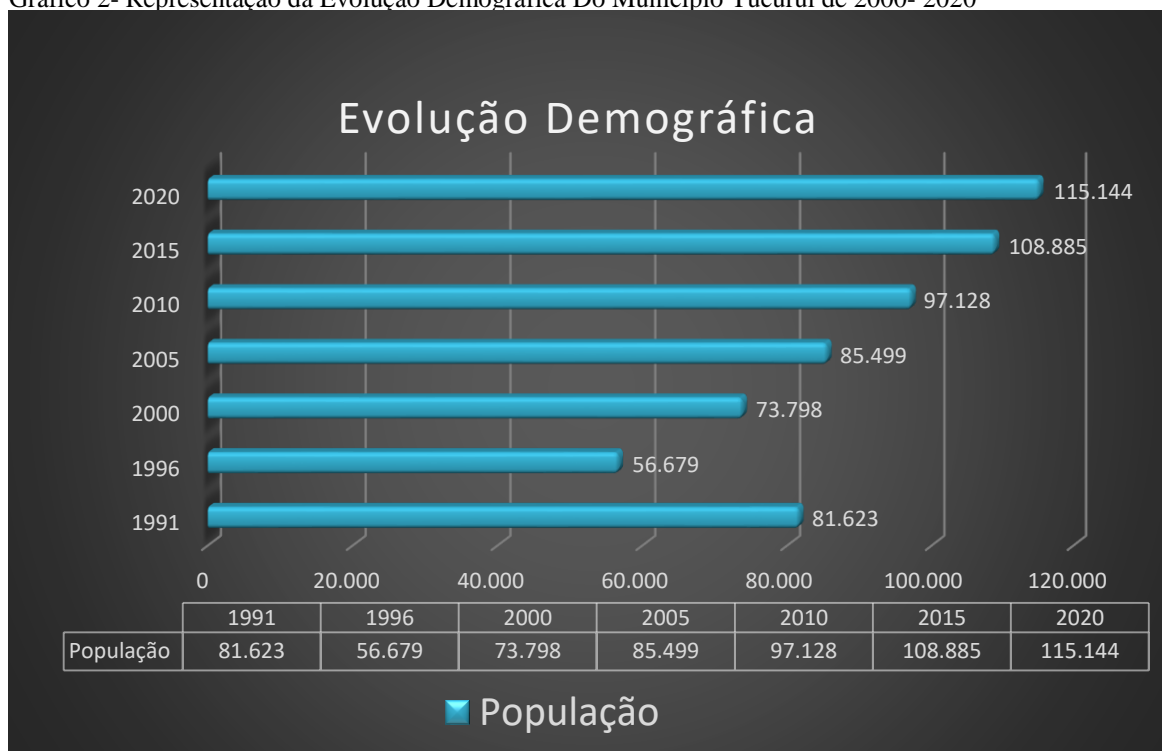


Fonte: SALGADO 2020

O mapa acima nos permite uma visão de sobrevoo sobre a geografia do município de Tucuruí, propiciando a visualização de alguns aspectos básicos naturais e a intervenção antrópica. Ao analisarmos mapa, damos destaque a alguns elementos, dentre eles : a cobertura vegetal _representado em tonalidade verde, (de modo geral: vegetação primária e secundaria)_ a sede municipal e a principal rodovia que corta a cidade BR 422 (tom vermelho); O traçado urbano (destacado no tom alaranjado) indica a área do município com maior incidência antrópica e respectivamente mais urbanizada, por assim dizer.

A barragem de Tucuruí (em violeta), e sua influência na formação do lago da UHT associada a hidrografia (em azul). Aprofundando a análise observamos a cidade tem sua forma espacial enquanto adjacente ao rio Tocantins, e tal forma espacial reafirma a influência desse grande objeto técnico em relação as dinâmicas urbanas contemporâneas. Em vista disso, antes de nos aprofundarmos no recorte temporal, do ano 2000 á 2020, é válido pontuar a dinâmica demográfica, partindo dos anos 1990, a qual exemplifica um pouco dessa relação direta entre as dinâmicas urbanas e o papel da hidrelétrica na localidade.

Gráfico 2- Representação da Evolução Demográfica Do Município Tucuruí de 2000- 2020



Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados: censo do IBGE, 2000- 2020

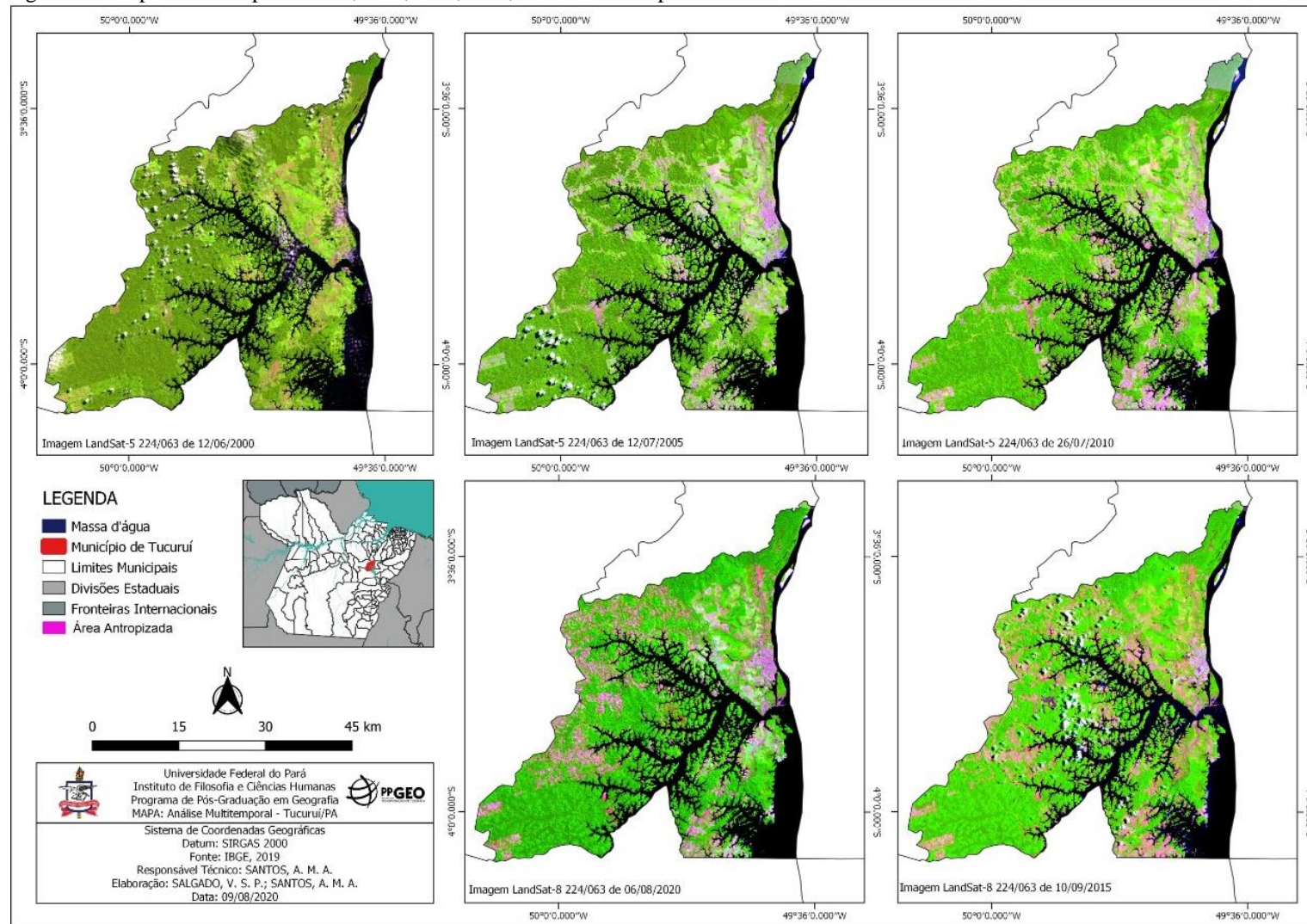
Em meio a passagens do século XX para o século XXI, destacam-se fenômenos em escala global, como a mundialização do capital, a nova divisão territorial do trabalho, concomitantemente ao avanço do meio técnico científico informacional. Esses fenômenos incidem no globo e no espaço urbano amazônico, frente ao enquadramento deste, nos processos de mundialização do capital que passaram a permear à reprodução capitalista no espaço. Incidindo nos processos de (re)estruturação da rede urbana, e influenciando diretamente na produção do espaço urbano de cidades existentes no cenário amazônico (RODRIGUES, 2015).

Não só Tucuruí, mas toda a região do Médio Tocantins conhece um novo papel na divisão territorial do trabalho, que altera o significado e a natureza da rede urbana local” (NOGUEIRA 2010 p. 75). Partindo deste pressuposto, é válido ressaltar que diante da demanda energética projetada para UHE , novas aspirações emergem, fomentando a inevitabilidade de ampliação do projeto hidroelétrico enraizado em Tucuruí, o qual toma forma frente ao estabelecimento da segunda etapa de construção do projeto (1998-2008).

No tocante ao cenário estabelecido, e observação do gráfico ? , ocorreu um período de refluxo populacional, no período que compete a década de 1990, fato associado á finalização das obras na década anterior. Dessa forma no intervalo 1991 há 1996, a população sofre um decréscimo, de 22.944 habitantes. E a partir da implantação da segunda fase de construção_ iniciada no ano de 1998. A cidade passa por novos fluxos de investimentos, que oxigenaram um novo panorama migratório, refletindo na elevação dos índices populacionais e expansão da malha urbana.

Segundo dados do IBGE o urbano de Tucuruí entre 1991 e o ano de 2000 apresentou crescimento populacional de 123% (SALGADO 2018; NOGUEIRA 2010). E a partir de então a dinâmica demográfica caracteriza uma curva ascendente, que é mantida, como identificado na conjectura populacional de 115.144 munícipes estimados no ano de 2020. É interessante sinalizar que aumento populacional nos últimos 20 anos (2000-2020), corresponde atualmente há 36%, do total de habitantes. Se pretendemos para fins de análise estabelecer um contraponto entre os fluxos populacionais e a mancha urbana no município, é válido recorrer ao mapa multitemporal a seguir, que mostra ao longo desses 20 anos como a área antropizada (em magenta) aumentou no município, principalmente na área que corresponde a cidade.

Figura 24- Mapa Multitemporal 2000;2005;2010;2015;2020 do município de Tucuruí- Pará.



Fonte: SALGADO e SANTOS 2020

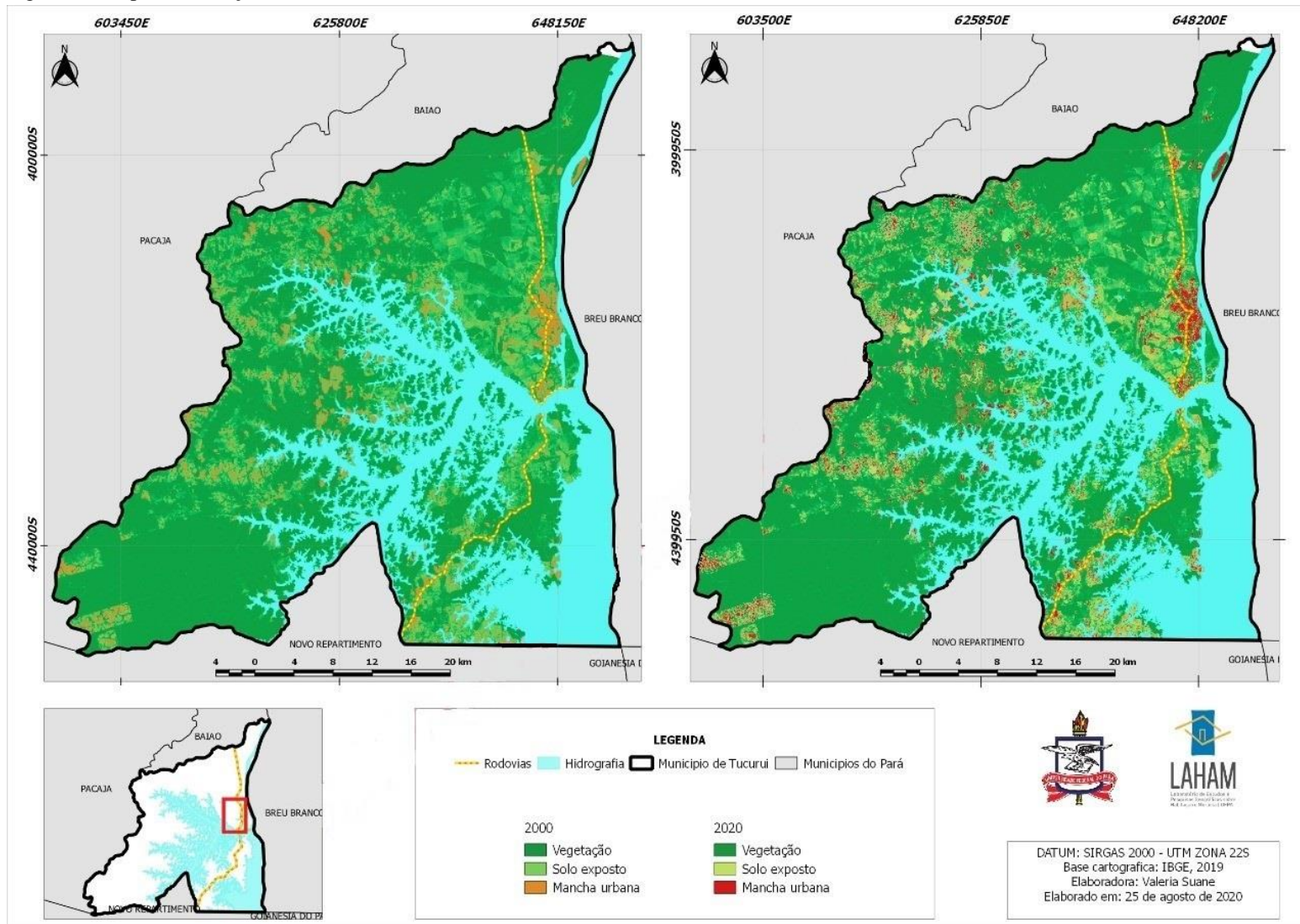
É visível que no intervalo do ano 2000 para o ano de 2020, há uma diminuição considerável da cobertura vegetal (tom esverdeado) na área do município como um todo. E ainda, na à primeira e última imagem (2000/2020) a área antropizada (magenta) cresce de forma exponencial. Ao estabelecer a relação entre a diminuição das áreas verdes com o aumento da área antropizada, evidencia-se as lógicas espaciais vigentes, de maneira a dimensionar á área da cidade de porte médio, a qual apresenta um papel de centro sub-regional na rede urbana (IBGE)

E para além de apenas visualizar a área antropizada versus a cobertura vegetal. Optamos pela confecção do mapa de manchas urbanas, referente ao intervalo de vinte anos (2000/2020), o qual objetiva exibir a expansão da área urbana⁴⁵. A análise da expansão urbana através da incorporação de novas áreas ao espaço da cidade é muito importante para a compreensão da configuração do espaço urbano (NASCIMENTO e MATIAS, 2011). Tal investigação fornece elementos que permitem caracterizar, entre outros aspectos, a estruturação interna e a distribuição das classes sociais na cidade, e os principais **agentes produtores** desses espaços, os quais podem estar coadunando ações, de maneira deliberada ou não (CORRÊA 1989).

Para cidade de Tucuruí um ponto, observado no mapa, seria a anexação de novas áreas no sentido sul, incorporadas no aumento da franja urbana, particularmente relacionada a densificação da ocupação na área do longo da Rodovia BR-422 (representado em laranja pontilhado no mapa), em direção a ‘Vila Permanente’ (que como vistos anteriormente neste trabalho) se faz um núcleo de serviços, _supermercados, hotel, restaurantes, clube, o hospital regional_ que emprega mão de obra predominantemente advinda da sede municipal.

⁴⁵ o aumento de outras cidades pequenas também pode ser acompanhado, referente as manchas vermelhas identificadas no mapa.

Figura 25-Mapa da evolução da mancha urbana 2000/2020.



Fonte: SALGADO 2020

Segundo Nascimento e Matias (2011), a expansão urbana é uma das expressões mais concretas do processo de ‘produção do espaço na sociedade contemporânea’, em função da concentração espacial de pessoas na forma de força de trabalho nas cidades, aliada a concentração dos meios de produção. Tal dinâmica propicia que o espaço urbano vigore cada vez mais como um local de produção e consumo de mercadorias e de habitação, em liame as forças produtivas ao se desenvolverem progressivamente, em busca da aceleração da realização da mais-valia para reprodução do capital na cidade, que por sua vez, se torna um polo atrativo de pessoas, devido a virtualidade de acesso a bens e serviços, bem como a possibilidade de obtenção de renda.

Visto que histórico e concretamente a disponibilidade de bens e serviços, está centrada nas cidades, fator primordial relacionado ao aumento da concentração populacional nesses espaços, o que gera a densificação da ocupação e o inchaço de áreas cada vez mais nas bordas da cidade acarreta o esgarçamento do tecido urbano (NASCIMENTO E MATIAS 2011).

Pautados nessa proposição, ao analisarmos uma região carente de bens e serviços em boa parte do território _para atender a sua população_ realidade latente na(s) Amazônia(s), percebe-se a ratificação desse movimento de atração e inchamento populacional nas cidades, _frente a concentração/distribuição de serviços e equipamento considerados urbanos em seu vasto território_ o que demonstra em certo grau a preeminências das desigualdades socioespaciais, vividas a níveis regionais e urbanos.

Como já dito anteriormente ‘a urbanização reflete a dinâmica de acumulação e concentração do capital na cidade’ que por sua vez reproduz a aglomeração ao demandar cada vez mais espaço. Para além das lógicas do modo de produção capitalista a cidade intrínseca ao cotidiano e a praticas-socioespaciais se faz em primeira instancia, lugar da vida humana, e seu espaço reflete e condiciona as diversas estratégias de vivencia e sobrevivência dos diferentes agentes sociais na produção e apropriação do espaço produzido (ALVES 2017; CARLOS 2007c; 2015).

Seguindo este escopo analítico, resgata-se a sociedade capitalista, enquanto sociedade complexa e contraditória que atende a acumulação do capital, que segundo Corrêa (1989) tem sua dinâmica e seu espaço produzido por agentes sociais concretos, e não por processos aleatórios ou um mercado invisível atuando sobre um espaço abstrato. Estes agentes sociais apresentam-se classificados em cinco tipologias de natureza analítica e complexa, sendo eles: a) proprietários dos meios de produção; b) proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos. Desse modo, a seguir, pretendemos

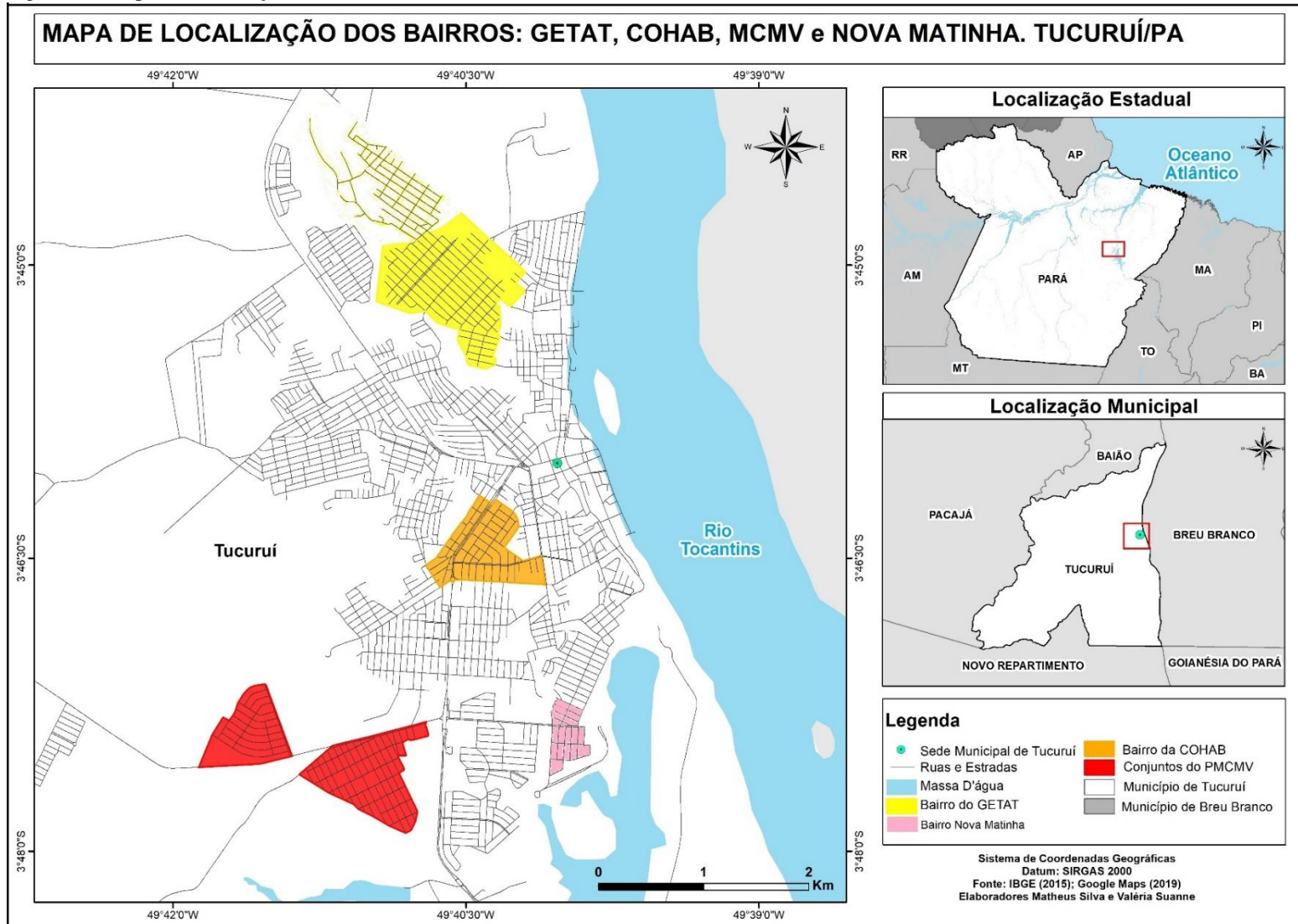
verificar quais os principais agentes têm sua espacialidade evidenciada nesse processo de expansão urbana.

Apoiados nos escritos de Corrêa (1989), perante a observação da forma atual do tecido urbano, em meio aos agentes que atuam na produção desse espaço, confrontamos o atual traçado urbano com a geohistória do município, e detectamos um agente com presença determinante: o **Estado**, não apenas em relação a suas ferramentas normativas e jurídicas frente ao uso e ocupação do solo, como também referente ao fornecimento de equipamentos e serviços urbanos, que estão inseridos no conjunto de instrumentos que este pode empregar em relação a produção do espaço urbano (CORRÊA 1989).

Nesse momento, nos propomos a dar enfoque em como os órgãos da esfera executiva que compõe o Estado imprimem sua marca no traçado urbano da cidade ao longo das décadas, com destaque para os órgãos de cunho federal, estadual e municipal, seja diretamente _frente a implantação e ocupação de bairros coordenados por estes órgãos_ ou indiretamente com a presença de organização de mecanismos de créditos à habitação, como veremos na ‘figura 26’ que destaca os bairros do GETAT, COHAB; Nova Matinha e dois conjuntos pertencentes ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Como já visto em outro capítulo, o período da construção da UHT foi determinante para a intensificação de fluxos migratórios e o aumento da densidade populacional, que consequentemente causou forte impacto no núcleo urbano. Concerne a esse período, órgãos como ELETRONORTE, GETAT e COHAB-PA assumiram papéis ativos na dinâmica espacial de Tucuruí, sendo a ação desses dois últimos voltada a perspectiva de combate ao déficit habitacional. Ambos visavam intervenções de natureza regulatória e de políticas mitigadoras, consistindo tanto no disciplinamento da expansão urbana quanto na criação de novas unidades habitacionais, bem como definição de áreas loteadas para fins de moradias.

Figura 26- Mapa de localização dos bairros: Getat, Cohab; Pmcmv; Nova Matinha.



Fonte: SILVA e SALGADO 2020.

Na década de 1980, órgão como ELETRONORTE, GETAT e COHAB-PA assumiram papéis ativos na dinâmica espacial de Tucuruí, sendo a ação desses dois últimos voltada a perspectiva, de combate ao déficit habitacional. Ambos visavam intervenções de natureza regulatória e de políticas mitigadoras, consistindo tanto no disciplinamento da expansão urbana, quanto na criação de novas unidades habitacionais bem como definição de áreas loteadas para fins de moradias.

O GETAT consistia no Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, criado através do decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980 (e extinto pelo decreto-lei nº 2.328, de 5 de maio de 1987), com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária. Sua intervenção no município de Tucuruí deixou como herança o bairro de mesmo nome, Bairro do GETAT(destacado em amarelo).

O espaço urbano onde foi planejado o bairro pertencia ao INCRA, e através do órgão GETAT “ocorreu a limpeza do terreno, loteamento, arruamento da área onde seriam construídas 400 moradias para abrigar os migrantes” (nogueira 2010, p. 93). Não havendo provimento das habitações, os lotes foram distribuídos por esse extinto órgão para as famílias, sem cadastramento prévio, ocasionando assim um acentuado processo de ocupação da área, predominantemente por migrantes marcado pelo processo de como autoconstrução.

Já a COHAB-PA constitui-se no órgão executor da Política Habitacional no Estado do Pará, atuando nas áreas de habitação, infraestrutura e serviços urbanos. No ano de 1966 a Companhia deu início a construção do primeiro conjunto habitacional⁴⁶, em 1968, iniciou-se a construção de unidades habitacionais no interior do Estado, dentre elas a delimitação de lotes na cidade de Tucuruí, dando origem também ao bairro homônimo ao órgão (destacado em laranja). “De acordo com a pesquisa de campo, as habitações construídas não atenderam às demandas existentes, por isso, a busca por moradias nas áreas distantes do centro da cidade” (NOGUEIRA 2010,p.89).

No mapa vemos um pouco da ativa participação de órgãos da esfera executiva que compõe o Estado em relação a formação do traçado urbano, os cinco bairros destacados, foram formados em períodos diferentes. “Em diversos momentos históricos o, as mudanças no perímetro urbano de Tucuruí refletem, diferentes intervenções humanas e da incorporação de novas áreas, tanto o Estado, como gestor municipal e os agentes sociais participaram da sua produção” (Nogueira 2010, p.85).

⁴⁶ em Belém, o Nova Marambaia I, com 834 unidades, foi o começo da construção dos grandes conjuntos habitacionais na capital.

Com o projeto eclusas⁴⁷ de Tucuruí (2003), houve a necessidade da transferência dos moradores da orla do rio Tocantins. Sendo assim, a prefeitura municipal inaugurou um projeto de moradias populares _no ano de 2005_, finalizando cerca de 5 anos depois _no ano de 2010_ com o objetivo de alojar essas famílias atingidas diretamente pela implementação das obras das eclusas. A nova Matinha (destacado em lilás), denominação da área urbana, representa o único planejamento habitacional para o espaço urbano de Tucuruí concretizado pelo poder público municipal. A drástica mudança de localidade e terreno tendo em vista que anteriormente as famílias moravam próximos ao rio Tocantins, exerciam a pesca artesanal como meio de vida, e há muito desenvolviam um sentimento de *pertença* a ‘velha matinha, movimento que não se estendeu ao novo bairro. Esse movimento será tratado com mais atenção ao longo do segmento deste capítulo.

Já em relação ao PMCMV, temos destaque para as áreas em vermelho, ‘os residenciais’ Viva cidade e Cristo Vive, um destinado á faixa 1 do programa: famílias com renda de até mil e oitocentos reais (R\$ 1.800), e a faixa 1,5: para famílias com receita entre R\$ 1.200 e R\$ 2.600 até dois mil e seiscentos reais, respectivamente. Ambos têm suas obras iniciadas em 2012, entretanto tiveram desfechos diferentes. Ambas no primeiro momento sob tutela da empresa TECHCASA Construção e Incorporação LTDA CNPJ: 03.439.355/0001-70, a qual apresentou incapacidade na conclusão da obra, e diversas limitações na gestão de pagamentos dos trabalhadores envolvidos. O Viva Cidade, passou para a tutela do ‘Viva Cidade Tucuruí Incorporadora 14.626.813/0003-68’ e atualmente ainda realiza execução de obras e vendas de unidades habitacionais, para a continuidade das obras.

Já em relação ao Cristo Vive, com a paralização das obras as unidades habitacionais inacabadas foram ocupadas. É válido ressaltar que no primeiro momento a ocupação foi dada em vista de um cenário de insatisfação de funcionários da empresa, até então responsáveis pela execução das obras, devido a paralização das obras e não quitação de contratos (caracterizando um protesto), que suscitou e disseminou a propaganda de que o residencial seria ocupado, atraindo um expressivo número de pessoas na tentativa de ocupar as mil unidades habitacionais (SALGADO 2018).

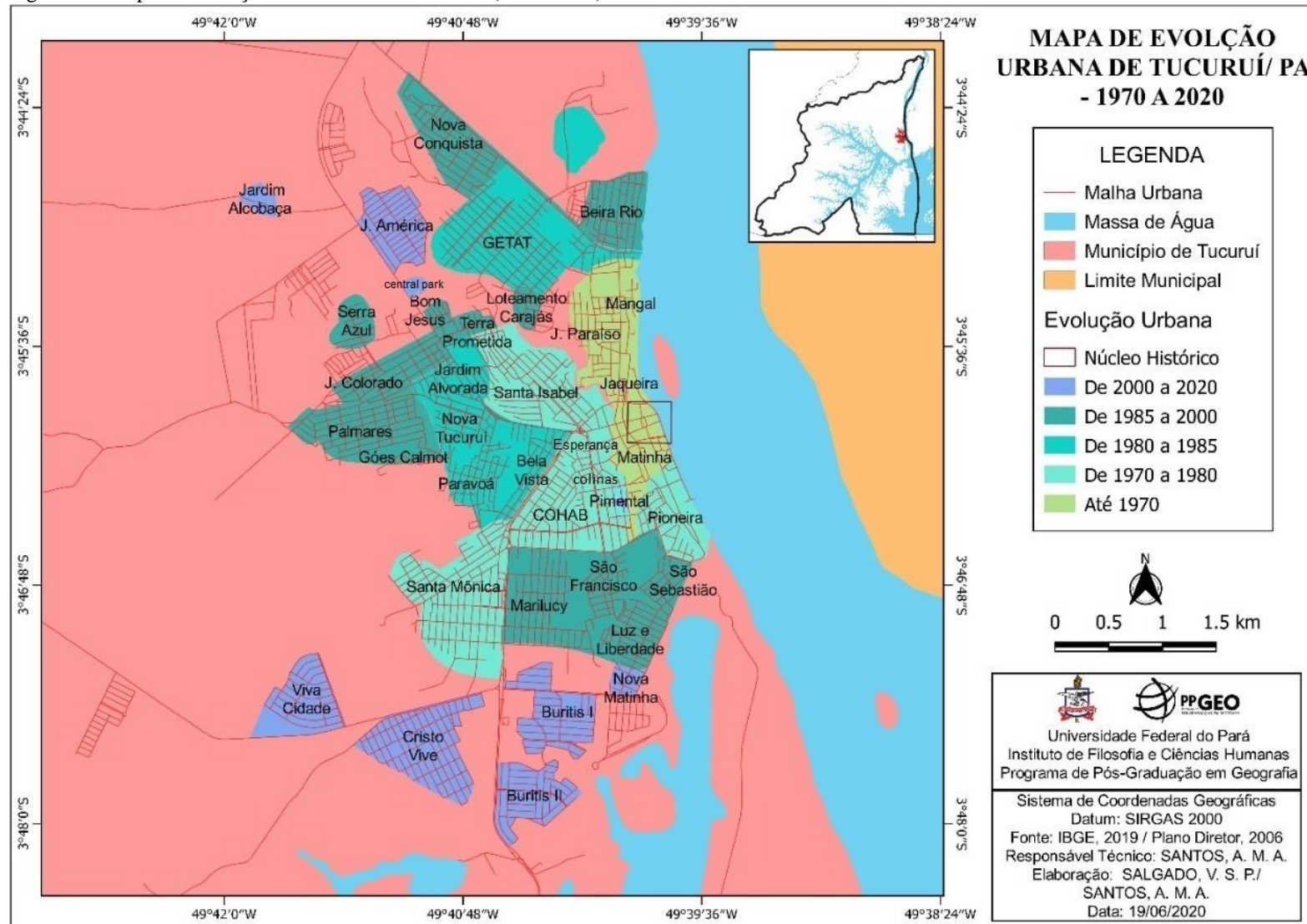
Em meio ao cenário estabelecido juntamente a consolidação da ocupação, intensas lutas e reivindicações foram travadas, concomitantemente a existência de processos e ações jurídicas

⁴⁷ Consiste num sistema de transposição de desnível do rio Tocantins em Tucuruí ocorrido a partir da implantação da implantação da UH. É parte também do projeto de integração da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que visa, em sentido amplo, a circulação espacial de bens e mercadorias.

objetivando o direito a habitar no Cristo Vive de forma “legal”, juntamente à essas ações ocorreram diversas mobilizações, com o intuito de reivindicar, mínimas condições de habitabilidade para o residencial. “Dessa forma verificou-se a utilização de estratégias e mecanismos de mobilização da comunidade como manifestações, e bloqueio de vias principais, além de buscar articulação com meios jurídicos e por vezes político-partidário” (Salgado, 2018, p. 94).

Tentando promover o diálogo entre as considerações dos participantes, juntamente com as considerações da comunidade, o MPF pediu que fosse feito o recadastramento das famílias e um laudo técnico das casas do residencial, tendo sido realizado por técnicos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Dessa forma o residencial foi palco de intensos processos, que fecundaram em um experiência *sui generis* em relação à outros empreendimentos nesse modelo. Apresentando um viés de movimento popular, caracterizado pelas articulações, reivindicações e conquistas a respeito da segurança de posse e condições de habitabilidade do complexo habitacional (SALGADO 2018). Atualmente as obras do residencial são de responsabilidade da SOTEARE sociedade técnica de arquitetura e engenharia Ltda 07.418.827/0001-69 ⁴⁸

Figura 27- Mapa de evolução urbana de Tucuruí-Pará (1970-2020).



Fonte: SALGADO e SANTOS 2020.

Seguindo a perspectiva de análise, ao mapear a dinâmica e expansão urbana da cidade, no cenário pós anos 2000, percebe-se a predominância de áreas de loteamento privado e conjuntos habitacionais de financiamento estatal presentes nos limites da cidade compondo a frente de expansão urbana recente, principalmente ligadas a forma de loteamentos privados, associados a concepção de ‘bairros planejados’ á exemplo podemos citar: Jardim América, parque dos Buritis I e II (loteamentos privados), e Central Park (bairro planejado).

É valido destacar ‘Cristo vive’ e ‘Nova matinha’ como já dito anteriormente, constituem conjuntos habitacionais, de casas populares associadas ao poder público. o Viva Cidade mesmo sendo um conjunto habitacional, que tem pro público alvo uma certa faixa de renda, “sendo vendido como bairro planejado”. Já o bairro Jardim Alcobaça advém de uma ocupação espontânea nas bordas do novo cemitério construído na cidade. Entre os anos 2000 e 2020 totalizam a formação de 7 novos bairros com relação marcante entre os agentes **Estado e Promotores imobiliários**.

Tendo em vista o aumento da franja urbana, percebe-se que a produção da cidade está relacionada a um conjunto de relações que se manifestam espacialmente, dessa forma, o processo de expansão urbana é atribuído a atuação de diversos agentes que coadunam suas ações, podendo ou não se dar de maneira deliberada (CRUZ 2019; CORRÊA 1989). Por exemplo, ao passo que ‘**Promotores Imobiliários**’ galgam a construção de imóveis e loteamentos privados, nas áreas de franja urbana, se faz necessário a ampliação de infraestrutura como sistemas de água, energia e esgoto, que por sua vez são fornecidas pelo ‘**Estado**’; podendo atrair ‘**Grupos Sociais Excluídos**’ com a construção de assentamentos precários em geral atribuídas ao mecanismo da autoconstrução⁴⁹ (CORRÊA 1989; AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

É importante salientar os promotores imobiliários como um conjunto de agentes heterogêneos, que tem em comum alguns tipos de “operações”: Incorporação; Financiamento; Estudo Técnico; Produção Física do imóvel e Comercialização (CORRÊA 189). Em relação aos promotores imobiliários identificados na cidade, percebe-se a presença de capital local (Viva Cidade Tucuruí incorporadora SPE Ltda; e Construtora Cone Ltda) de empresas com o alcance nacional (Buriti Empreendimentos Imobiliários).

Em relação aos Jardim América e parque dos Buritis I e II, ambos foram comercializados em forma de loteamentos privados, não possuindo padronização de tipologias

⁴⁹ Esse movimento de atração dos **Grupos Sociais Excluídos**’ pode ser verificado na cidade (em meio ao recorte temporal) tanto no movimento, de ocupação do cristo vive, bem como na formação do bairro Jardim Alcobaça, que será melhor explicitado, no tópico seguinte.

de unidades habitacionais, de responsabilidade- Buriti Empreendimentos Imobiliários (CNPJ: 25.317.225/0001-05) indicando a presença de capital imobiliários de porte nacional., caracterizando quatro das cinco operações segundo Corrêa (1989) Incorporação; Financiamento; Estudo Técnico; e Comercialização, exceto a produção física do imóvel.

Já em relação ao Viva Cidade e Central Park, é válido sublinhar que o financiamento é em parte (no caso do Central Park⁵⁰) ou totalmente (caso do Viva Cidade⁵¹) facilitado pelo Estado em instancia federal, que ao financiar um imóvel, em determinada situação, faz as vezes o papel de um incorporador imobiliário (CORRÊA 1989). Ademais, como já foi dito anteriormente o ‘Viva Cidade’ é de responsabilidades do “Viva Cidade Tucuruí Incorporadora SPE Ltda 14.626.813/0003-68” e o Central Park- de responsabilidades da “Construtora Cone Ltda (CNPJ 02.548.455/0001-71”. Os dois apresentam ‘modelos de casa vendido nas plantas’, caracterizando todas as cinco operações, analisadas por Corrêa (1989): Incorporação; Financiamento; Estudo Técnico; Produção Física do imóvel e Comercialização.

Visualizando o atual traçado urbano da cidade percebe-se que produção de novos bairros nos últimos vinte anos, tem características de bairros essencialmente residenciais (com fins de moradia). Ademais ao visualizarmos a presença do capital imobiliária como nos bairros supracitados, percebeu-se a capacidade cada vez maior de se infiltrar no espaço assumindo uma articulação conjunta com o Estado, exercendo um papel expreso na expansão do tecido Urbano a partir das bordas da cidade mediante a construção de moradias e do surgimento de novas áreas e bairros.

Nesse sentido a lógica de localização dos empreendimentos do programa MCMV, na cidade de Tucuruí assemelhasse a lógica examinada por Cruz (2019) e Rodrigues (2015) ao abordar as DS na Amazônia paraense, tendo em vista que a execução física do programa encontra-se em áreas de expansão urbana, anteriormente desvalorizadas, dessa forma contribuindo com as estratégias de valorização das terras em especial na valorização de loteamentos privados que são instalados, contiguamente à efetivação do programa.

Em Tucuruí percebe-se que dos loteamentos privados ‘Park dos Buritis I’ tem seu processo de lançamento e venda, por volta do ano de 2006, entretanto sua efetiva ocupação se deu após o ano de 2012 quando foi iniciada as obras do conjunto habitacional Cristo Vive (Salgado 2018). No mesmo ano o lançado do ‘Viva Cidade- cidade universitária’ bairro planejado.

⁵⁰ Pode ser facilitado pelo programa casa verde amarela, frente á simulação de financiamento.

⁵¹ seu ‘lançamento’ foi vinculados ao PMCMV faixas 1,5, posteriormente pode ser facilitado pelo programa casa verde e amarela.

Em seguida verificou-se o lançamento do ‘Park dos Buritis II’ em 2013. Os loteamentos fechados em geral visam o processo de urbanização de status, voltando para a população com maior poder aquisitivo. Diante disso corroboramos com as ideias de Cruz (2019), ao analisar que a implantação dos grandes conjuntos habitacionais do programa MCMV em áreas limite da cidade, contribuem para estratégias de valorização das terras no município paraense, ao passo que ao aumentarem a ocupação desses espaços, propiciando a instalação de certa infraestrutura urbana e redes de acessibilidade, atendem aos interesses especulativos e fomentam venda de produtos imobiliários privados, contribuindo assim para a ratificação das DS.

4.3- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA E O ACESSO A JUSTIÇA ESPACIAL: A CIDADE DE TUCURUÍ ESPACIALIDADE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS EM RELAÇÃO DA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO (2000-2020).

Tendo em vista a problemática da pesquisa, procuramos aqui relacionar, o mapa de evolução urbana de Tucuruí, em contraponto ao mapa de distribuição de serviços, em conjunto ao apontamento de algumas ‘formas espaciais’ que exemplifiquem a atual dinâmica urbana da localidade, aqui adotaremos ‘formas espaciais urbanas’⁵² enquanto trabalho cristalizado, que carrega consigo um conteúdo histórico e geográfico, representando a síntese de múltiplas determinações associadas ao avanço de dinâmicas econômicas de reprodução do capital no espaço, bem como características de redefinições nas formas de uso e apropriação do espaço urbano (RODRIGUES 2015). Afim de subsidiar e fomentar a análise de como se dá o acesso à justiça espacial enquanto expressão das DS.

Nesse sentido a partir de entrevistas, pudemos contar com o auxílio e análise das compreensões dos sujeitos produtores da cidade e do espaço urbano morador/consumidor, buscando por meio das narrativas entender e exemplificar de que maneira o acesso e a distribuição dos serviços públicos essenciais, se estabelece e impacta a esfera cotidiana desses sujeitos tendo em vista as perspectivas de Alves (2017) e Carlos (2015), as quais corroboram com a premissa de que “riquezas urbanas” expressas em formas-conteúdos urbanos⁵³, são socialmente produzidas e desigualmente apropriadas/distribuídas⁵⁴.

Além de verificar se há acesso há moradia digna, nos termos estabelecidos no plano diretor municipal. Tendo em vista que no documento consta, que ‘moradia digna’ é aquela que possui condições de habitabilidade e é atendida por serviços públicos essenciais como água

⁵² As formas urbanas carregam e expressam consigo conteúdos histórico-geográficos materializadas nas formas espaciais urbanas das cidades. Dessa maneira podem ser lidas para além das suas formas, configurando um par ‘formas-conteúdo’. (SANTOS 2014; RODRIGUES 2015)

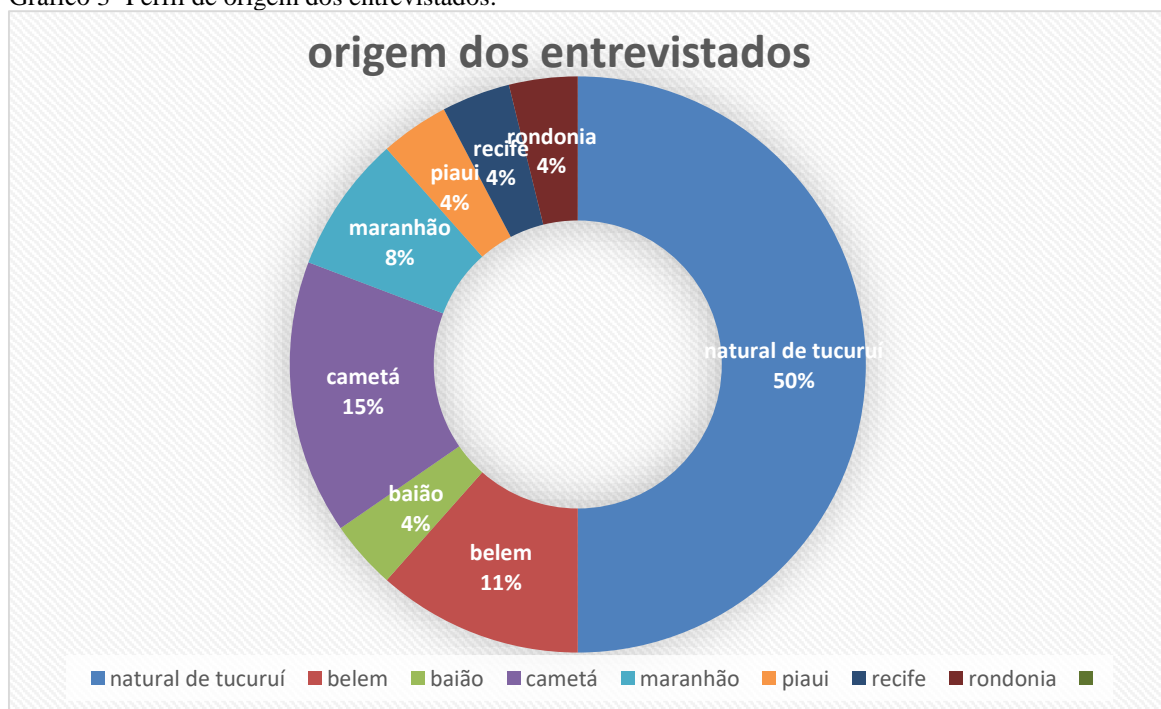
⁵³ Advindas de um **processo**, que atende a uma **função**, incutida à **estrutura** (SANTOS 2008) de urbanização do capital.; (HARVEY 2013; 2014)

⁵⁴ A produção cria os objetos correspondentes às necessidades, ao passo que a distribuição os reparte, segundo leis sociais vigentes (Rodrigues 2015, p. 176).

esgoto energia elétrica iluminação pública coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo além do acesso aos equipamentos sociais básicos. (TUCURUI, 2006).

Tendo em vista a *geohistória* da cidade, destaca-se enquanto local forte presença de dinâmicas migratórias, consideramos interessante primeiramente pontuar o perfil de origem dos entrevistados, como se pode observar no gráfico a seguir.

Gráfico 3- Perfil de origem dos entrevistados.



Fonte: SALGADO 2021.

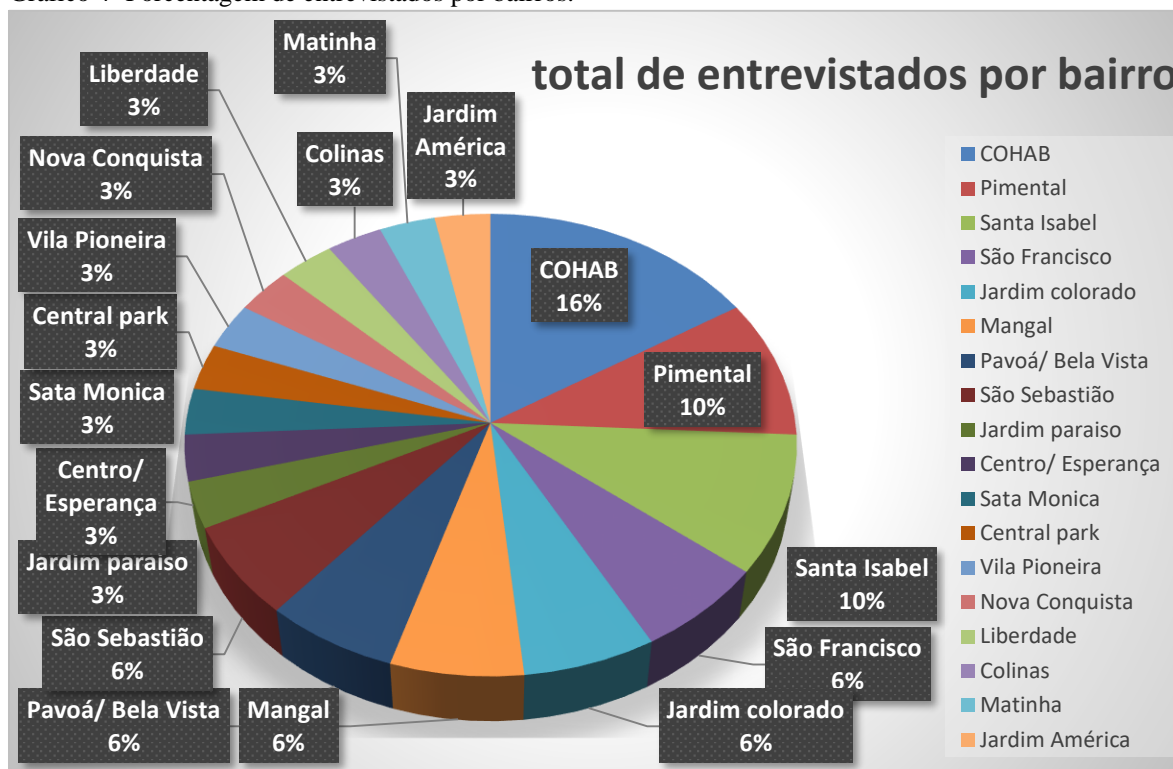
Como podemos observar no gráfico acima, 50% dos entrevistados é natural do município, e entre os outros 50% que não são naturais do município 20% migraram de outros estados, e outros 30%, vieram de outros municípios do estado, como sendo indicativo do cenário de migração _intra e inter-regional (nordeste- norte) _ na localidade.

Em meio a tentativa de capturar e representar a realidade no recorte espacial, aqui procuramos, alcançar moradores de vários bairros da cidade, os quais, compartilharam conosco sua percepção da produção e apropriação do espaço da cidade, em diferentes aspectos, relatos importantíssimos dado ao fato que os moradores se fazem sujeitos produtores do espaço urbano.

Buscando por meio das narrativas traduzir e compreender as diferentes práticas espaciais do cotidiano dos moradores, relacionadas a disponibilidade e acessibilidade de bens e serviços, considerados essenciais para que a cidade cumpra sua função social, como é previsto no plano diretor. Ademais por meio da análise geográfica nesse processo de captura de informações, verificar como se dá o acesso a justiça espacial e de que forma a produção da

moradia se relaciona com a produção das desigualdades socioespaciais no espaço intraurbano da cidade. O gráfico ilustra a porcentagem de moradores por bairros alcançados em meio das entrevistas realizadas, o universo de sujeitos alcançados fora de trinta e um residentes.

Gráfico 4- Porcentagem de entrevistados por bairros.



Fonte: SALGADO 2021.

A seguir na figura 28, retomando o mapa ‘Mapa de evolução urbana de Tucuruí-Pará (1970-2020)’ para compor a análise da evolução da malha urbana, em contraponto, ao ‘Mapa de evolução urbana de Tucuruí-Pará (1970-2020)’_ figura 29_ que busca mostrar a especialidade das moradias em relação á bens e serviços básicos, como por exemplo escolas públicas e unidades básicas de saúde

Em meio ao crescimento histórico, da malha urbana, aos quais os fatores primordiais relacionados já foram discutidas anteriormente, destacamos em meio a formação e crescimento da cidade exemplificada por meio do produto cartográfico a seguir, que no final da década de 1970 e durante a década de 1980, Tucuruí adquiriu traçados de cidade, o bairro da Matinha (núcleo histórico) originalmente, expandiu-se em direção aos igarapés Santos e Santana. A partir daí, desenvolveu-se para oeste até o bairro Colinas, e para o norte até os limites dos bairros Jaqueira, Mangal e Jardim Paraíso, configuração que a cidade manteve até meados da década de 1970.Os bairros mais antigos da cidade (Matinha, Jaqueira e Jardim Paraíso) apresentam lotes, ruas, quadras, praças, bastante adaptados à topografia (nogueira 2010, p. 87).

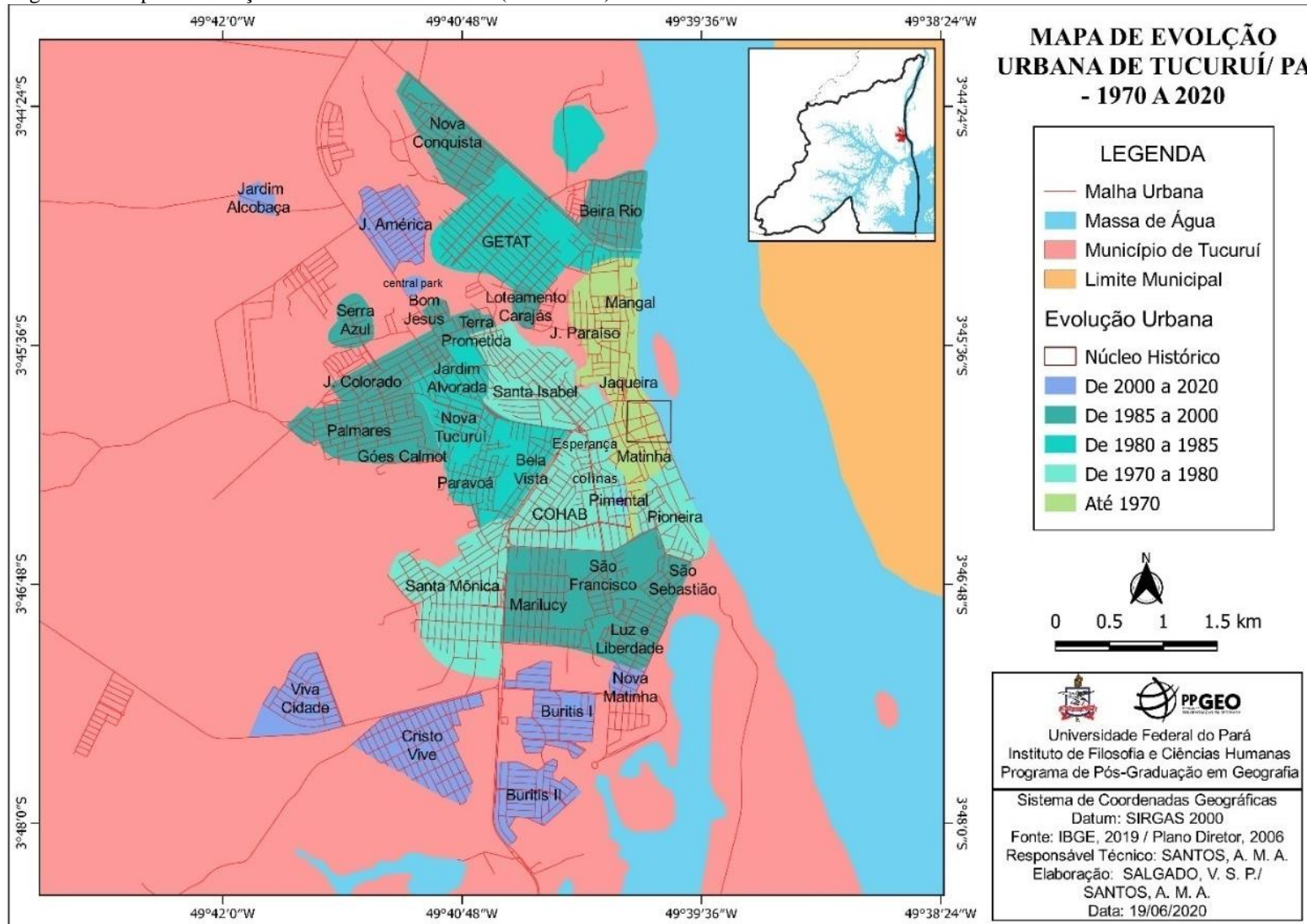
Os bairros formados, entre os anos de 1970 à 1980, estavam relacionados tanto em função da expansão/criação do centro comercial da cidade (bairro esperança) quanto há necessidade da criação de novas unidades habitacionais, os que tiveram o vetor de ocupação relacionados á órgãos oficiais, pode-se citar o bairro da COHAB, e o bairro Pioneira (outrora espaço da vila pioneira). E em relação aos vetores de ocupação espontânea, principalmente Santa Monica e Santa Isabel, este ultimo abrigava ‘a lagoa Santa Isabel’ atualmente extinta, extinção associada tanto há ocupação desordenada, quanto a (ineficácia) da ação do poder publico municipal (NOGUEIRA 2010).

Já entre os anos 1980 há 1985, vemos o surgimento do bairro GETAT ⁵⁵, nova Tucuruí, bela vista e jardim alvorada, estes últimos estão presentes no plano diretor (2006) como área de habitação subnormal, por ser associada há ocupação espontânea, com pouca infraestrutura de captação de água pluvial e rede de esgotos deficiente (NOGUEIRA 2010).

A partir de 1985 até o ano de 2000 (áreas em verde escuro) destacam-se a formação de bairros predominando á lógica de ocupação espontânea, nas áreas norte, oeste e sudeste do que até então configurava sítios limítrofes da malha urbana, materializando o esgarçamento do tecido urbano, compondo a frente de expansão urbana nesse período. Formando os seguintes bairros: ‘Beira Rio, Terra Prometida, Bom Jesus, Serra Azul, Jardim Colorado, Nova Conquista, Palmares, , São Francisco e São Sebastião’.

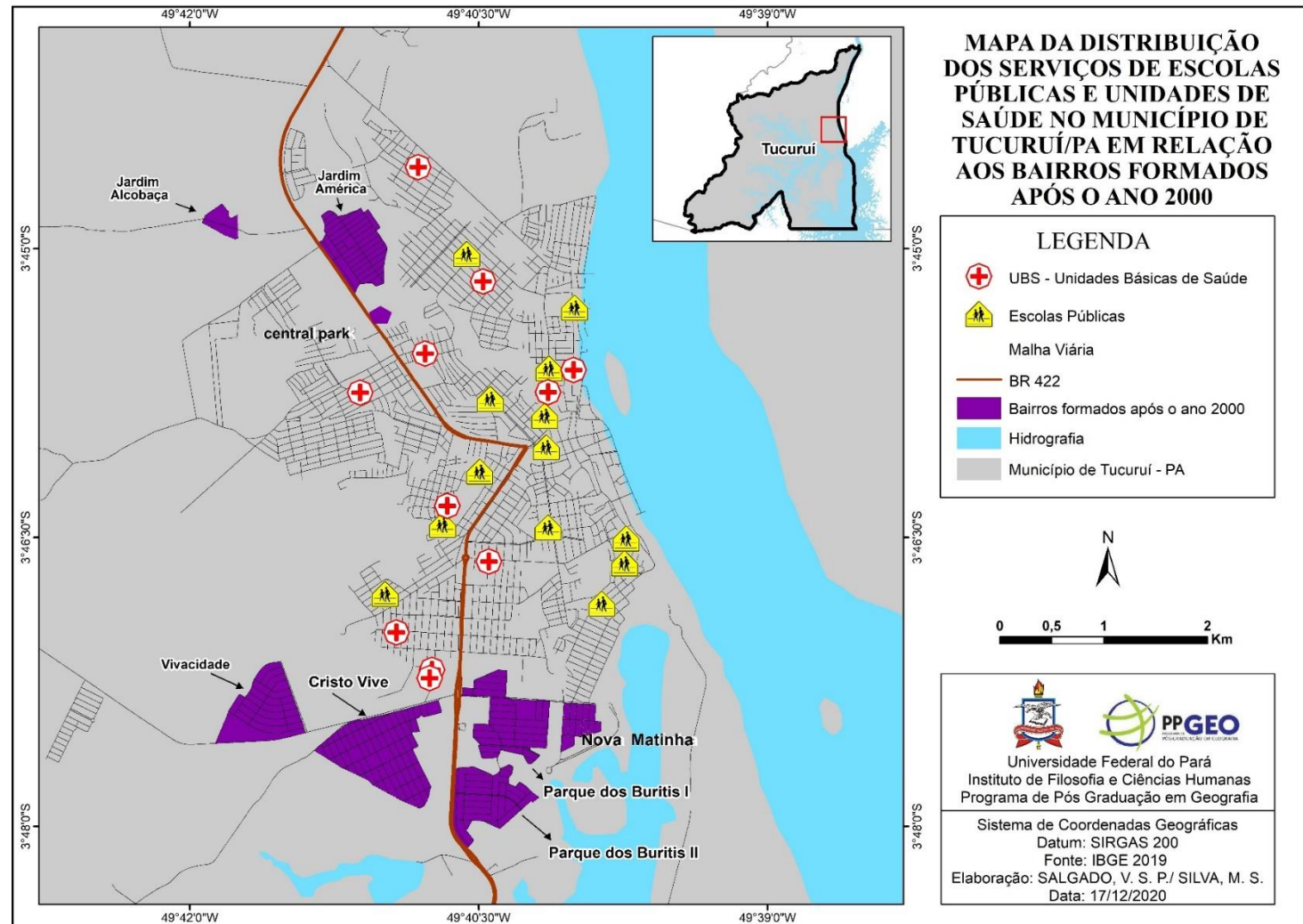
⁵⁵ associado ao órgão governamental GETAT- melhor explicitado no tópico anterior.

Figura 28- Mapa de evolução urbana de Tucuruí-Pará (1970-2020).



Fonte: SALGADO e SANTOS 2020.

Figura 29- Mapa de Distribuição de Equipamentos e Serviços Urbanos (escolas públicas; unidades básicas de saúde).



Fonte: SILVA e SALGADO 2020.

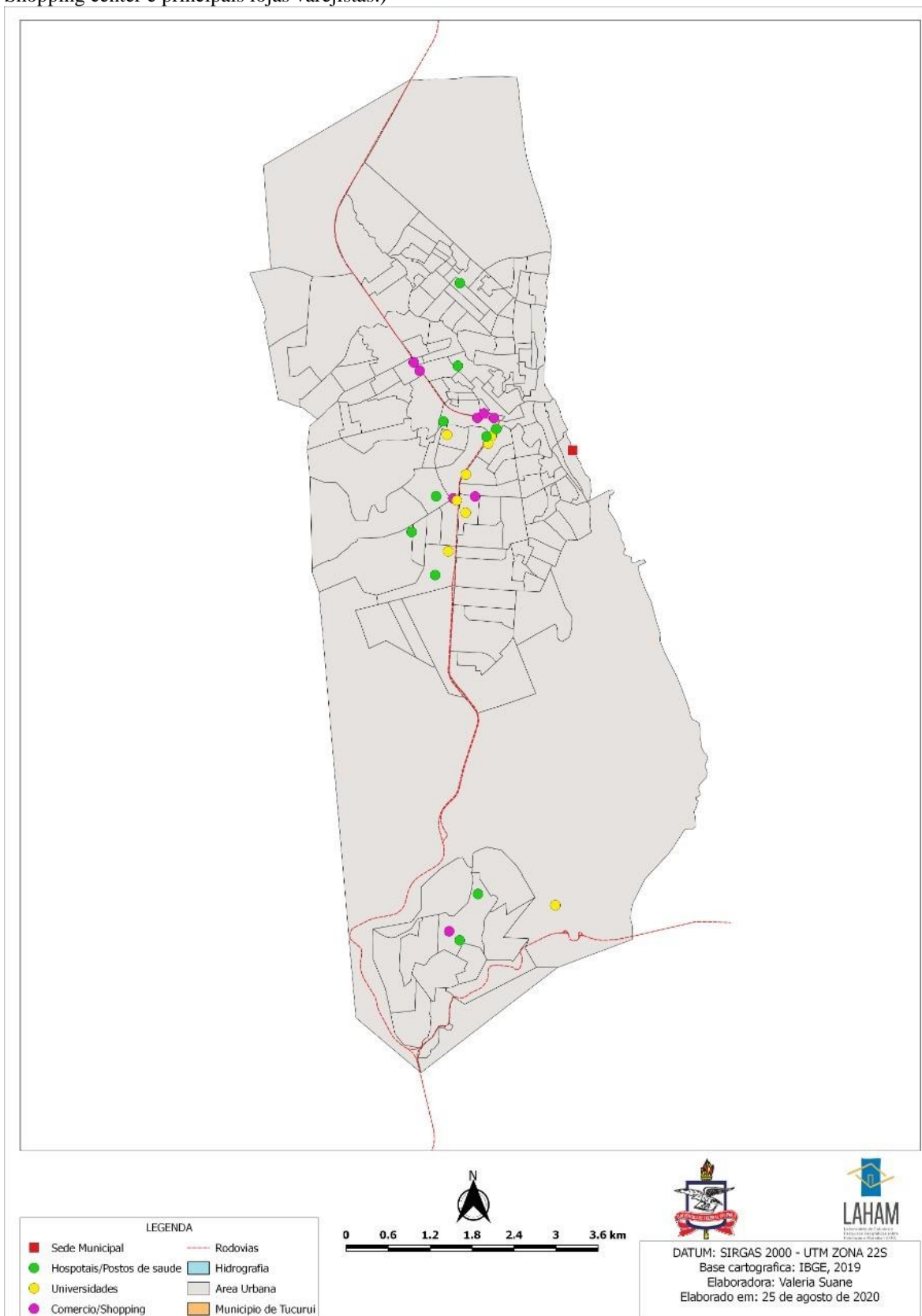
Se compararmos as figuras 28 e 29 (vinte e oito, e vinte e nove) a maioria dos bairros que surgiram no período de 1985 á 2000 por se tratarem de bairros que em geral foram construídos através de ocupação espontâneas, pela população de baixa renda, não dispõe unidades básicas de saúde, como também escolas publicas(é valido enfatizar que no mapa estão presente apenas as escolas de nível fundamental e médio, as de educação infantil/creches não estão incluídas) , á exemplo os bairros: (palmares; Góes Calmot, jardim colorado serra azul, bom jesus, beira rio terra prometida). Os bairros formados no contexto pós anos 2000, mesmo obedecendo em sua maioria, de uma lógica diferente da ocupação espontânea, dando ‘prioridade para a obtenção da moradia por meio da propriedade privada, permeada por processo de financiamento’, o que indica um público com certo nível de renda⁵⁶,por se encontrarem nas bordas da cidade, também foram produzidos com ausência desses serviços.

Já no já na figura 30, correspondente ao ‘Mapa de evolução urbana de Tucuruí-Pará (1970-2020)’ os referidos bairros apresentam distanciamento também à serviços particulares como: a distância relacionadas a centro de compras, indicadas pela variável comercio/shoppings (identificados na cor lilás) universidades, pondo ser de âmbito particular ou publico (identificadas no tom amarelo). Ao analisar essa distribuição de equipamentos e serviços urbanos nas figuras 28 e 29, percebe-se o cenário de ‘injustiças espaciais’ ao passo que a acessibilidade a infra estrutura, equipamentos e serviços não é garantido a moradores de certas áreas revela-se enquanto ação técnica e instrumento legal de naturalização das desigualdades socioespaciais (cruz 2019). A espacialização desigual reflete as formas diferenciadas de apropriação da riqueza socialmente produzida (Alves 2017).

Nesse sentido baseado em uma análise geográfica, constata-se a reprodução de uma série de injustiças espaciais, refletidas e exemplificadas na ausência de equidade no acesso de bens e serviços urbanos em relação as moradias recentes construídas, tendo em vista que a acessibilidade e as redes de infraestrutura e aos serviços urbanos é desigual quando se comparada as moradias dos diferentes de bairros produzidos na cidade anteriores aos anos 1985. Pode-se notar o grau de materialidade das DS tanto pela localização das novas moradias na cidade quanto pela diferença nas formas e na ‘qualidade’ das mesmas, ademais relacionada a como os moradores dos diferentes bairros desenvolve a relação com o acesso aos bens e serviços urbanos.

⁵⁶ Salvo algumas exceções: jardim Alcobaça; Cristo Vive e nova matinha, que representam uma população com nível de renda mais baixo, em relação aos demais.

Figura 30-Mapa de Distribuição de Equipamentos e Serviços Urbanos (Hospitais e UBS's; Universidades; Shopping center e principais lojas varejistas.)



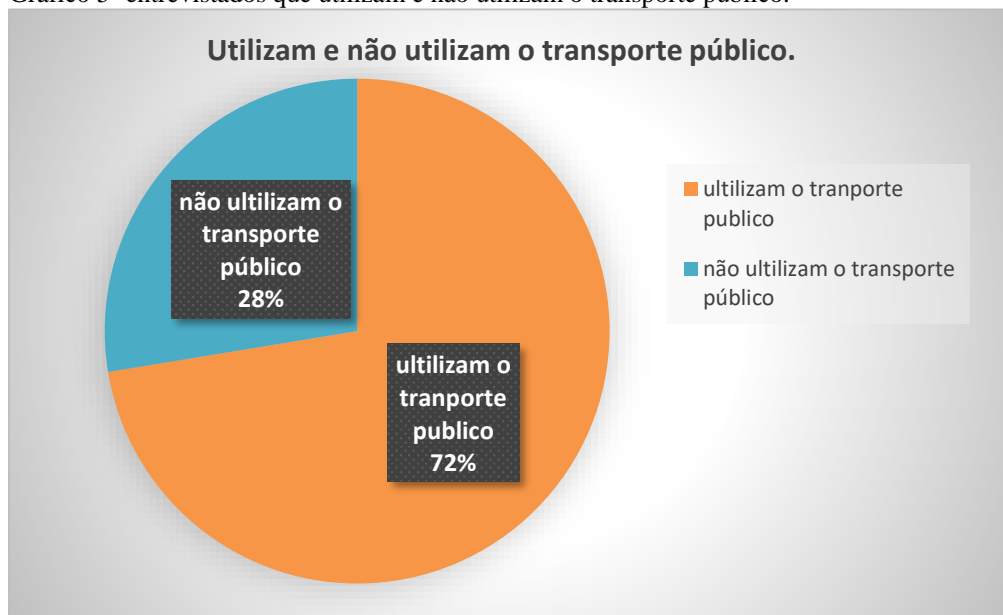
Fonte: SALGADO 2020.

De maneira geral o acesso aos bens e serviços são permeados pela existência e disponibilidade de transporte urbano, em suma transporte público. No caso de Tucuruí, o transporte público urbano, é realizado pela empresa Viação Tucuruí, que se apresenta como um operador de serviço de transporte público responsável pelas rotas de Ônibus de Tucuruí. Possui cinco rotas : Breu; Km 5 – alojamento; Nova Conquista; Rapidinho; Vila – Cidade, sendo apenas a linha ‘Breu’ configura um linha intermunicipal, as demais são linhas intraurbanas: as linhas Km 5 – Alojamento; Nova Conquista; Rapidinho; Vila – Cidade. (v.

As linhas Km 5 – alojamento; Nova Conquista- partem da área norte da Br 422 até a área sul, a vila permanente. Sendo a linha mais longa da Viação Tucuruí e Nova Conquista. Esta rota de Ônibus cobre uma área de 47 km e tem 126 paradas. A linha mais curta é a ‘Rapidinho’, a linha percorre 28 km e tem 86 paradas. Em suma as linhas fazem o trajeto sede municipal - vila permanente.

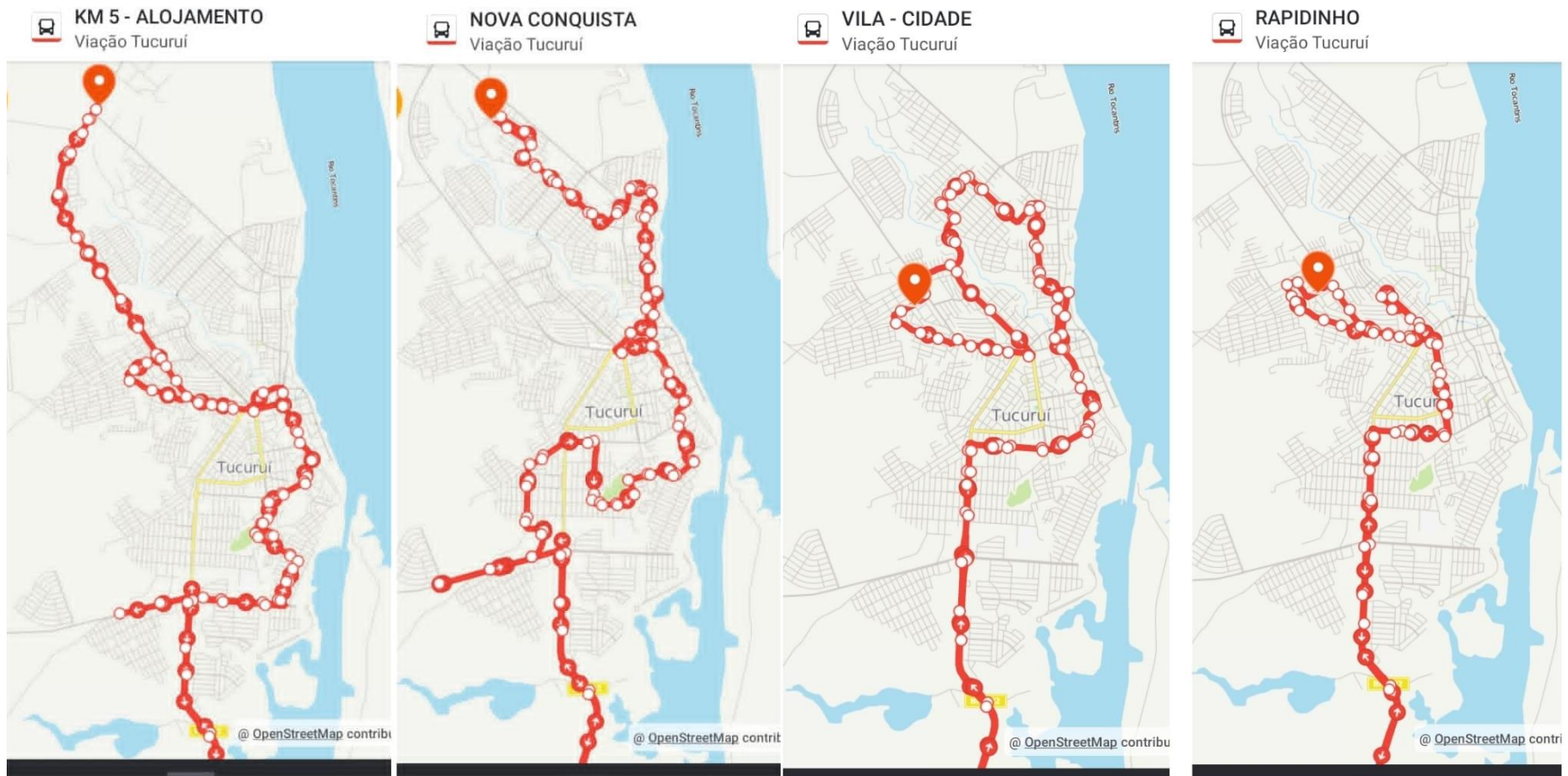
Com a sobreposição das linhas de ônibus, percebemos que há bairros que nem se quer são contemplados por esse meio de transporte. Entre eles (podemos citar, jardim colorado palmares, serra azul) o meio de transporte relatado mais usado pelos moradores que não possuem veículos particulares (sua maioria motos), são os ‘mototáxis’ que se observado em campo (anterior a pandemia) realmente é o transporte predominante na cidade. No gráfico cinco podemos observar que entre o total de entrevistados 28% não utilizam transporte público, (por possuírem veículos particulares) e 72% utilizam o transporte público na cidade.

Gráfico 5- entrevistados que utilizam e não utilizam o transporte público.



Fonte: SALGADO 2020.

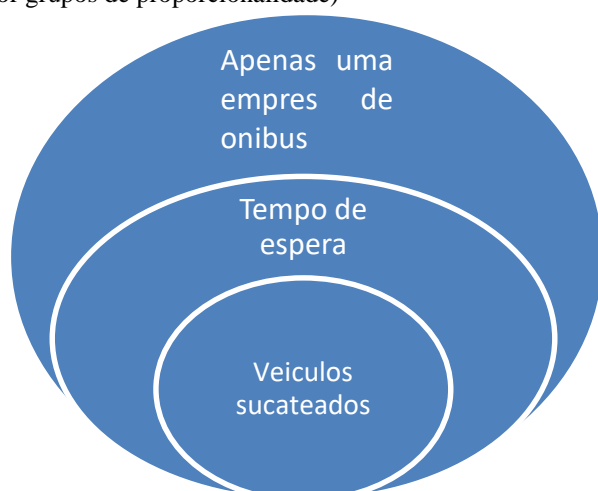
Figura 31- rotas das linhas de ônibus intraurbanas realizadas pela empresa viação Tucuruí



Fonte: MOOVIT 2021.

Em relação a disponibilidade e a qualidade do transporte público na cidade, os usuários tem como principais reclamações, o fato de apenas uma empresa de ônibus estar presente no município 100% dos entrevistados, que utilizam o transporte público, apontaram esse quesito. 90% dos entrevistados que utilizam o transporte público pontuam o tempo de espera nos pontos de ônibus, o qual gira em torno de uma hora, e 60% as condições físicas dos veículos, que julgam como sucateados. (vide o fluxograma)

Figura 32- Queixas mais recorrentes em relação as condições de transporte público, relatados em entrevistas (divididas por grupos de proporcionalidade)



Fonte: SALGADO 2021.

Figura 33- ônibus da empresa viação Tucuruí



Fonte: GOOGLE 2021.

Para melhor explicar a situação relatada pelos moradores no que se refere ao transporte público destacamos aqui alguns depoimentos, que representam o cerne recorrente nas entrevistas:

No que se refere ao transporte público da cidade, acredito que se torna uma grande problemática, devido a cidade oferecer uma única empresa que trabalha com ônibus, empresa essa a qual cobra uma taxa relativamente desnecessária comparada a quantidade de veículos, e também a demora que eles transitam pela cidade, ou até mesmo para uma cidade próxima. Quando não estávamos passando pelo atual cenário pandêmico, particularmente, utilizei muito ônibus para ir à Universidade. Acredito que essa não seja uma problemática particular, pois várias outras pessoas utilizam esse meio de transporte para trabalhar e outras finalidades. (ENTREVISTADO 3)

o transporte público eu considero deficiente, ficamos a mercê de uma empresa isso dificulta muito o tempo de espera para suprir a necessidade de ir ao trabalho, mas utilizo quando necessário. quando possível recorro a veículo particular- moto taxi. (ENTREVISTADO 4)

O transporte público deixa a desejar devido a monopolização na área. Apenas uma empresa pra cidade inteira. Poucos ônibus pra muita gente. Não tenho veículo particular. Utilizo mais Uber, e outros transporte de aplicativo, pelo custo benefício. (ENTREVISTADO 4)

O transporte público é realizado por uma única empresa, e os veículos apresentam péssima qualidade levando em consideração o preço da passagem, além de atrasos e superlotação. Eu deixei de utilizar o transporte público por veículos particular, sendo o meio de transporte que eu mais o utilizo (carro). (ENTREVISTADO 5)

As condições do transporte público... é precário, ônibus antigos, onde não se cumpre os horários, e é executado por apenas uma empresa, com passagens caras. (ENTREVISTADO 6)

eu considero o transporte público da cidade insuficiente... Existe apenas uma única empresa de transporte público que não é o suficiente para atender toda a população, além das condições precárias (ENTREVISTADO 7)

Utilizo ônibus. Antes da pandemia a frota era boa, pra população da cidade, ao meu ver. Nessa época de pandemia dificultou muito, pois a frota diminui, e a frequência também diminuiu⁵⁷ (ENTREVISTADO 8)

O transporte público deixa muito a desejar... Demora e muitas vezes veículos sucateados, e a passagem é cara. (ENTREVISTADO 9)

⁵⁷ Em relação ao período pandêmico, vivido desde de 2020 “a empresa reduziu em 80% a quantidade de veículos nas linhas. Com a redução da demanda de passageiros em quase 90% em 2020, restou a empresa recorrer aos auxílios e incentivos oferecidos pelo governo federal.” Fonte. <https://tucurui.portaldacidade.com/noticias/cidade/em-crise-viacao-tucurui-tem-tres-onibus-apreendidos-e-esta-ameacada-de-fechar-4006>

Entre os que não utilizam o transporte público destaca-se o depoimento, do entrevistado um :

Não utilizo transporte público, apenas particular. Avaliação é péssima pelo comentário geral. Inclusive no dia de ontem (25.05.2021) três ônibus da concessionária foram apreendidos por dívidas, situação que revela a crise financeira do serviço e que possivelmente levará a rescisão do contrato. (ENTREVISTADO 1)

E a partir deste depoimento destacamos há notícia:

Três ônibus da Viação Tucuruí, empresa que tem a concessão para explorar o transporte coletivo no município de Tucuruí, foram alvos de busca e apreensão na manhã desta terça-feira (25). Em cumprimento a decisão judicial, os ônibus foram retirados da garagem da empresa. A concessionária que move a ação alega o atraso de pelo menos três parcelas do financiamento. O fato ocorrido hoje deixa evidente o momento pelo qual a gerência da tradicional empresa vem passando. "Estamos em um momento terrível e a empresa está seriamente ameaçada de fechar as portas.", avalia Werner Gerhart, proprietário da empresa.⁵⁸

Ao analisarmos os mapas anteriores, juntamente a situação do transporte coletivo, em função ao acesso aos serviços básicos, percebe-se que a realidade atual da cidade ainda está em desconformidade com as propostas apontadas no plano diretor. Que **preconiza a oferta a toda a população** de serviços de qualidade, e de **acesso universal tais quais: educação, atenção básica e saúde;** oportunidades de trabalho; acesso a cultura, esporte e lazer; energia; iluminação pública; comunicações; saneamento ambiental; pavimentação; segurança pública; **transporte coletivo; mobilidade e acessibilidade aos espaços de uso público**

Ademais verifica-se um quadro de carência, em relação ao atendimento da população da cidade pelo transporte público, o qual não atende dignamente as demandas das população, principalmente em áreas mais afastadas no centro, o que tende a contribuir para uma acessibilidade desigual aos equipamentos urbanos essenciais à reprodução da vida urbana.

⁵⁸ Fonte. <https://tucuruui.portaldacidade.com/noticias/cidade/em-cri-se-viacao-tucuruui-tem-tres-onibus-apreendidos-e-esta-ameacada-de-fechar-4006>

Como visto no gráfico 4 (quatro), foram entrevistados moradores de dezenove bairros, e outro ponto evidenciado é a situação do abastecimento de água, o ‘Quadro 1’ classifica as reclamações referentes ao abastecimento de água, em dois tipos: bairros onde o abastecimento é contínuo, e bairros onde o abastecimento de água sofre interrupções diariamente.

Quadro 1- Principais reclamações referentes ao abastecimento de água.

Há interrupções diárias no abastecimento de água.	Relatam ‘qualidade ruim’ Água imprópria para consumo.	Abastecimento Contínuo.	Relatam ‘qualidade ruim’ Água imprópria para consumo.
Pimental	X	Cohab	X
São Francisco	X	Santa Isabel	X
Mangal	X	Jardim Colorado	X
Colinas	X	Bela Vista / Pavoá	X
Nova conquista	X	Centro/ esperança	X
Liberdade	X	Central Park	
Jardim Paraiso	X	Jardim américa	X
Santa Monica	X		
Pioneira	X		
Matinha	X		
São Sebastião	X		

Fonte: SALGADO 2021.

Além das interrupções os entrevistados relataram que a água das torneiras é imprópria para consumo, apresentando diferentes ‘aspectos’ de acordo com a localidade, como veremos no ‘Quadro 2’, com alguns depoimentos que explicam a situação referente ao abastecimento de água no município. Depoimentos estes que evidenciam as condições de abastecimento e

‘qualidade’ e aspecto da água que sai das torneiras, as quais variam mesmo entre e os bairro se

BAIRROS	DEPOIMENTOS
COHAB-	Mesmo com o tratamento do abastecimento de água, é evidente que ela não é 100% apropriada para consumo, porém possui um ótimo sistema desse abastecimento, em relação ao meu bairro.
PIMENTAL:	sobre a água falta todos os dias pela na parte da tarde, depois do meio dia e só volta no fim da tarde início da noite.
SANTA IZABEL:	Bom sobre o abastecimento de água... está na torneira todos os dias, porém é uma água de péssima qualidade.
SÃO FRANCISCO	o abastecimento de água... é diário, porém não continuo e a água vem suja sempre.
JARDIM COLORADO	Á água que sai das torneiras é de péssima qualidade
MANGAL:	Em relação ao abastecimento da água, bom... eu considero o regular, não tem todos os dias e sim em dias alternados... aí já sabe né, a gente tem que encher água nos baldes.
BELAVISTA/ PAVOÁ	Bom aqui no bairro não costuma faltar, porém não é de boa qualidade.
SÃO SEBASTIÃO:	Eu considero o abastecimento de água regular, o fornecimento se dá em alguns horários. E por conta das tubulações sujas a água vem um pouco amarelada e suja.
COLINAS:	Não temos água tratada, nossa água é extremamente suja. Sem falar nas faltas constantes que ocorrem durante a semana
LIBERDADE:	Abastecimento de água: ruim, falta todos os dias e vem suja.
NOVA CONQUISTA	O abastecimento é péssimo e a água é imprópria para consumo

encontram na área central, situação que piora se formos em direção à periferia da cidade.

Quadro 2- Depoimentos que evidenciam as condições de abastecimento ‘qualidade’ da água em alguns bairros
Fonte: SALGADO 2021.

Figura 34-Relatos dos moradores a respeito da qualidade do abastecimento de água no núcleo urbano de Tucuruí.



Fonte: SALGADO 2021.

Em destaque o único bairro que não apresenta intersecção no grupo de “água impropria para consumo”, e bem como não apresenta interrupções no abastecimento, segundo entrevistas, é o bairro Central Park um bairro planejado (tal qual suas unidades habitacionais são produzidas contendo caixa d’água) , que teve seu lançamento no ano de 2020 , ou seja mais o bairro mais recente da cidade, o qual atende uma população com determinado nível de renda, tendo em vista que o acesso as casas na localidade é por meio de financiamento/compra do imóvel traduzindo e expressando o signo da propriedade privada, e participação do capital imobiliário na cidade.

Dessa forma um recurso essencial para a vida e que deve ser acessível a todos de forma igualitária, a **água potável**, tal qual está previsto no PDT enquanto serviços públicos essencial para o exercício de uma moradia digna. Não está ao acesso de todos, evidenciando as DS e a injustiças espaciais, tendo em vista que o acesso á serviço se dá de maneira privilegiada, ao compararmos esse bairro com os demais que compõem o núcleo urbano (que compuseram o universo de entrevistas)⁵⁹.

Em síntese os aspectos aqui abordados em relação á espacialidade e acessibilidade de bens e serviços, transporte público e água potável, constituem indicativos, para se capturar as condições de injustiça espacial bem como as DS, presentes na material realidade cotidiana dos cidadãos. Tal qual diverge das propostas urbanísticas presentes no Plano diretor, dado o período de mais de uma década de sua elaboração, evidencia-se que em muitos casos não houve a efetividade/execução das propostas. Com relação **ao acesso de toda a população à moradia adequada, servida por infraestrutura básica e serviços públicos, fácil aceso aos equipamentos comunitários e ao sistema de transportes** (TUCURUI 2006).

⁵⁹ Como já salientado anteriormente, excluímos aqui á análise da vila permanente.

4.4- EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, NA PRODUÇÃO DA MORADIA E O ACESSO A JUSTIÇA ESPACIAL: PONTUANDO ALGUMAS FORMAS ESPACIAIS.

Seguindo essa perspectiva nesse momento objetivamos mostrar, algumas ‘formas espaciais’ presentes na cidade afim de exemplificar a atual dinâmica urbana da localidade, e as condições de moradia na cidade traçando um paralelo entre os bairros que compõe as bordas do tecido urbano, o centro comercial, em relação a distribuição e acesso de bens e serviços, com intuito de auxiliar a análise do padrão de desigualdade socioespacial existente.

Nesses sentidos primeiramente pontuaremos os bairros “Nova matinha, Viva cidade, e Cristo Vive” respectivamente, enquanto integrantes de espaços de moradias produzidas com participação ‘Estatat’ nas bordas da cidade. Em contraponto a bairros planejados (e loteamentos privados) que requer um certo nível de renda e participação de capital imobiliários de porte nacional. A seguir algumas formas espaciais presentes no centro comercial de Tucuruí, e ainda as condições espaciais atuais de bairros que surgiram a partir da ocupação espontânea (mesmo em diferentes décadas), para propiciar ao menos a visualização de um fragmento da realidade atual das dinâmicas socioespaciais da cidade.

Como já mencionado no tópico anterior, o projeto e construção das eclusas de Tucuruí (2003), houve necessidade da transferência dos moradores da orla do rio Tocantins. Assim sendo, a prefeitura municipal inaugurou um projeto de moradias populares _no ano de 2005 finalizado cerca de 5 anos depois ano de 2010_ com o objetivo de alojar essas famílias atingidas diretamente pela implementação das obras das eclusas. A nova Matinha, denominação da área urbana, representa o único planejamento habitacional para o espaço urbano de Tucuruí concretizado pelo poder público municipal.

A drástica mudança de localidade e terreno tendo em vista que anteriormente as famílias moravam próximos ao rio Tocantins, exerciam a pesca artesanal como meio de vida, e há muito desenvolviam um sentimento de *pertença* a ‘velha matinha’. Sentimento que se desenvolve ao longo do tempo segundo Carlos (2007c), em meio a reprodução da vida através dos modos apropriação do espaço realizado como atividade dos habitantes no seio do cotidiano, constituindo uma prática social espacializada, significativamente, a construção de uma identidade. “Primeiramente porque o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa” (Carlos,2007c, p. 94).

Figura 35- conjunto habitacional Nova Matinha.



Fonte: Nogueira, 2010.

No trecho a seguir MARIN (*et.al.* 2013), expõe não apenas a situação de precariedade das moradias, em relação a serviços básicos: saneamento básico, acesso a rede de transporte, qualidade das unidades habitacionais. Como também o estranhamento frente à necessidade de desenvolver-se novas e diferentes relações como o espaço:

A nova matinha no lugar da mantinha velha: perda da alegria, do convívio, da proteção da vizinhança e do acesso livre ao rio Tocantins. A falta de qualidade desse assentamento é observada pela descarga direta de excrementos em esgoto a céu aberto os que transbordam a cada esquina e no interior das casas; pela ausência de áreas de lazer, de água de qualidade, de ruas sem asfalto. As casas foram construídas em um terreno alagado sem drenagem o que contribui aos alagamentos. Muitas das casas apresentam rachaduras (MARIN *et.al.* 2013. p. 1).

A respeito da localização das moradias observa-se, a ausência e o distanciamento dos serviços e equipamentos urbanos da cidade propicia a predominância de ‘injustiça espacial’, se analisarmos os mapas de bens e serviços, Mapa de Distribuição de Equipamentos e Serviços Urbanos (escolas públicas; unidades básicas de saúde). E o Mapa de Distribuição de Equipamentos e Serviços Urbanos (Hospitais e UBS's; Universidades; Shopping center e principais lojas varejistas.) _figuras 20 e 30 respectivamente_ vemos que este bairro se encontra distante não apenas do centro da cidade, como também de escolas/ instituições de ensino e postos de saúde sendo que o este abriga cerca de 2 mil famílias, e em relação a realidade dos remanejados. Ademais em entrevista moradora relata que no momento da proposta as unidades habitacionais à serem entregues foi diferente da efetivadas:

A Eletronorte os atraiu para a aceitação da mudança com uma ‘Casa-Modelo’ que jamais foi construída, e que podem ser vistas no bairro como diz Ioneide, como “um museu de arte é só para ver”, pois nas primeiras casas construídas só constava um quarto, e com muita reivindicação hoje são dois, mas muito distante da casa-modelo mais ampla e com varanda. Não contam com linha regular de transporte, mas além de tudo, ocorreu a desestruturação da vida e do trabalho como se dava no bairro onde residiam antes. ((MARIN *et.al.* 2013. p. 1)

Nesse sentido nota-se que a produção dessas unidades habitacionais pelo poder público municipal foi contra a provisão de um moradia digna, de acordo com a premissa estabelecida tanto no PDT, quanto pela perspectiva da autora que corrobora com as ideias de Pedrão (1989) neste, a qual deve atender condições mínimas necessárias, tanto do abrigo/unidade habitacional, exerce sua função social quando seu entorno estiver munido de um conjunto de equipamentos serviços urbano que possibilite minimamente a realização das condições de reprodução do ser.

Figura 36- Conjunto habitacional Nova Matinha.



Fonte: <http://novacartografiasocial.com.br/realidades-que-denunciam-o-silencio-o-abandono-e-a-atualidade-dos-impactos-da-usina-hidreletrica-de-tucuru/>

Já em relação ao: Viva Cidade é válido destacar que o financiamento é facilitado pelo Estado em instancia federal, que ao financiar um imóvel, em determinada situação, faz as vezes o papel de um incorporador imobiliário (CORRÊA 1989). Inicialmente pelo PMCMV direcionado para aa faixa 1,5: para famílias com receita entre R\$ 1.200 e R\$ 2.600. Atualmente pode ser facilitado pelo programa casa verde amarela, direcionando para a população com renda bruta de até quatro mil reais.

Figura 37- conjunto residencial Viva Cidade.



Fonte: <https://www.facebook.com/vivacidadetuc/>

Ademais, como já foi dito anteriormente o ‘Viva Cidade’ é de responsabilidades (Viva Cidade Tucuruí Incorporadora SPE Ltda 14.626.813/0003-68) ‘modelos de casa vendido nas plantas’, uma peculiaridade é o Viva Cidade que possui sua forma de conjunto habitacional (tanto em sua materialidade quando em relação a forma de financiamento) é vendido pela imobiliária responsável, como ‘bairro planejado’ ainda que apresente metragens e padrões de casas populares, contendo dois quartos uma sala e banheiro e pouco distanciamento entre as unidades habitacionais, até o presente momento contem 209 unidades habitacionais⁶⁰ como é possível visualizar na Figura 38.

Já em relação ao Cristo Vive, como já dito anteriormente com a paralização das obras as unidades habitacionais inacabadas foram ocupadas, num primeiro momento como forma de protesto, em resposta não quitação de contratos dos funcionários da construção civil por parte da empresa responsável pela execução das obras (TEHCASA incorporadora) que suscitou e disseminou a informação de que o residencial seria ocupado, atraindo um expressivo número de pessoas na tentativa de ocupar as mil unidades habitacionais (SALGADO 2018).

Em meio ao cenário estabelecido juntamente a consolidação da ocupação, intensas lutas e reivindicações foram travadas, concomitantemente a processos e ações jurídicas objetivando o direito a habitar no Cristo Vive de forma “legal”, em relação a essas ações ocorreram diversas mobilizações, com o intuito de reivindicar, mínimas condições de habitabilidade para o residencial. “Dessa forma verificou-se a utilização de estratégias e mecanismos de mobilização

⁶⁰ Informação verbal dada pelo gerente do Viva Cidade Tucuruí Incorporadora.

da comunidade como manifestações, e, bloqueio de vias principais, além de buscar articulação com meios jurídicos e por vezes político-partidário” (Salgado, 2018, p. 94).

Frente a necessidade de reintegração de posse e os conflitos estabelecidos e espacializado pela ocupação, realizou-se uma audiência pública, com o intuito de promover a discussão a respeito de uma reintegração de posse de forma humanizada⁶¹ no residencial Cristo Vive, o Ministério Público Federal (MPF), em conjunto com a Justiça Federal, promoveu audiência pública em Tucuruí (PA). Entre as instituições e suas representatividades envolvidas, destacam-se, á nível federal: Caixa Econômica Federal e a Defensoria Pública da União, á a nível estadual/local. A Prefeitura de Tucuruí e Associação de Moradores, Cristo Vive.

A audiência pública, tinha por principal objetivo tentar estabelecer uma proposta de solução de conflito; para que ocupantes poderão ser regularizados, além de como as obras poderiam ser retomadas. Tendo em vista que mesmo os ocupantes não terem sido os oficialmente cadastrados no primeiro momento, 70% das famílias que ocuparam o residencial atendem a recomendação da Caixa e do MPF, ademais a resistência á retirada se mostrar efetiva.

Tentando promover o diálogo entre as considerações dos participantes, juntamente com as considerações da comunidade, o MPF pediu que fosse feito o recadastramento das famílias e um laudo técnico das casas do residencial, tendo sido realizado por técnicos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Dessa forma o residencial foi palco de intensos processos, que fecundaram em um experiência *sui generis* em relação à outros empreendimentos nesse modelo. Apresentando um viés de movimento popular, caracterizado pelas articulações, reivindicações e conquistas a respeito da segurança de posse e condições de habitabilidade do complexo habitacional (SALGADO 2018). Atualmente as obras do residencial são de responsabilidade da SOTEARE sociedade técnica de arquitetura e engenharia Ltda 07.418.827/0001-69 ⁶²

Posteriormente a audiência pública, ocorreu a audiência, entre as lideranças da associação dos moradores e os representantes no Ministério das Cidades em Brasília, no dia três de outubro de 2017. Celebrando um acordo com a Caixa Econômica Federal a qual concordou em ceder parte das casas do Programa, com a função de abrigo social provisório às famílias que não tem onde morar durante a retomada, e finalização de obras do programa (evitando que novas ocupações viessem á ocorrer/ ou até mesmo casos de vandalismo).

A forma consensual proposta pela associação dos moradores do Residencial Cristo Vive apresentada na audiência com o Ministério das Cidades, que obteve aprovação, surge a nível nacional como modelo e experiência positiva ao permitir que algumas

⁶¹ Termo utilizado pelo Juiz federal: Frazão. Hugo Abas. á respeito da proposta de reintegração de posse

⁶²

famílias permanecessem no local da construção do conjunto habitacional; funcionando como abrigo social provisório para tais pessoas. Além de proporcionar emprego a moradores do residencial através da contratação de aproximadamente 60% dos moradores como mão de obra para execução do projeto, pela atual empresa responsável, SOTEARE (Sociedade Técnica de Arquitetura e Engenharia Ltda) oportunizando aos próprios moradores também desempenhar o papel de fiscais das obras, participando ativamente da construção efetuando um controle de qualidade das unidades habitacionais a ser entregue para uma moradia digna. (salgado, 2018 p, 83)

Na figura 38 pode ser observada uma parcela das casas já finalizadas as quais serão gradativamente ocupadas, O conjunto habitacional possui ao todo mil unidades habitacionais, e na figura 39 um exemplo das casas ainda há serem reformadas e padronizadas aos moldes do conjunto, a qual deve conter, um banheiro dois quartos uma cozinha e uma sala, além do cercado que divide há área das obras, do abrigo social provisório (ao fundo é possível observar o lago da UHT) devido a topografia do terreno, um ponto indicado pelos moradores: “é que quando é tempo de chuva o lamaçal desse o barranco” informação verbal coletada em entrevista por Salgado 2018.

Figura 39- conjunto habitacional Cristo Vive



Fonte: GOOGLE 2021.

Figura 40-Cerca de isolamento entre o Abrigo Provisório e as Casas em Construção.



Fonte: SALGADO 2018.

Ao analisarmos há espacialidade de localização dos loteamentos ‘Park dos Buritis I e II’, no ‘Mapa de evolução urbana de Tucuruí-Pará (1970-2020)’ , estes situam-se à direita da BR- 422 ‘em frente’ aos residenciais, cristo vive e viva cidade. Um ponto interessante é que mesmo devido a relativa proximidade “com seus vizinhos”- conjuntos habitacionais, os loteamentos privados encontram-se em um terreno de topografia mais nivelada , e mais próximo do lago da UHT, o que por si só já caracteriza uma ‘qualidade’ melhor do terreno’, e por se tratar de um espaço atribuído ao capital imobiliário, vem a ser produzido com redes de água esgoto, iluminação e ruas pavimentadas.

Os dois loteamentos possuem juntos um total de 1.992 terrenos ‘residenciais e comerciais’, Park dos Buritis I-986 e o Park dos Buritis II-1.006. Em síntese o constituem loteamentos demarcados, e não unidades habitacionais previamente edificadas, o que gera é uma grande disparidade, dado que há uma variação de renda entre os próprios os indivíduos/agentes que realizam as edificações, podendo adquirir até mesmo mais um lote justaposto. Como pode-se perceber no anuncio á seguir, um exemplo de casa de alto padrão à venda, no Park dos buritis I em uma área de 600m² (correspondente há área de dois lotes).

Figura 41- Casa de alto padrão à venda, no Park dos buritis I.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens da internet, 2021⁶³.

Anunciada no valor de R\$: 800.000 oitocentos mil reais , se trata de casa nova mobiliada de três quartos, sendo dois suítes., possuindo ao todo três banheiros e duas cozinhas completas, piscina com deck e churrasqueira, garagem com capacidade para seis veículos. Sala de estar, Sala de jantar. Como podemos observar há grande disparidade entre a casa exemplificada acima e as que fazem parte dos conjuntos habitacionais supracitados, mesmo tendo alguns metros de distanciamento, o que constitui um indicativo da materialidade das analisar desigualdades socioespaciais pela lente da produção da moradia, no local. Haja vista que A presença e venda desses produtos imobiliários _loteamentos privados_ em geral visam o processo de urbanização de status, voltando para a população com maior poder aquisitivo, contribuem para a ratificação reprodução das Desigualdades socioespaciais. E esses espaços nas áreas limite da cidade, contribuem para estratégias de valorização das terras, ao passo que propiciam a instalação de certa infraestrutura urbana e redes de acessibilidade, atendem aos interesses especulativos (CRUZ 2019).

⁶³ <https://www.vivareal.com.br/imovel/casa-de-condominio-3-quartos-parque-buritis-bairros-tucurui-com-garagem-600m2-venda-RS800000-id-2499126377>

Ainda sob responsabilidade do grupo, Buriti Empreendimentos Imobiliários (CNPJ: 25.317.225/0001-05), localizado ao norte da BR 422, próximo ao bairro Nova Conquista/Getat, constitui um espaço 1.276 terrenos. Como também foi produzido com redes de água esgoto, iluminação e ruas pavimentadas. Constitui um bairro predominantemente residencial, pode-se observar que o padrão de construção se faz mais simples em relação aos encontrados nos Park dos Buritis I e II, nas imagens a seguir pode-se observar algumas moradias já edificadas e ocupadas, outras em construção, além de lotes ainda desocupados. As imagens foram retiradas de anúncio para venda ⁶⁴, anunciados no valor de 8.000 reais (para a compra da titulação e das parcelas) da seguinte maneira: “Valor total R\$ 37.000,00; Valor já quitado: R\$ 11.000,00, restante a ser pago para a Buriti imóveis R\$ 27.000,00. Valor a ser pago a o atual titular, e anunciante da venda: 8.000 (sujeito a negociação). Valor da parcela mensal R\$ 181,00 cada terreno, podendo ser negociado diretamente com empresa.”

Figura 42- Lotes à venda no bairro jardim américa.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens da internet, 2021.

Dando continuidade aos bairros planejados, produzidos recentemente na cidade destaca-se o bairro Central Park residencial, de responsabilidades da Construtora Cone Ltda (CNPJ

⁶⁴ Lote á venda, anunciado: <https://www.proprietariodireto.com.br/comprar-terreno-jardim-america-tucuru-direto-com-proprietario/863850711218575859>

02.548.455/0001-71) lançado no ano de 2020, as casas são padronizadas contendo dois quartos, uma sala uma cozinha, um banheiro e área externa murada, entre os bairros produzidos no ano pós 2020 é o que está mais próximo do centro comercial da cidade.

Figura 43- Bairro central park residencial



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens da internet, 2021.

Em contraponto á esses bairro planejados, temos os bairros de ocupação espontanea, aqui exemplificaremos alguns formados em diferentes décadas, sendo eles: o bairro dos bairro da matinha _formado anteriormente há decada de 1970 com característica predominantemente ribeirinha, um dos bairros mais antigos da cidade_ os bairros palmares e bairro beira rio (formados entre os anos de 1985 á 2000), e o bairro jardim américa formado no pós 2015, essa periodicidade pode ser visualizada na Figura 42, correspondente ao Mapa de evolução urbana de Tucuruí-Pará (1970-2020).

Em se tratando dos bairros identificados em verde escuro no mapa destacamos dois bairros um á oeste e o outro mais ao norte do centro urbano, sendo palmares e beira rio, respectivamente, é valido destacar que no periodo de sua ocupação estas áreas configuravam sítios limítrofes da malha urbana. A seguir na figura 44, vemos as condições do bairro na atualidade, percebe-se que não há pavimentação asfáltica, se trata de uma área relevo irregular, arruamentos ainda de caráter rudimentar, nota-se a total ausência de Sarjetas/valetas responsáveis pelo escoamento de aguas pluviais, o que agrava a situação dos moradores no

período de chuvas, o que se torna um agravante em relação a precariedade do saneamento básico no local, ao analisarmos sua localização em maio ao Mapa de Distribuição de Equipamentos e Serviços Urbanos (escolas públicas; unidades básicas de saúde), constata-se que escolas estão distantes da comunidade, e no bairro não há UBS. Ademais por meio de conversas informais contatou-se que não há presença de área de lazer na localidade.

Palmares, na cidade de Tucuruí, é um típico exemplo de favelas. São assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo privado, apresentando uma tipologia bastante irregular e com acentuados padrões inferiores aos mínimos exigidos no Estatuto da Cidade, como garantia de sadia qualidade de vida para seus habitantes. (Guimarães 2010, p. 127)

A respeito das condições de moradia no bairro destaca-se a passagem Guimarães (2010), apesar de fazer cerca de dez anos da pesquisa de Guimarães nota-se pelas imagens, e entrevistas que a situação de precariedade ainda persiste, estando em desconformidade com as diretrizes estabelecidas no PDT, principalmente no que se refere as condições de uma moradia adequada.

Figura 44-Bairro dos Palmares.



Fonte: <http://folhadetucurui.blogspot.com/2019>

Outro exemplo da ocupação espontânea, mais ao norte da cidade as margens do rio Tocantins, é bairro Beira Rio caracterizada por Guimarães (2010) como local elevada ocupação por população de baixa renda e “habitação de característica subnormal, ausência de regularização fundiária e de equipamentos e serviços públicos e de áreas de lazer comunitárias, apresentando edificações em áreas de solo hidromórfico e sobre cursos d’água, impróprias à ocupação” (Guimarães 2010, p. 120).

Na figura quarenta e cinco -45, correspondente há um trabalho de campo realizado durante a graduação ano de 2016, mostra o processo ainda de ‘edificação de algumas palafitas’. No plano diretor o bairro ‘beira rio’ consta como parte de uma área de ZEIS, com a ‘finalidade de abrigar programas de remanejamento de famílias que habitam locais impróprios’, entretanto essa não é a realidade do bairro, e nem uma ação com esse objetivo implementada no local.

Figura 45-edificação de algumas palafitas no bairro Beira Rio.



Fonte: Salgado, 2016.

A figura quarenta e seis, mostra como estão as condições de moradia atualmente na localidade⁶⁵, nota-se há presença de palafitas ausência de esgotamento sanitário, iluminação pública e pavimentação asfáltica. caracterizando precariedade nas condições de habitação, expressando uma dimensão das DS. Além da análise da localização do bairro em relação aos Mapas de Distribuição de Equipamentos e Serviços Urbanos (Nas figuras 29 e 30), demonstrar o acesso desigual aos equipamentos serviços urbanos.

⁶⁵ imagens mais recentes que tivemos acesso, retiradas do blog “dragoesdareal.com.br”, solidária em dezembro de 2019.

Bem como a existência de apenas uma rota de ônibus que atenda o bairro a linha “nova conquista” _Figura 43_ os moradores relatam que além de andar uma certa distancia ao ponto de onibus, o tempo de espera gira em torno de duas horas, esses pontos apresentam-se enquanto indicativo da negação da justiça espacial aos residentes do bairro. Em relação a essa localidade Guimarães (2010) destacou que enquanto periferia, “apresenta grave problema com a falta de água encanada, as residências recebem parcialmente água das torneiras, assim como luz e esgotamento sanitário. Tudo isso evidencia a política discriminatória por parte do poder público municipal” (Guimarães 2010, p. 136).

Figura 46- Bairro Beira Rio, 2019.



Fonte: <https://dragoesdareal.com.br/vps/dragoes-faz-natal-solidario-em-bairros-carentes-de-tucurui-pa/>

Já o bairro Jardim Alcobaça advém de uma ocupação espontânea nas bordas do novo cemitério construído na cidade, localizado na parte noroeste da cidade, distante do centro e dos serviços e equipamentos urbanos, como escolas, unidades básicas de saúde hospitais e Universidades, e ainda o centro comercial, onde se concentra lojas varejistas, de produtos importantes para a reprodução do individuo, como roupas alimentos e calçados, além de não haver acesso ao transporte público urbano na localidade. (situação essa que pode ser verificada

frente aos ‘Mapas de Distribuição de Equipamentos e Serviços Urbanos _nas figuras 29 e 30. E na Figura , referente as rotas das linhas de ônibus intraurbanas)

A respeito da situação do bairro, destacamos a entrevista realizada pela “rádio Energia FM 97,5” durante um protesto ocorrido no ano de 2019. onde a representante da associação dos moradores relata a situação de precariedades encontradas no local.

Documentado é dois anos e meio, em que a gente registrou a associação, legalizou toda a documentação, então dessa época pra cá, a gente vem buscando né... só que até agora infelizmente a gente tem conseguido muito pouca coisa, a gente tem feito vários ofícios, tem corrido atrás, tem ido pra câmara, já foi até votado dois projetos na câmara só que até agora não foi feito nada... agente tá buscando muito né a legalização desse bairro, energia e água nós não temos... o asfalto tai essa situação. [...] a minha prioridade mesmo é a questão da água, porque agente fica sem quando o carro pipa quebra. (representante da associação de moradores, 2019)

Figura 4 1- Jardim Alcobaça



Fonte: <https://z-m-www.facebook.com/energiافتucurui/posts/2490762811247179>

Percebe-se no relato a área apresenta condições precárias tanto em relação acesso aos serviços urbanos e acidade, como também em relação as condições mínima de habitabilidade

em desacordo ao que está previsto no direito nacional e internacional alicerçada na constituinte de Direitos Humanos (DH), presente nas análises de Rolnik et al (2015). O que pode ser observado na Figura 47, que mostra os arruamentos sem pavimentação, ou sistema de drenagens, as edificações que denota o predomínio de formas de habitação rústicas associadas ao processo de auto construção, associadas á fala da representante ao apontar a ausência de esgotamento sanitário, de asfaltamento, de iluminação pública, e água encanada.

Como já dito outrora neste escrito o direito à moradia pode ser definido de forma simples como o direito a ter um lugar adequado para se viver, lugar este que possibilite o exercício da dignidade humana (MORAES E DAYRELL 2008). E assim como Rolnik et al (2015), resgatam documentos internacionais para construir suas considerações a respeito do que seria uma ‘habitação adequada’ ou em outras palavras uma ‘moradia digna’(SALGADO 2018) ; tal qual deva proporcionar condições para o pleno desenvolvimento social, econômico e cultural do morador, indo além do abrigo físico o qual deve promover minimamente um padrão de vida adequado, resgatando um conjunto elementos essenciais, documentado Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU (1991) em consonância a DUDH (1948). Sendo eles: Habitabilidade, Adequação Cultural, Infraestrutura, Disponibilidade de Equipamentos e Serviços Públicos, Localização Adequada, Acessibilidade, Segurança da Posse e Custo Acessível.

A presente sistematização _dos bairros palmares, beira rio e jardim Alcobaça_ evidencia que as áreas em questão passam por processo de favelização, devido a falta de infraestrutura, marcado por casas erguidas de forma precária, desprovidas de condições básicas de serviços e equipamentos públicos, ferindo os elementos considerados essenciais, para uma moradia digna apontados por Rolnik et al (2015) compreendidos por: Habitabilidade, Adequação Cultural, Infraestrutura, Disponibilidade de Equipamentos e Serviços Públicos, Localização Adequada, Acessibilidade, Segurança da Posse e Custo Acessível citados outrora neste ensaio, e composto como um dos panoramas basilares teóricos conceituais defendidos nessa pesquisa, presumindo a materialização e transposição do presente escopo teórico frente ao objeto de análise.

Figura 48- Avenida Lauro Sodré/ centro comercial



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens da internet, Google 2021.

Na imagem acima vemos o trecho avenida Lauro Sodré/BR 422, no bairro centro a principal avenida da cidade _onde predomina o uso comercial do solo_ eixo central de mercadorias e bens e serviços da cidade (elementos necessários para a reprodução do indivíduo) como vestimenta calçados alimentação, além de eletrodomésticos meios eletrônicos automotivos, entre outros. Observa-se a presença de redes de farmácias, lojas de departamentos, o supermercado ‘Supernorte’, a principal rede de mercado presente na cidade⁶⁶

⁶⁶ Sua primeira loja inaugurada 15 de Setembro de 2005. Atualmente, são cerca de 550 colaboradores diretos inseridos no mercado de trabalho, distribuídos em 8 lojas - Supernorte Matriz, Supernorte Vila, Supernorte Express, Supernorte Getat, Supernorte Breu, Supernorte Novo Repartimento, Supernorte Pacajá e Atacado Supernorte

, e o shopping de Tucuruí (que incorpora lojas tanto de capital nacional quanto local) contem praça de alimentação e cinema.

O Bairro do Centro apresenta formas urbanas e usos do solo urbano relacionados a atividades comerciais e de serviços, com presença de bancos, farmácias, estabelecimentos comerciais, pavimentação asfáltica, redes de água e telefonia fixa, torres de telefonia móvel, iluminação pública, sistema de coleta de lixo, é um espaço que cotidianamente tem um forte fluxo de pessoas (entretanto durante o período pandêmico vivido, houve a restrição de horários e funcionamento das lojas ao longo deste período.)

Com o intuito de exemplificar a atual dinâmica urbana da localidade, e as condições de moradia na cidade traçando um paralelo entre os bairros que compõe as bordas do tecido urbano, produzidos por diferentes e diversos agentes e apresentando diferentes formatos, em relação há ao acesso ou negação a justiça espacial frente a diferentes ‘acessibilidades e qualidades de serviços urbanos’ permeadas pela a distribuição e acesso de bens e serviços, pontuamos também o centro comercial

O cenário posto das formas espaciais abordadas até aqui, frente ao contraponto das condições de habitabilidades entre dos bairros citados neste tópico, principalmente entre os bairros planejados/loteamentos privados) bairros ‘Park dos Buritis I;II, Jardim América E Central Park Residencial’ e os de ocupação espontânea ‘Palmares, Beira Rio e Jardim Alcobaça’, revelam a produção e apropriação desigual dos espaços da cidade, constituindo o indicativo expreso das desigualdades socioespaciais no núcleo urbano de Tucuruí Pará.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não teve como propósito esgotar a temática em questão, ela constitui um esforço de analisar geograficamente a realidade dinâmica, e contribuir de alguma forma com a produção científica da Amazônia. Sobretudo a respeito de como desigualdades socioespaciais podem se manifestar na realidade diversa da(s) Amazonia(s), analisadas pela lente da produção da habitação e moradia. Dessa maneira procuramos aqui alcançar minimamente o objetivo de analisar a produção do espaço urbano da cidade de Tucuruí no que diz respeito à habitação e à moradia, frente às desigualdades socioespaciais, mesmo diante das diversas limitações que este escrito possui.

É válido ressaltar que durante o período da pesquisa, houveram drásticas mudanças na realidade global e cotidiana, mediante ao no contexto de pandemia mundial da covid-19, que nos atingiu de maneira física, psicológica e financeira, para dizer o mínimo (além dos milhões de mortos, o vírus chegou á nós de maneira muito próxima atingindo amigos e familiares). frente as necessidades de isolamento social, o cenário pandêmico inviabilizou a pesquisa de campo, dessa forma a se fez necessário recorrer á outros meios de coleta de dados de forma remota, entretanto procuramos de diversas maneiras alcançar e retratar a realidade atual da cidade, com a participação e auxílio dos moradores enquanto agente produtores e usuários desse espaço.

Dessa maneira é inegável que muitas coisas mudaram, questões que quando da elaboração do projeto não tinham sido cogitadas, e ao longo do desenvolvimento desta dissertação fizeram-se indispensáveis para o alcance dos objetivos traçados, enquanto outras fizeram-se secundárias e outras até mesmo dispensáveis. Entretanto, mesmo com os percalços buscou-se aqui entregar uma pesquisa com o mínimo de qualidade para á contribuição há ciência geográfica, não vemos estas mudanças como um problema que desqualifique o presente estudo, no nosso entendimento estas redefinições revelam a criatividade frente aos obstáculos encontrados no caminho necessidade de o amadurecimento em relação ao objeto.

Nesse sentido reafirmamos nesse momento que estudar o espaço urbano amazônico que constitui um espaço complexo e diverso, se faz sempre um desafio e diante disso adotou-se aqui a proposição de urbanização enquanto processo de múltiplas transformações, que carregam um horizonte de transformações espaciais, sociais políticas e econômicas. Processo o qual a permeia/constrói a cidade e o espaço urbano em suas diversidades, formas e conteúdos

engendrando complexidades cotidianas (prática sócio espacial), a maneira que se manifestam a um só tempo inscrevendo e circunscrevendo a espacialidade do espaço urbano.

Compreender esse quadro, a luz das interdependências globais e locais, sob um viés histórico-geográfico se fez inescusável, para que se desse o entendimento das relações que se manifestam na escala local, outrossim, possibilitando a reflexão a cerca dos motivos e intencionalidades que reorganizaram o espaço, trazendo novas tendências de urbanização na Amazônia Oriental, especialmente a partir dos anos de 1970, intensificando e reformulando os processos de urbanização na região, acarretando na estruturação de uma ‘rede urbana complexa’ (CORRÊA, 2006).

Cada capítulo desta dissertação foi construído com o objetivo de os desafios que o objeto de pesquisa nos estabelece, perpassando pelo momento de enriquecimento do alicerce teórico, enquanto bússola de aproximação de dissecção da realidade. O qual traduziu-se em especial na feitura do primeiro capítulo teórico fruto de dois anos de pesquisa e aprofundamento algumas perspectivas no diálogo teórico-conceitual, em especial as Desigualdades Socioespaciais enquanto *condição meio e produto* para a realização da reprodução do capital no espaço (RODRIGUES 2015; 2016). Intimamente relacionadas ao processo moderno de urbanização, imbricada a um horizonte de transformações espaciais, sociais políticas e econômicas.

Perpassando pela discussão da produção da habitação e do direito há moradia, enquanto uma necessidade básica e um direito fundamental do ser humano. Indo além de apenas ocupar um lugar, e sim torná-lo um ambiente de moradia envolto em relações humanas. Se fez essencial traçar um caminho do entendimento a o direito à moradia como requisito para se abranger o mínimo existencial, (HEIDEGGER 1951) juntamente com outros tantos direitos fundamentais (DUDH).

Para então estabelecer considerações a respeito da subversão da habitação e da moradia em mercadoria, enquanto parcela do física do espaço urbano. Tendo em vista que a transformação do espaço urbano em espaço-mercadoria se manifesta, sob a forma da propriedade privada da terra urbana descaracterizando-o como espaço da reprodução da vida e da sociedade, priorizando o uso do espaço enquanto reprodução do capital. Diante dessa premissa, ao se priorizar o valor de troca, em detrimento do valor de uso, o espaço torna-se mercadoria no seio da sociedade capitalista, estimula o espraiamento da desigualdade socioespacial através da propriedade privada como condição de acesso ao espaço urbano e a cidade (CARLOS, 2015; RODRIGUES, 2015).

É importante observar que ao passo em que a moradia tem uma relação estabelecida com o mercado, sua característica de atender à necessidade humana passa a ser subvertida, tornando-a coisa, objeto, mercadoria; por ter sua dimensão de valor de troca priorizada em detrimento do seu valor de uso, dessa forma, a moradia ao entrar em contato com o mercado torna-se demanda (BUONFIGLIO 2018).

E tomando a exemplificação de Rodrigues (2007) como base nos propomos a estudar as DS sob a lente da produção da moradia, nesse sentido lê-se moradia englobando alguns aspectos, constituindo uma necessidade básica e um direito fundamental do ser humano, o qual vem a ser compreendido de maneira ampliada envolvendo a esfera do habitar e para tanto requer atender condições mínimas necessárias, tanto do abrigo/unidade habitacional, a qual só pode exercer sua função social, quando seu entorno estiver munido de um conjunto de equipamentos serviços urbanos que possibilite minimamente a realização das condições de reprodução do ser (PEDRÃO 1989 RODRIGUES, 2007, CARLOS 2007).

Em relação a disponibilidade e acesso a esse conjunto de equipamentos serviços urbanos, recorreu-se a prelecionar a respeito do papel da busca por justiça espacial, associadas a apropriação privada das a riqueza socialmente produzidas (ALVES 2017; CARLOS 2015). As quais podem se manifestar nos espaços urbanos, pelo acesso desigual há esses serviços e equipamento urbanos necessários para que a habitação e a moradia exerça, sua função social.

Orientados por uma periodização, dedicamos o segundo capítulo desta dissertação para ao resgate da formação histórico geográfica da cidade de Tucuruí, buscando correlacionar ‘os acontecimento locais’ as diferentes escalas (global, nacional e regional). Tendo em vista que a produção do espaço não se constitui como processo à-histórico, já que este é repleto de complexidades, as quais podem ser expressas em suas formas espaciais, que por vezes podem guardar tempos e temporalidades distintas, gerando a culminância de processos históricos.

A periodização se deu dividida em três intervalos: o primeiro intervalo parte do século XVII ao século XVIII; o segundo intervalo associado a análise das dinâmicas geográficas inicia-se no século XIX e se estende primeira metade do século XX; e por fim o terceiro período corresponde á segunda metade do sec. XX a partir dos anos 1960 até o ano 2000. Corrêa (2006), indica que para se entender e estudar os processos que constituem a formação de determinado recorte espacial, destaca-se a necessidade de uma periodização, enquanto recurso analítico, que possibilita ao pesquisador, agrupar sequência de acontecimentos/elementos e tempos, que convergem e conversem entre si, destacando fatos

históricos-geográficos que incidem e se relacionam com a organização espacial (CORRÊA, 2006).

No terceiro e último capítulo, foi construído, buscando alcançar os objetivos específicos, desenvolveu-se a análise a respeito das implicações espaciais referente a produção da habitação em Tucuruí, no que diz respeito a reprodução dos processos de desigualdade socioespacial e in(justiça) espacial. O primeiro tópico deste capítulo se propôs a investigar de que maneira a gestão municipal vem tratando a habitação e o direito à moradia em Tucuruí em relação com a distribuição de serviços e equipamentos urbanos. O segundo tópico foi alicerçado, na caracterização e mapeamento a dinâmica e expansão urbana relacionada a distribuição da moradia no período entre 2000 – 2020; associando as espacialidades da produção do espaço de moradias aos agentes produtores do espaço urbano de Corrêa (1989).

E os dois últimos tópicos tiveram por objetivo demonstrar de que forma a produção da moradia se relaciona com a produção das desigualdades socioespaciais no espaço intraurbano da cidade. A partir de dados fornecidos tanto por órgãos oficiais quanto pelos moradores por meio de entrevistas, tecendo por meio das narrativas entender e exemplificar de que maneira o acesso e a distribuição dos serviços públicos essenciais, se estabelece e impacta a esfera cotidiana desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

AMORE, C.S. SHIMBO, L.Z. RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ALVES, G. Privação, justiça espacial e direito a cidade. In: CARLOS, A.F., ALVES, G., PADUA, R. F. (orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017. p.167-178.

ARANTES, P. F. FIX M. **Minha Casa, Minha Vida: o pacote habitacional de Lula.** Correio da Cidadania. 30 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/content/blogcategory/66/171/31-JUL-2009> acesso em: 06 de fev. 2018.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996.

BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Navegando entre as províncias do Pará e Goiás: o rio dos Tocantins no século XIX.** In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

BASTOS, J.M. CASARIL, C. **A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica.** Geosul, v.31, n.62, 2016.

BECKER, Bertha K. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. (org.). **Fronteira Amazônica: Questões Sobre A Gestão Do Território.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ 1990.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos.** Rio de Janeiro: Zahar 1982.

BENACH, Núria. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, A.F., ALVES, G., PADUA, R. F. (orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017. p. 15-32.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** In: MARICATO, E. (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.

BONDUKI, N. B. **Origens da habitação social no Brasil: análise social.** Lisboa, v. 29, n.27, p.711-732, jul./set. 1994.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Diário oficial [da] União, n. 133, 11 jul. 2001. Seção 1.

BUENO, Silveira. **DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA.** S. Paulo: FTD, 2007.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**.in Mercator (Fortaleza), v. 17, p.1-16, 2018.

BUNKER. S. G. **OS FATORES ESPACIAIS E MATERIAIS DA PRODUÇÃO E OS MERCADOS GLOBAIS** Belém, Novos Cadernos NAEA, 2004.

CARDOSO. A.C.D. NEGRÃO. M.R.G. O que custa uma moradia (in)sustentável? In: org. SANTANA. J. V (et. al) **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém-PA UFPA 2012

CARLOS, A. F. A. **ESPAÇO E INDÚSTRIA**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997

CARLOS, A. F. A. **Diferenciação Socioespacial**. Revista CIDADES, v.4, p. 45-60, 2007.

_____. **Metamorfoses Urbanas**. GeoTextos , v.3,n.1 p.187-200, 2007a.

_____. **A CIDADE** 8ª edição. São Paulo: contexto 2007b.

_____. **Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade** . São Paulo: Labur Edições, 2007c

_____. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2015. p.53-73.

CASTRO, E. M. R.. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. in: CASTRO, E. (Org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CAVALCANTE. Flávia costa. ROCHA Gilberto De Miranda. **MIGRAÇÃO E INSERÇÃO ESPACIAL NA AMAZÔNIA NO ÂMBITO DA IMPLANTAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS: O CASO DA UHE- TUCURUÍ**. VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. São Paulo Univap 2004.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS-CMB (2000) : Estudo de Caso : UHE Tucuruí – Relatório Final. Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente. Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Diferenciação Socio-espacial: escala e práticas espaciais**. Revista CIDADES, v.4, , p. 61-72, 2007.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. In CORRÊA, R. L. **ESTUDOS SOBRE A REDE URBANA**. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Região e organização espacial**. 7.ed. São Paulo. Ática, 2000.
CRUZ S K. M. **DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DA MORADIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE CASTANHAL, UFPA BELÉM-PA** (2019).

DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. Curitiba: IBPEX, 2013

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1987.

FARIAS. G.T. **O conceito de justiça de John Rawls e análise crítica de Jürgen Habermas**. Âmbito jurídico (Online) 01.nov.2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-166/o-conceito-de-justica-de-john-rawls-e-analise-critica-de-juergen-habermas/>: 16/02/2021.

FAUSTINE. L. **EMERGÊNCIA HABITACIONAL, PROPÕE RAQUEL ROLNIK** [Raquel Rolnik em entrevista concedida à Luciana Faustine. Ponte Jornalismo]. Ponte Jornalismo. 27 de março de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/urbanista-propoe-suspender-alugueis-e-remocoes-durante-pandemia/> acessado em: (30/05/2020)

FREITAS. C. A. L. L. NETO. A. V. **O processo de valorização do solo urbano: formação e apropriação da mais-valia espacial**. São Paulo-2009 Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m1c2.pdf> Acessado em: 01/03/2018.

GERVAIS-LAMBONY, P. Justiça espacial, experiências e pistas de pesquisa. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G. A.; PADUA, R. F. (Org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 117-132.

GLAESER, E. O triunfo das cidades. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.sh tm. Acesso em: 3 de agosto de 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUTIÉRREZ, E. M. Ciudad, espacio y cotidianidad en el pensamiento de Henri Lefebvre. In **Lefebvre, LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO**, 2013, p. 31-50.

G1 PA. **Prefeito de Tucuruí é baleado e morre em atentado no Pará**. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/prefeito-de-tucuru-i-e-baleado-em-atentado-no-para.ghtml> 25/07/2017. Acesso em: 20/04/2020

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 7ª edição - São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins, 2014.
- HEIDEGGER, M. **CONSTRUIR, HABITAR, PENSAR**. In: HEIDEGGER, M. Ensaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2001 (tradução Marcia Schuback).
- HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade In: **ABORDAGENS E PRÁTICAS DA PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA E SABERES SOBRE ESPAÇO E CULTURA** /org. de Álvaro Luiz Heidrich e Cláudia Luísa Zeferino Pires . – Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.
- IBGE. **Cidades IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tucuru/panorama>, acessado em: 12/01/2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020
- LEFEBVRE, Henri. **LA REVOLUCIÓN URBANA**. 4ª edición. Madrid. Lavel. Alianza, S.A. 1983.
- LEFEBVRE, Henri. **LA PRODUCTION DE L'ESPACE** .Primera edición en Capitán Swiny: Noviembre 2013.
- LIMA, M.S. MOREIRA, E.V. **A PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015
- MACHADO, Lia Osorio. **Sistemas longe do equilíbrio e reestruturação espacial na Amazônia**. Cadernos IPPUR, ano IX. Rio de Janeiro (1995): 83-106.
- MARCUSE, P. **Spatial justice: derivative but causal of social injustice**. Trad. Sonia LehmanFrisch. Justice Spatiale/Spatial Justice, n. 1, 2009.
- MARIN, R. NOVAES, J MATOS, T., SABINO, T . Realidades que denunciam o silêncio, o abandono e a atualidade dos impactos da usina hidrelétrica de Tucuruí. In: **Nova Cartografia Social da Amazonia São Luís** – Maranhão. 29 out, 2013. Disponível Em: <http://novacartografiasocial.com.br/realidades-que-denunciam-o-silencio-o-abandono-e-a-atualidade-dos-impactos-da-usina-hidreletrica-de-tucuru/> Acesso em:20/04/2021
- MONTE-MOR, R. L. M. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122.
- MONTE-MÓR R. L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS M, SOUSA MA, SILVEIRA ML. (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; 1994. p. 169-81.

MORAES, Lúcia. DAYRELL, Marcelo. **Direito Humano à Moradia e Terra Urbana** - Coleção Cartilhas de Direitos Humanos – Volume I. Plataforma Dhesca Brasil. INESC. Curitiba, 2008.

MOTTA. Luana Dias. **QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFLITOS URBANOS E O DIREITO À CIDADE**. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. 2011.

NASCIMENTO. E MATIAS. F. **EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR)**. **REVISTA: RAEGA. ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE**. Nº23. Curitiba, 2011.

NOGUEIRA, Ida Clara Guimarães. **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA NO ENTORNO DE HIDRELÉTRICA: produção do espaço em Tucuruí-PA** / Ida Clara Guimarães Nogueira -Belém, 2010.

ONU. ONU-Habitat: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>. Acesso em: 30/09/2019.

NUA. NOVA AGENDA URBANA. ONU-HABITAT III.- **HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (HABITAT III)** 2019. disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 28/11/2019.

OLIVES. Sara Judy Christie de. **Desafios e fragilidades do trabalho social no Programa Minha. Casa Minha Vida na região metropolitana de Natal** - 2017. disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23605/1/SaraJudyChristieDeOlives_DISSERT.pdf> acessado em: 10/03/2020.

PEDRÃO. F. A economia da produção social de moradia. **Revista de urbanismo e arquitetura**- v. 2, n. 1 19-35 (1989).

PEREIRA.E. SILVA.M. FERREIRA. T. Vila Permanente: Recortes e Retratos de uma *company town* na Amazonia. In : trindade jr, S.C; ROCHA, G e M. (ORG) **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

POMPEU, V. **Matinha**: expressão de um modo de vida ribeirinho na cidade de Tucuruí. In: TRINDADE JR; TAVERES. Maria. (orgs). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanência**. Belém EDUFPA, 2008 P. 129-141.

RIBEIRO. F.V. Crise Urbana: a expropriação extrema dos cidadãos nas políticas de espaço. **REVISTA CIDADES** v. 11, n. 19- São Paulo 2014

RIBEIRO, Willamede Oliveira. **Interações espaciais na rede urbana do nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP Presidente Prudente. UNESP. 2017

ROCHA, Gilberto de M. GOMES Claudemir B. **A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí**. In : trindade jr, S.C; ROCHA, G e M.

(ORG) Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

ROCHA. G. M **Vilas e cidades e a usina hidrelétrica Tucuruí.** in: CASTRO, E. (Org.) Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2008.

RODRIGUES. A.M. **Moradia nas Cidades Brasileiras.** São Paulo 10ª ed. Contexto, 2003.

RODRIGUES. A.M. Desigualdades Socioespaciais – A Luta Pelo Direito à Cidade **Revista CIDADES**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES. A. M. Conceito e definição de cidades. In: RIBEIRO. L. CESAR. J.O. **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira** RJ 2010: 77- 100

RODRIGUES. J.C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará 2015.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP Presidente Prudente. UNESP. 2015

RODRIGUES. J.C O Programa Minha Casa Minha Vida e as desigualdades socioespaciais: uma análise a partir da cidade de Marabá, Pará. **Caderno de Geografia**, v.26, n.47, p. 793-816, 2016.

RODRIGUES. L.L.C. **NOVAS EXPRESSÕES DO CENTRO E DA CENTRALIDADE URBANA: O PAPEL DOS AGENTES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NA (RE)ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE ANANINDEUA, PARÁ.** Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia E Ciências Humanas, UFPA. BELÉM-PA 2020

ROLNIK R. NAKANO K. As armadilhas do pacote habitacional . **Le Monde Diplomatique** Brasil Março- p. 391-416, 2009. disponível em: <http://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/> acesso em: 20 de março de 2018.

SALGADO. V.S. P. **PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO E DA MORADIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PMCMV NA CIDADE DE TUCURUÍ-PA.** Belém-PA. UFPA 2018

SANTOS. A.M.S. MEDEIROS. M.G.P. **DIREITO À MORADIA: ENTRE O AVANÇO NORMATIVO E A PRÁTICA INSTITUCIONAL. A POLÍTICA DE ALUGUEL SOCIAL NO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro, (UERJ) 2016.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, M. O Espaço Do Cidadão In : **O ESPAÇO DA CIDADANIA E OUTRAS REFLEXÕES.** Silva; Neves; Martins (Org.). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2013a.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza Do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: 4ª ed. 2. Reimpressão . EDUSP, 2014.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 11-39, 2009

SCHMID, C. **A TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE: EM DIREÇÃO A UMA DIALÉTICA TRIDIMENSIONAL**. Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 32, p. 89-109, 2012.

SHIMBO, L. Z. **HABITAÇÃO SOCIAL DE MERCADO**. Belo horizonte: Editora Arte.2012

SINGER, B. O USO DO SOLO URBANO NA ECONOMIA CAPITALISTA. In: MARICATO, E. (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.

SILVA, Roberta Pereira da. **Urbanização de favelas e o direito à cidade**: referências de análise pela experiência da Vila DNOCS, no Distrito Federal- 2014. UnB - PPG/FAU, (Mestre, Arquitetura e Urbanismo, 2014).

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

SOJA, E. W. The city and spatial justice. Trad. Sophie Didier e Frédéric Dufaux. **Justice Spatiale/Spatial Justice**, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-1en4.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2020.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à Moradia e de Habitação**: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SPOSITO. M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo 15ª ed. Contexto, 2008.

SUERTEGARAY, D. Cadernos Geográficos - **NOTAS SOBRE EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA**. Florianópolis: EDUFSC, 2005. v. 01.

FAUSTINE. Luciana Emergência habitacional, propõe Raquel Rolnik- Luciana Faustine. Ponte Jornalismo. 27 de março de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/urbanista-propoe-suspender-alugueis-e-remocoes-durante-pandemia/> acessado em: (30/05/2020)

TAVARES, M. G. da C. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. GEOUSP, v. 15, n. 2, p. 107-121, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TRINDADE JR., S-C. C.; **PENSANDO A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A URBANIZAÇÃO DIFUSA NA AMAZÔNIA**, Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015.

TENÓRIO. C.R. E LIMA, A.M.M. **INDICADORES DE EFICIÊNCIA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TUCURUÍ-PA**. REVISTA de Geografia (UFPE) V. 30, No. 3, 2013

TUCURUI. Lei Municipal n. 7.145, de 29 de dezembro de 2006. **APROVA E INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Tucuruí, PA, 2006.

VALENÇA, W. S. S. **A dimensão urbana dos impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. COPP. Rio de Janeiro, 1991.

VAN DEN BRULE, D. M. **As diversas abordagens de justiça espacial na geografia**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 24, n. 2, p. 297-316, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.168714.

Afim de seguir uma perspectiva geohistórica, para se entender os processos históricos que compuseram a formação e consolidação desse espaço urbano, primeiramente se faz necessário, a localização geográfica e cartográfica atual do município. (ver figura 2; Mapa de Localização da Malha Urbana da Cidade de Tucuruí).

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO QUE NORTEOU AS ENTREVISTAS REALIZADAS REMOTAMENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

questionário: as condições da moradia na cidade de Tucuruí, Pará.

mestranda: Valeria Suanne Pereira Salgado. 2021

eu Valeria Suanne Pereira Salgado, mestranda de MATRÍCULA:201915570009. Declaro por meio deste que a entrevista permanece em total e completo sigilo, atendendo apenas os fins da pesquisa.

1- Você é natural do município de Tucuruí? Se não qual seu município de origem?

R:

2- Em que bairro você reside?

R:

3- Como você avalia a infraestrutura do seu bairro e suas proximidades- referentes a)Iluminação: b)Saneamento básico c)Abastecimento de agua: abastecimento regular

R: -

4- Como você avalia a situação do transporte público? Você utiliza, ou opta por veículos particulares? Qual meio de transporte que você mais utiliza?

R:

5- Quais equipamentos urbanos, estão presentes no seu bairro/ ou nas proximidades?

a) Escola b) posto de saúde c)espaços de lazer (como praças ou espaços verdes)

R:

6- Na atualidade, você avalia que sua comunidade enfrenta o problema de habitação?

R:

7- Você participou ou ouviu falar de alguma reunião aberta ao público, para a discussão da atualização do plano diretor pós ano de 2006?

R:

8- Na sua opinião como o poder público municipal, poderia agir para melhoramento da cidade de Tucuruí? Principalmente em relação as condições de habitação na cidade.

R:

9- Na sua opinião que falta no investimento do poder publico municipal para melhoramento da cidade de Tucuruí?

- Praças
- Calçadas
- Pavimentação dos bairros mais distantes
- Escolas próximas das comunidades
- Outros Quais?